

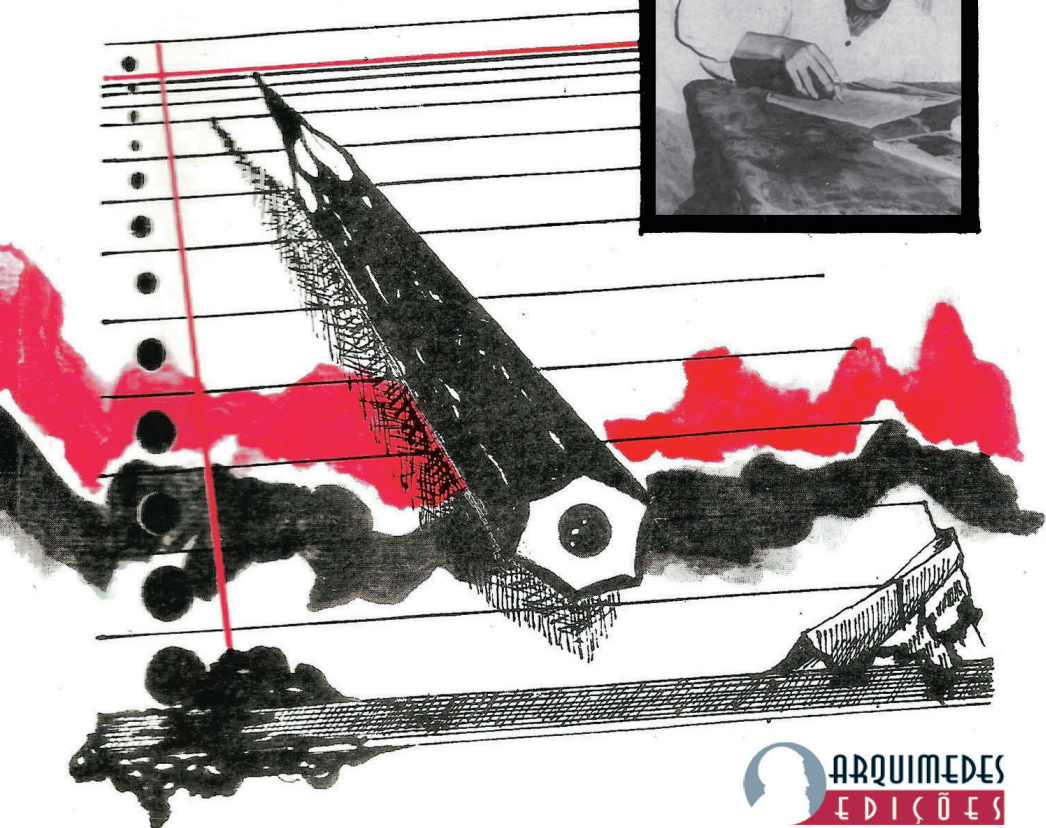
e também lhes ensine a ler...

A CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DA NICARÁGUA

nilton bahlis dos santos



2a edição
atualizada
e reduzida



 ARQUIMEDES
EDIÇÕES

Aproveitando a Frase de Carlos Fonseca “E Também lhes ensinam a ler”, o educador e jornalista Nilton Santos, nos relata neste livro, numa linguagem vibrante, porém simples, o que significou para a Nicarágua sua Cruzada de Alfabetização.

A primorosa obra deve ser livro de cabeceira de todos os professores e cidadãos que prestigiam e lutam por uma escola pública gratuita e democrática em todos os graus e fins – meta básica do governo socialista da Nicarágua.

O êxito nesta grande batalha pela educação e cultura populares deve ser exemplo para os povos da América Latina e, em particular, o Brasil.

Bayard Boiteux

“A palavra escrita é como uma borboleta espetada num quadro...” queixa-se o velho poeta Mario Quintana. Mas nestes relatos e análises do Nilton as palavras ganham vida e asas. Vida soprada por quem ajudou a fazer o que agora é escrito. E asas do vôo utópico na direção das sociedades felizes, que não chegará sem todo o povo dominando a leitura, a escrita e redescobrimdo sua força na construção da História. Neste tempo de tanto ‘pedagogês’, a prática pedagógica e libertadora que essa obra nos conta é leitura indispensável aos que apostam na educação como um dos instrumentos para fazer desta vergonha um país de cidadãos.

Chico Alencar

“A leitura do livro de Nilton Santos me fez recordar os quase dez dias em que estive na Nicarágua, discutindo em tempo integral, com as equipes responsáveis pela Cruzada Nacional de Alfabetização nos seus diferentes momentos e como vivê-los em plenitude. Vale a pena ler este livro expondo-nos ao que houve de criatividade, de aventura, de riscos, na Campanha Nicaragüense e que transborda dos depoimentos relatados por Nilton”

Paulo Freire

Quando cheguei à Nicarágua, no início de 1980, para ficar três anos participando da construção de um novo sistema de saúde, estava em curso a Cruzada de Alfabetização. Ela marcou definitivamente a revolução nicaragüense. Alguns anos depois, participei da banca de tese de Nilton Santos sobre a Cruzada, que foi a origem deste livro, e devo dizer que o autor analisa de forma séria, profunda e humana esta maravilhosa experiência latino-americana – que deve ser conhecida por todos – de como é possível transformar uma realidade quando existe decisão política.

Sérgio Arouca

e também lhes ensine a ler...

A CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DA NICARÁGUA

nilton bahlis dos santos



2a edição
atualizada
e reduzida



Rio de Janeiro
2016

Este livro pode ser copiado em parte ou integralmente, compartilhado ou impresso desde que para distribuição gratuita e citando a fonte.

Ilustração de capa: Paulo Maciel

Editoração Eletrônica: Arquimedes M. Celestino (TED)

1ª Edição: 1990

2ª Edição (atualizada e reduzida): 2016

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2016

Catálogo-na-fonte

S237

Santos, Nilton Bahlis dos, 1945-

E também lhes ensinem a ler... A Experiência da Cruzada Nacional de Alfabetização da Nicarágua – 2ª edição, atualizada e reduzida / Nilton Bahlis dos Santos – Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes Edições, 2016.

124p.; 14x21cm.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-89667-55-5

1. Nicarágua. 2. Alfabetização. I. Título.

CDD: 371.009 CDU: 37.06

Arquimedes Martins Celestino Edições e Serviços Gráficos Ltda.

Av. Marechal Rondon 1263 / 40B – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20950-005

Tel.: +55 21 2253-3879

edicoes@arquimedesedicoes.com.br

www.arquimedesedicoes.com.br

Sumário

Prefácio à 1ª edição (*)	5
<i>Moacir Gadotti</i>	
A segunda revolução nicaragüense	5
Apresentação.....	9
O ambiente onde aconteceu a Cruzada.....	21
Uma anarquia das massas insurretas	21
Reconstrução nacional e Revolução cultural.....	24
A segunda insurreição	27
“E também lhes ensinem a ler”	27
Semear escolas	29
A subversão da rotina.....	32
Aprendendo a ensinar	36
A palavra dada ao povo.....	40
O exército popular de libertação	42
A fundação do planejamento.....	48
A Segunda Insurreição.....	50
A ofensiva final	57
Rompendo barreiras.....	60
Formando intelectuais orgânicos.....	68
Organismos de cultura	78
Os objetos espaciais	82
A pós-alfabetização.....	85
A alfabetização em línguas.....	88
Uma nova educação.....	89

Documentos.....	95
1. A batalha dos lápis.....	95
2. Caderno de Educação Sandinista Orientações para o Alfabetizador.....	99
3. Guia temático das Pesquisas.....	107
4. Iniciativas em relação à saúde.....	110
5. Parte de Guerra da Cruzada Nacional de Alfabetização.....	111
6. Prêmio Nadezhda K. Krupskaya.....	113
7. Princípios de uma nova educação.....	115
A Nicarágua da Jornada.....	117
A geografia.....	117
As Regiões.....	118
A População.....	118
Siglas Usadas no Livro.....	119
Bibliografia.....	121
O autor deste livro.....	123

Prefácio à 1ª edição (*)

Moacir Gadotti

A segunda revolução nicaragüense

O livro “E também lhes ensinam a ler” de Nilton Santos é um relato apaixonado e apaixonante de um grande movimento político-popular, do dia-a-dia de uma Campanha de Alfabetização que levou todo um país a levantar-se, a despertar para a necessidade de que a revolução social necessitava de uma segunda revolução, desta vez cultural, para manter a chama revolucionária. Duas revoluções que estão intimamente imbricadas, pois se a educação não transforma a sociedade, a transformação da sociedade não se mantém sem ela.

O autor nos apresenta muitos relatos desse percurso ao lado da história, da organização, da estrutura e metodologia da Cruzada de Alfabetização. Um texto gostoso de ler não apenas pelo interessado em educação, mas por todo interessado em conhecer um povo que ousou construir o novo, já que a Cruzada Nacional de Alfabetização, como ele afirma, foi o “instrumento para impulsionar uma dinâmica que, em inúmeros sentidos, modificava as relações sociais e lançava novas bases para a transformação do espaço nacional”.

A alfabetização nicaragüense tomou a experiência como fonte primordial do conhecimento e a própria realidade foi o primeiro livro de leitura dos “nicas” que se alfabetizaram. Ela foi um grande esforço coletivo para o povo conhecer-se a si mesmo. Não um conhecimento puramente intelectual, mas um conhecimento que levava à formação

da consciência crítica e à organização, ao fortalecimento do poder popular, criando e desenvolvendo as organizações de massa.

A Cruzada desenvolveu uma nova concepção de educação, subvertendo a relação tradicional entre educador e educando. Para ambos, não podia existir economia de experiência concreta, fonte de saber e conhecimento. O estudante não aprendeu apenas dos livros, mas do contato ativo com a realidade: foi aos bairros e povoados, conviveu com operários e camponeses, aprendeu com o trabalho coletivo. Enfim, essa nova educação não se limitava a traçar linhas gerais. Como afirma Nilton “ela se colocava objetivos bem concretos como integrar todas as crianças em idade escolar inclusive do campo, ao sistema educativo, procurando garantir-lhe uma formação de oito a dez anos de duração”.

Com a campanha, foi também realizada uma ampla pesquisa da situação em que se encontrava o povo nicaraguense. Muitos jovens estudantes engajados na Cruzada e que saíam da capital para o campo, voltaram dizendo que estavam descobrindo pela primeira vez o seu verdadeiro país. País que não lhes era ensinado na escola.

Importante instrumento foi também o Censo, com o qual se procurou identificar os que não sabiam ler e escrever e aqueles que sabiam e poderiam ensinar em cada comunidade. Foram entrevistados sessenta por cento da população de 2,5 milhões de habitantes. Esse censo revelou que 50,2% da população de mais de dez anos, era analfabeta. O ditador Somoza, julgava a alfabetização desnecessária, prejudicial e impossível.

Este livro prestará uma grande ajuda ao estudante e ao professor brasileiros ao mostrar que alfabetização é algo muito mais sério do que apenas saber ler e escrever. É poder participar como sujeito da cultura, da produção, exercendo plenamente seus direitos na sociedade. É começar a escrever uma nova história.

Num momento de enorme crise de esperança, o exemplo da Nicarágua representa uma lição para todos os povos da América Latina.

Uma lição importante para nós que militamos na área da alfabetização: não se vence o analfabetismo sem comunicação e sem mobilização popular. Querer interromper o curso da história do analfabetismo em nossos países latino-americanos sem essas condições é ilusão. O sucesso da Cruzada deveu-se ao envolvimento de toda a sociedade.

(*) *Trechos.*

Apresentação

“Mesmo quando a gente não pode dar nada, a gente pode dar as mãos. Eu estou aqui dando as minhas mãos, o meu tempo, o meu trabalho”...

De alguém, ajudando desabrigados dos deslizamentos em Teresópolis, Rio de Janeiro, nos últimos dias de 2002.

I.

No início de 2012, com grande alegria, tive a oportunidade de participar da “Expedição a Paudalho”, a primeira atividade do Projeto Saúde no Brasil sem Miséria (BSM)¹. A expedição materializou a adesão da Fiocruz ao BSM, quando cerca de 30 de seus pesquisadores, realizaram atividades naquele município de Pernambuco, articulando-se com Instituições locais. A intenção do Projeto era contribuir para a melhoria da saúde da população nos bolsões de miséria, atendidos pelo BSM, através de um conjunto de iniciativas que contam, entre outros, com o apoio da Capes². Durante uma semana, em cursos, atos, oficinas, convi-

1 “O objetivo do Plano Brasil Sem Miséria é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. As famílias extremamente pobres são localizadas e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 estavam nesta situação 16,2 milhões de brasileiros. O Plano Brasil Sem Miséria agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva”.

2 Este apoio se dá em diversas iniciativas. Entre elas temos a destinação de 100 bolsas de Doutorado e Pós-doutorado para pesquisas associadas ao Projeto Saúde no BSM e para o financiamento de expedições.

vendo com a população, enfim, a cada momento na construção, execução e avaliação da Expedição, me vinham à cabeça as imagens da Cruzada Nacional de Alfabetização da Nicarágua, como um possível referencial de experiências para essas atividades. Isso me levou a retomar uma ideia que tinha desde o ano de 2003, de reeditar este livro, para lembrar a Cruzada, com uma edição mais condensada e centrada na campanha especificamente, aproveitando para levar essa experiência de mobilização cidadã, aos expedicionários e participantes do Projeto Saúde no Brasil sem Miséria e para pesquisadores e ativistas de diversas outras pesquisas e iniciativas que procuram retomar o princípio da Reforma Sanitária de participação social. Na primeira edição deste livro, havia a preocupação de fornecer um conjunto de informações sobre o processo revolucionário e sobre a história da Nicarágua e nesta edição pretendíamos nos focar mais concretamente na Cruzada e em suas experiências de mobilização cidadã para dar solução aos seus próprios problemas.

As discussões e atividades no grupo de pesquisa “Tecnologias, Culturas e Práticas Interativas e Inovação em Saúde” e do Núcleo de Experimentação de Tecnologias Interativas (Next), nos levaram a retomar este princípio, e a re-visitatar a Reforma Sanitária, de maneira central. Particularmente quando, em 2015, fomos agraciados por um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ - sobre Grupos Emergentes, com o objetivo de pensar e ativar a colaboração nas “pontas do SUS” (nas atividades de fronteira entre o SUS e o cidadão). Isso terminou por levar neste início de 2016, à concretização a republicação deste livro.

II.

No final de 1980 eu estivera na Nicarágua para acompanhar de perto um processo revolucionário que eu já conhecia através de contatos com dirigentes sandinistas no exílio (Chile e França) e

na própria Nicarágua. Como jornalista escrevera inúmeras matérias sobre o processo insurrecional naquele país, em particular quando da ofensiva final.

Quando comecei a entrevistar representantes políticos e das entidades de massas, todos eram unânimes em afirmar que a Cruzada Nacional de Alfabetização (CNA), era o fato político mais importante após a insurreição, e foi sua continuidade.

Voltei ao Brasil com uma grande massa de materiais e gravações sobre a Cruzada. Preparava uma dissertação de mestrado no Ippur/UFRJ, e a Cruzada se tornou o meu objeto. Conforme trabalhava esse material, mais ficava evidente o que essa experiência poderia oferecer para aqueles interessados em selar compromissos diretos com as massas populares, em particular na área da educação, que sempre foi central em minha vida. Lembrava-me das discussões sobre política educacional, em 1968, quando fui vice-presidente da Une: quantos dilemas, paradigmas, sonhos, utopias e ilusões da época se poderia descobrir e reconhecer nessa experiência educativa? E quanto estímulo e possibilidades de respostas...

Terminada a tese comecei a trabalhar para transformar esta experiência em livro.

O livro *“E também lhes ensine a ler...”*, foi escrito entre 1985 e 1987, tratando dos primeiros anos após à derrubada de Somoza na Nicarágua. Através da apresentação e análise de um dos mais importantes projetos da Revolução Sandinista, a Cruzada Nacional de Alfabetização, o livro discute uma concepção de políticas públicas inovadora, que não se centra nas iniciativas institucionais ou parlamentares, mas na mobilização da população. Isto colocou inúmeras questões para quem, na época, tinha inquietações quanto aos destinos da humanidade.

Sua primeira edição foi lançada em 1990, no Congresso Nacional de Alfabetização que se realizou em São Paulo, uma época em que inúmeras iniciativas de educação não formal de entidades de massa, setores da igreja, organização sociais e ins-

tituições desenvolviam atividades de educação de adultos com metodologias de educação não formal, nos marcos das mobilizações do período final da Ditadura. O Congresso reunia estes movimentos e o lançamento do livro foi uma de suas atividades em um debate com quase 1.000 congressistas, tendo à mesa o professor Moacir Gadotti, além do autor deste livro.

Na época, no quadro da redemocratização e de retomada das mobilizações populares no Brasil, a utopia de um esforço nacional de alfabetização de adultos e de educação popular era retomada e se fazia pujante, com inúmeras iniciativas de organizações populares. Nesse ambiente, a primeira edição de 3.000 exemplares deste livro se esgotou rapidamente, com livros vendidos basicamente em palestras e atividades dos movimentos de alfabetização.

A derrota da Frente Sandinista nas eleições de 1990, no entanto, assim como o desmoronamento do bloco socialista, terminou por tirar a Nicarágua do cenário político internacional, reduzindo a discussão de sua experiência, que colocava inúmeras questões novas para a esquerda latino-americana e internacional.

No Brasil, por sua vez, as energias da esquerda começavam a se voltar para ocupar os espaços institucionais que se abriam com o fim da Ditadura, e para viabilizar uma alternativa eleitoral, o que terminou por arrefecer o ímpeto das iniciativas voltadas para a solução dos problemas sociais a partir dos esforços e iniciativas diretas da população e das organizações sociais.

III.

O período que se seguiu à derrota sandinista foi de consolidação do neoliberalismo, ao nível internacional, que se apresentava como a única alternativa possível para tirar nosso continente do subdesenvolvimento. Na década de 90 as alternativas de

esquerda na América Latina se isolaram e os movimentos de resistência armada perderam sua capacidade de polarização e repercussão. Toda oposição ou declaração de conteúdo social, nessa época, era caracterizada como populismo ou como atitude “esquerdista” que só levaria ao fracasso. A alternativa “responsável” parecia ser aceitar o liberalismo econômico e a iniciativa privada como única forma de regulação. As leis da “oferta e procura”, eram mostradas como um elemento mágico que levaria a sociedade ao equilíbrio e permitiria o desenvolvimento e à promoção do bem estar social.

Na passagem do segundo para o terceiro milênio o neoliberalismo invadiu todos os poros da sociedade, não se limitando ao terreno econômico e político. Ele impregnou e contaminou todo tipo de relações sociais, práticas culturais, a moral e a ética. A cultura, a educação, a saúde, a previdência, todos estes problemas seriam resolvidos liberando a iniciativa privada, através das leis da “oferta e procura” e estímulo a competição e às iniciativas privadas. A atividade cultural, por exemplo, passou a ter como critério e preocupação fundamental, sua capacidade de gerar recursos, patrocínio, incentivos, imagem ou bilheteria. O “empreendedorismo”, a capacidade de ter sucesso nos negócios, de estabelecer e gerir relações tendo como objetivo benefícios econômicos se transformou em virtude universal.

Mas o elemento mais importante desta invasão foi talvez o menos visível: ao transformar as relações econômicas, as atividades privadas e o sucesso econômico em demonstração de virtude; ao buscar fazer com que toda a relação humana fosse regulada por valores mercantis; ao valorizar a competitividade; foi impulsionada uma dinâmica individualista nas relações entre os homens. Todas as outras formas de relações humanas perderam seu significado e as relações foram transformadas em instrumento de agenciamentos empresariais. As relações sociais e humanas se transformaram em “networking”. O sujeito passou a ser visto como empresa, cujas estratégias seriam passíveis de serem pensadas como “marketing pessoal” e de “Marca” (como representação de um modo de vida).

A famosa explosão da “bolha” do mercado e a crise que se seguiu, ampliou abruptamente o número dos excluídos. Se evidenciando que as promessas não eram tão viáveis quanto se esperava, e trazendo à luz do dia o mundo hipócrita de empresas que fraudavam seus balanços, que corrompiam poderosos, que lavavam dinheiro, que mentiam para aqueles que se propunham orientar, para vender-lhes ações e títulos supervalorizados. Um mundo que as leis da “oferta e procura” pareciam não conseguir corrigir. Pior, que o empreendedorismo e a competição, pareciam estimular.

E, no entanto, quando tudo parecia impossível, quando a crise parecia desabar sobre nossa cabeça, de repente, no Brasil, uma parcela cada vez maior de eleitores resolveu aderir à teimosia de negar as premissas econômicas, de aceitar a possibilidade do desequilíbrio do mercado, de negar as soluções de quem “sabia administrar”, a competência dos técnicos e a “autoridade” dos diplomas.

IV.

Foi neste ambiente que se deu a primeira eleição de Lula, como uma derrota política do Neoliberalismo.

A partir de 2002, com a vitória de Lula, se reabriu a possibilidade de revigorar os movimentos sociais. Me pareceu então, que uma experiência de mobilização de massas como a Cruzada Nacional de Alfabetização, resguardadas suas particularidades, poderia contribuir para pensarmos mobilizações solidárias como as indicadas pelo Projeto Fome Zero, e pela Campanha de Alfabetização de Adultos que estava sendo prevista pelo novo governo.

Foi isso que nos levou, por volta de 2003, a começar a trabalhar na reedição deste livro. Poderia parecer paradoxal, em um momento de vitória eleitoral reivindicar a experiência de um movimento que terminou por ser derrotado. Mas a experiência da

Cruzada, talvez não na mesma forma, mas a iniciativa de mobilizar a população para ela própria resolver seus problemas, sua característica central, nos parecia então presente e atual.

E isto pareceu se anunciar. Quando todo mundo esperava que se respondesse às questões colocadas pelo mercado reafirmando a lógica liberal e assegurando a sua continuidade, Lula, em seu discurso de vitória propôs à sociedade uma guerra contra a fome. Ao fazê-lo subverteu as bases da equação. Em lugar do caminho da competição individual, oferecido pelo neoliberalismo, que isolava e enfraquecia cada um em uma luta fratricida, podíamos, talvez, contar com nossa solidariedade, com nossos esforços coletivos, com nossos compromissos, com nossa humanidade. Poderíamos promover uma revolução moral e ética...

Então a esperança venceu o medo, e a sociedade mostrou a vontade de participar. Mas Lula recebeu o governo de um país destruído, endividado, dilacerado pelas diferenças, pela miséria e desemprego e nessas condições os esforços terminaram por se voltar para a reestruturação da economia. A esquerda ocupava espaços institucionais e responsabilidades de governo e estes espaços, de certa maneira, ocupavam a esquerda. O grosso da militância política, os que queriam “resolver os problemas sociais”, canalizaram suas energias para as instituições partidárias e dinâmicas institucionais. As organizações de massas tomaram o mesmo caminho. E o caminho mais curto para a melhoria imediata das condições de existência da população brasileira, pareceu ser, e em certa medida foi por um dado momento, o da ocupação de postos governamentais para buscar decisões de “políticas públicas”. Um caminho que pouco a pouco foi deixando para a população, apenas, a possibilidade de periodicamente eleger seus “representantes”, ou fazer pressão e protestar.

E em lugar de oferecer para as massas populares a alternativa de fazer políticas públicas como práticas sociais alternativas, optando pelo caminho em que ela própria enfrenta seus problemas, foi oferecido o caminho da democracia representativa, da participação política mais tradicional, de eleger representantes que formulariam

políticas públicas que seriam realizadas pelas instituições. Pouco a pouco isto foi isolando as iniciativas populares que buscavam resolver seus próprios problemas.

Mesmo no quadro da crise que vivemos atualmente, não podemos deixar de reconhecer o avanço dos Governos Lula e do primeiro governo Dilma na melhoria das condições de vida da população, na redução da dívida, do desemprego e da miséria; na reorganização do país ao nível econômico, na ampliação das liberdades políticas e no melhor posicionamento do país ao nível internacional. Mas a ocupação dos espaços institucionais não se deu pela população. Ao contrário, na ânsia de ocupação de espaços, a maioria dos representantes das organizações sociais e de esquerda, foi tragada pelos cargos e tarefas de governo, pelas atividades parlamentares, das câmaras e prefeituras, pelas assessorias, pela atividade de cabos eleitorais e pelos encantos do poder. E os problemas, lógicas, dinâmicas e cronogramas eleitorais e institucionais, passaram a pautar e serem levados para as organizações de massas, descolando suas lideranças de seus representados. Mesmo organizações criadas com o claro objetivo de viabilizar a participação, como os conselhos do SUS, se esvaziaram, e de certa forma perderam sentido. E conforme a “esfera pública” mais se isolava da população, mais ela se burocratizava e se tornava vulnerável ao seu uso em função de interesses privados.

Sugados pela premência e urgência das “grandes decisões nacionais”, que indiscutivelmente são importantes para garantir a melhoria das condições de vida da população, a presença dos interesses populares no Estado, na política e na economia foi colocada em segundo plano. E se restringiu a programas, lideranças, equipes e organizações específicas. A tarefa de manter viva e pulsante a voz e os interesses dos cidadãos nas ações do dia a dia, exatamente ali onde está a vida, ficou para ativistas isolados, ONGs, militantes idealistas, servidores públicos que conseguem, aqui e ali, trabalhando nos interstícios da burocracia, realizar iniciativas de acordo com os interesses da sociedade. Batalhando dentro do possível nesse momento, enquanto esperam novas possibilidades...

V.

A Cruzada Nacional de Alfabetização da Nicarágua é um daqueles movimentos sociais que acontecem quando a sociedade vive uma comoção social, quando o povo e dirigentes entram em sincronia e sintonia fina, viabilizando a manifestação de sua vontade política por sobre todas as dificuldades. Nos momentos em que ocorre este tipo de iniciativa os valores se subvertem, os recursos se multiplicam enquanto os custos são reduzidos pelo esforço da sociedade. Imensas energias são geradas pelo congraçamento entre os cidadãos, sedimentadas pela solidariedade humana, pela sua reconciliação com o ambiente e com o país.

O sujeito principal deste livro é o esforço de uma comunidade preocupada em resolver seus próprios problemas e, em particular, uma tarefa que a população se propôs como necessária: erradicar o analfabetismo no país. O estudo desta experiência através do depoimento de seus próprios atores, dos documentos e registros de suas ações, pode ser uma contribuição importante quando a sociedade brasileira necessita terminar de resolver o problema da fome e da miséria e enfrentar de maneira radical os problemas da educação e da saúde.

A experiência da Cruzada mostra que este tipo de esforço exige uma vontade política e que é necessário um projeto que lhe dê um norte, que se mostre digno e ofereça um caminho. É importante pensar e organizá-lo, se possível, em todos os seus detalhes. Mas é preciso principalmente que parcelas significativas de pessoas assumam a tarefa como sua³ e que se ponham a trabalhar, pois a solução de seus problemas não é técnica. Foi esta combinação de vontade política, dedicação, esforço de planejamento, medidas organizatórias, suor e ação, que transformou a experiência da Cruzada em

3 Mesmo que a Cruzada assuma uma estrutura aparentemente hierárquica (descentralizada através de mediadores, o que não poderia ser diferente em uma época onde não tínhamos a capacidade de processamento de informação que nos abriu a Internet, ela assumiu um carácter emergente, impulsionada a partir da base.

um patrimônio da humanidade, merecedora do Prêmio Nadezhda K. Krupskaya da Unesco, em 1980, como a maior campanha massiva e exitosa, de alfabetização, já realizada.

A Cruzada provou que é possível educar e minorar os problemas de um país a partir das energias de sua própria população. Ela nos mostrou que quando tratamos de problemas que envolvem milhões de pessoas, a questão fundamental que se coloca é: Como colocá-las em movimento? Como ajudar a população a encontrar os recursos necessários para melhorar suas condições de vida e como garantir sua utilização com eficiência, impedindo os desperdícios e aproveitando o potencial indireto deste esforço, criando e desenvolvendo “subprodutos”, e realizando objetivos aparentemente secundários? Assim, a Cruzada foi um acontecimento de caráter universal, aplicável a qualquer contexto social, em qualquer tempo.

É o caso da luta pela saúde e contra a miséria, como procurou apontar o Programa Saúde no Brasil Sem Miséria. Nessa luta, as questões podem ter várias respostas, pois cada situação é única e está marcada pelas particularidades em que se constituiu. Estas respostas, num movimento complexo como a mobilização de significativas parcelas da população, não serão certamente homogêneas e coerentes, e assumirão formas diferentes como resultado da complexidade do processo.

No entanto existem grandes campos de opções, forças de atração, que podem ser constituídas. Os grandes caminhos voltam a se colocar a cada momento. Ou os problemas sociais como a fome, a miséria, a educação popular e a saúde são pensadas, prioritariamente, em termos econômicos e técnicos, tendo como elementos reguladores e de controle, instrumentos criados pela “competência técnica e de planejamento”; ou seu enfrentamento, estímulo e controle serão constituídos e apoiados na moral e na ética, no prazer da convivência coletiva, na disposição solidária, na colaboração de baixo para cima, em recursos muito mais amplos que os materiais.

Estas duas alternativas se colocam de maneira premente na área da saúde nos obrigando a revisitar a Reforma Sanitária. A

reforma sanitária traz no seu interior dois aspectos: por um lado a Universalidade da Saúde por outro a Participação Popular.

O primeiro só poderia se resolver, nas condições concretas, nos marcos de uma ação de Estado, como parte de um processo de inclusão social (extensão da rede de serviços, Farmácia Popular, aumento dos recursos para a Saúde, Bolsa Família, etc), a partir da extensão do SUS, em particular nos governos Lula e Dilma. Para fazer isso com recursos limitados se buscou uma convivência com a iniciativa privada na área de saúde, o que significa se colocar, pelo menos em parte na lógica de mercado. Convivemos com uma tensão constante entre os diferentes interesses, o que se reflete nas políticas públicas e nas políticas de governo onde a “resultante” é reflexo da correlação de força a cada momento;

O segundo aspecto, a perspectiva de participação popular perdeu relevância, em grande parte devido à hegemonia que ganhou o primeiro aspecto, o que se refletiu de duas maneiras: (1) a participação popular foi concebida dentro da ótica da democracia representativa, o que a levou a ser capturada pelo Estado; e (2) ainda que no primeiro momento se procurasse quebrar com a lógica biomédica, reconhecendo o “saber popular”, este saber passou a ser massacrado. As relações do SUS com a comunidade foram se desfazendo conforme se afirmava a dependência da lógica de mercado.

Hoje, mais do que nunca a retomada dos princípios do SUS, depende da recuperação dos laços com a população. Tanto por razões econômicas e políticas, para fazer pender a correlação de forças a seu favor, quanto para reduzir a importância da lógica médica (e de certa forma dos planos de saúde), valorizando o caminho da promoção da saúde como um processo social. Este caminho aponta para a perspectiva de reforçar tudo aquilo que no sistema de saúde se aproxima dos interesses da população, unindo as iniciativas na “ponta” do SUS; investindo no “posto de saúde”, nos médicos de família, na saúde do trabalhador, nos agentes comunitários de saúde e nos agentes de vigilância em saúde, nas pesquisas e ações de informação e educação voltadas para o cidadão, na iniciativa da própria

população; e nas redes da sociedade, que hoje se manifestam na Internet em Comunidades Virtuais e Redes Sociais. Toda a iniciativa que recupera a voz e o fazer da população deve ser reforçada para recuperarmos a possibilidade de participação da sociedade. Ações como o Projeto Fiocruz no Brasil Sem Miséria, ou a articulação das pesquisas, redes e atividades na “ponta” do SUS, como muitas outras na interface com a sociedade, são mais do que bem vindas.

A experiência da Cruzada Nacional de Alfabetização mostra que ações, maiores ou menores, neste outro caminho são possíveis. Mais do que isto, que este é o único caminho que poderá viabilizar algo de novo no esforço do Estado de apoio às populações carentes; sem promover o desperdício, sem criar brechas para o lucro abusivo de “intermediários”, impedindo a corrupção que povoa aquelas atividades sociais organizadas que se restringem especificamente ao aspecto técnico, e que habitualmente as condena ao fracasso, apesar dos sentimentos mais humanitários que possam movê-las. Porque desconsideram a potencialidade, a força criativa e as iniciativas impulsionadas pelo movimento e ações da população organizada para resolver seus próprios problemas, razão dos programas sociais.

Como se viu na Nicarágua,

“a educação de adultos (como a luta contra a fome, contra a miséria, pela educação e pela saúde), exige(m) um aparato organizativo, uma estratégia, uma inventiva e um nível de participação completamente novo. Porque el (s) aparece(m) como um projeto nacional e se não o é, não se realiza(m). Sua dinâmica extrapola os limites de qualquer organização estatal e do próprio Ministério de Educação” (Documentos do 2º Congresso..., 1981).

Conheça essa experiência, mergulhe nessa utopia...

O ambiente onde aconteceu a Cruzada

A espetacular irrupção (insurrecional) sanciona em realidade uma longa epopéia de memória. Cinquenta anos de luta sandinista deram a estes jovens uma maturidade de veteranos. Longe de transformar o passado em letra morta, os revolucionários nicaragüenses lhe dedicam uma devoção meticulosa. A memória foi por longos anos sua única força. Estes jovens transformaram-se em combatentes ao serem arquivistas de uma história proibida. E se não tivessem recuperado a identidade nacional na cabeça e no coração, não a teriam recuperado com o fuzil.

Regis Debray (Debray, 1979).

Uma anarquia das massas insurretas

Quando em julho de 1979, a Guarda Nacional Somozista se compôs e a família do ditador fugiu, o Estado da Nicarágua desmoronou e não sobrou nenhum setor organizado no país além do Exército Sandinista. “Uma esplêndida, incontrolável e trágica anarquia das massas insurretas” ganhou o país, como afirmou Tomas Borges, um dos nove comandantes da revolução Sandinista (Debray, 1979b, p. 82).

A estrutura da Frente Sandinista era insignificante perto de sua imensa autoridade e capacidade política de dirigir setores amplos do povo. Os dirigentes eram jovens, às vezes adolescentes, desconhecidos da população insurreta. Quebrados os instrumentos de controle, as palavras de ordem ganharam uma força extraordinária se incorporando à população que por sua própria iniciativa se dedicava ao trabalho diário de organização.

Anarquia aqui não se tratava de adjetivo, mas de conceito: a anarquia impulsionada pela ação coletiva de massas. Como observou Regis Debray, “quando toda a população de uma capital, inclusive mulheres e crianças, pode empunhar uma arma e levar um bracelete de pano como símbolo de autoridade; quando cada um faz uma barreira na esquina para controlar a identidade de quem passa, que por sua vez vai controlar cem metros mais adiante; quando se pode deter com um fuzil o carro do Ministro porque não se sabe que ele acaba de ser nomeado e porque de qualquer maneira: “Ministro? Que me interessa!”; nesse momento, a anarquia é um fato incontestável” (Debray, 1979).

Antes, era preciso derrubar Somoza. Agora, era necessário criar uma nova ordem no país. Mas para isto não era suficientes sonhos de revolucionários ou planos de técnicos. Ela tinha que surgir dos detritos da antiga ordem.

A herança era dura. Às condições estruturais de pobreza e miséria, se somava o terremoto, a guerra civil, a ampliação da raptagem e a vingança do ditador que, derrotado, antes de fugir, ordenou à Guarda que destruísse fábricas, e máquinas no campo, para criar dificuldades ao novo poder.

Os sandinistas encontraram o país com uma dívida desproporcional com o tamanho do país, além de milhões de dólares de destruição, afetando mais de um terço do produto industrial e um quarto da agricultura. A Nicarágua, em 1979, retornou aos níveis de 1962. A guerra coincidiu com as colheitas de grãos básicos e algodão e fez com que se perdesse a sementeira.

Imensos recursos eram necessários para reabilitar a infraestrutura produtiva. Era preciso organizar uma nova máquina administrativa, eliminando os custos de corrupção. Os quadros políticos e lideranças com que se contava eram inexperientes e desinformados do ponto de vista técnico e administrativo.

Em meio a esta catástrofe, os sandinistas eram ainda obrigados a eliminar focos de resistência, pois alguns grupos de Guardas ainda se dedicavam à sabotagem. Era preciso eliminar qualquer contestação armada interna que pudesse servir de cabeça de ponte para possíveis invasões.



As massas sandinistas no poder

Para enfrentar essas dificuldades, era preciso criar e desenvolver órgãos de poder popular, estruturar o novo Estado e dar um corpo orgânico ao bloco popular que fez a revolução. A experiência sindical anterior, considerada ilegal e reprimida, era limitada. No período insurrecional é que se criaram as principais entidades e os Conselhos de Defesa Sandinista (CDS)⁴. A atividade dessas organizações estava longe de se limitar ao aspecto sindical. Ela se desdobrava no planejamento, organização e controle da produção; na participação na vida política nacional e em organismos do Estado (Ministérios, Comissões de Plano, Conselho de Estado, etc.); em atividades culturais, de saúde, educação e na organização de milícias.

O Conselho de Estado, prometido no plano de governo revolucionário, adquiriu a forma de um verdadeiro conselho popular

4 Os CDS eram organismos de democracia de base nos bairros. Dedicados à tarefa de organização, desenvolviam a vida comunitária, atividades de saúde, educação, recreação, defesa e medidas urgentes de qualquer natureza.

composto de representantes de todos os partidos e da população, inclusive da burguesia e das associações privadas, com número proporcional à sua força política.

Reconstrução nacional e Revolução cultural

A revolução sandinista caracterizou-se pela combinação inorgânica da ação insurrecional de massas com a ação organizada e armada da vanguarda.

Derrotado Somoza, o imperialismo teve de se rearticular. Os sandinistas aproveitaram a trégua para consolidar as organizações populares e preparar a defesa da revolução, enquanto com uma diplomacia flexível, dificultavam uma intervenção.

A reorganização da economia pós-insurreição, era condição para a consolidação da revolução, conforme o Ministro da Planificação, Comandante da Revolução Henry Ruiz: “A finalidade primordial do Plano de Reativação Econômica de 1980 é melhorar o nível de vida da população, satisfazendo suas necessidades e defendendo a Revolução, porque defendê-la é fazê-la na prática” (Santos, 1980, p. 28). Isto se confirmou no orçamento de 1980: 62% dos recursos dedicados à educação, saúde e habitação.

Nas lutas contra Somoza, os sandinistas selaram a unidade de um bloco nacional: o país “não conheceu uma guerra civil como se fala a torto e a direito, o que suporia um povo dividido em dois, mas uma guerra de libertação contra um verdadeiro aparelho militar de ocupação (...). Malgrado seu incrível heroísmo militar, a FSLN deve seu triunfo à sua capacidade política de agitar, de mobilizar e de organizar um vasto bloco popular que forneceu sua ossatura a uma guerra de movimentos, fase última das insurreições urbanas” (Debray, 1979b, p. 83).

No terreno político existia claramente a vontade de dar forma orgânica a esta unidade e coesionar um bloco social na-

cional. O nível de liberdades políticas era extremamente amplo como afirmava o jornal *Le Monde*: “No plano político, os revolucionários recusaram, até o presente, as tentações totalitárias. A liberdade de organização dos partidos é garantida, salvo, por que se espantar? aos somozistas. Eleições livres foram prometidas e realizadas. Um Conselho de Estado foi criado, onde os sandinistas e seus aliados não tinham senão uma pequena maioria; as forças “moderadas”, até então marginalizadas, aí puderam se fazer ouvir” (Clerc, 1979, p. 6).

Era necessário reorganizar o país no terreno político e econômico, mas também construir uma identidade nacional. Em particular por que os sandinistas se preparavam para enfrentar uma possível invasão imperialista. As contradições e diferenças culturais, étnicas, lingüísticas e raciais tencionavam o espaço nacional e traziam o germe de divisões que podiam ser exploradas pelo invasor.

O projeto sandinista apostou na dinâmica do novo, no resultado da ação de transformação. A revolução cultural se incorporou à revolução das condições materiais para ser parte dela. A revolução como processo social passou a ser a revolução do homem e de suas relações. Para isso era preciso liberdade para todos os setores sociais. Pluralismo partidário, liberdade de imprensa ou religiosa não eram concessões: “Nos interessa que exista o *La Prensa* (jornal da oposição burguesa), pois ele torna visível uma parte de nossa realidade”, como me afirmou, em 1981, Roberto Mejías, coordenador nacional dos CPCs. A existência de partidos e porta-vozes da oposição burguesa criava um interlocutor visível, o que permitia a luta política no terreno das idéias. Isto permitiria que “as idéias e valores inculcados pelos meios de comunicação ou reproduzidos pela dinâmica do mercado” pudessem ser mais bem observados, compreendidos e erradicados. Permitia também, que outros pontos de vista, mais críticos e externos ao projeto sandinista influenciassem, servindo para retificar rumos. Por último a canalização de todas as energias políticas (inclusive contraditórias) para o mesmo espaço, reduziam as forças centrífugas criadas em diferentes processos.

A revolução cultural, antes de tudo é uma revolução dos homens. Não é possível impulsionar processos novos com homens antigos, nem criar homens novos com processos antigos. Transformar as mentes é essencial numa nova sociedade que quer romper barreiras, reaproximar homem e natureza, restabelecer o indivíduo como constitutivo do coletivo. A restituição da responsabilidade ao homem, não apenas como ato retórico, mas criando condições para que isto se viabilize na prática, é decisivo neste tipo de projeto de transformação. Um processo centrado nos homens e em sua vontade como sujeitos, e não em processos cegos produzidos pelo mercado ou pelo planejamento.

A democratização da gestão política, da distribuição e produção, gera dinâmicas em todas as escalas, desde o bairro até a esfera nacional e internacional (não alinhamento como forma de ampliar seu espaço próprio e reduzir a pressão internacional). É a partir e neste processo que se articulava a destruição da sociedade anterior, a reconstrução da base material e a reorganização do espaço nacional. E o suporte deste projeto, foi a educação e mais concretamente a Cruzada Nacional de Alfabetização.

A segunda insurreição

A alfabetização rompeu com as características tradicionais da educação imposta pelos regimes liberais e conservadores (...); uniu no trabalho diário da aprendizagem, ao jovem e adulto, ao operário e camponês, à criança e ancião, e deu-lhes a esperança de serem, no futuro, elementos dinâmicos e úteis à Pátria; abriu caminho para descobrir outra cultura, desconhecida até então: a Cultura Popular.

**Carlos Nuñez, Comandante da
Revolução Sandinista (1980).**

“E também lhes ensinam a ler”.

O antecedente mais remoto da Cruzada aparece em Sandino, me disse o Ministro da Educação Carlos Tunnermann:

“A primeira escola rural criada na Nicarágua sob o duplo signo pedagógico e político, uma verdadeira escola para a libertação, foi aberta em 1928 por Augusto Cesar Sandino nas montanhas de Las Segovias. Uma verdadeira escola rural junto aos grandes rios e sob a copa de altas árvores, onde, alfabetizadores e alfabetizados, compartilhavam as mesmas condições inóspitas, o mesmo solo perfurado pelas bombas e o mesmo céu nublado pelos aviões. Onde o mestre era guerrilheiro, guerrilheiro o aluno, e alunos e mestres juntos, sempre guerrilheiros; o que equivalia a ensinar, aprender e disparar em situações difíceis. O plano pedagógico de Sandino não podia ser mais funcional: ensinar a ler e escrever enquanto se descansava o arado e recostava o fuzil” (1983, pp. 73 e 74).

Sandino organizou em seu exército popular um Departamento Docente, cujas atividades ele próprio descreve:

*“a tarefa do Departamento Docente, ainda que de grande importância, foi muito complicada devido às circunstâncias. Era preciso ensinar a ler e escrever a muitos oficiais e 90% dos soldados que eram analfabetos. Para cada oficial foi designado um ajudante para dar aula entre as batalhas e emboscadas e que enviava informes periódicos de seus progressos. Entre os soldados, era ainda mais difícil, mas se procurava fazer todo o possível. Também eram mantidas escolas nos ‘palenques’ ou povoados de índios: San Carlos, San San, Krasa, Asan, Bocay, Rayty. (...) A principal atividade destas escolas era ensinar aos aborígenes, trabalho que muito já adiantamos. Além dessas escolas, existem outras menores nas planícies, onde são usados métodos gráficos de ensino” (Sandino, **Maldito País**, p. 135).*

Nas cartas de Sandino observamos inúmeras referências à educação e elogios a oficiais que aprenderam a ler “e mesmo escrever à máquina”, o que, a seu ver, os transformava em “verdadeiros intelectuais”. Foi este exemplo histórico que levou os sandinistas, que sempre procuraram recuperar as experiências do General de Homens Livres, a preocupar-se desde o início de sua atividade política com o trabalho de alfabetização.

Tomás Borges, em dezembro de 1980, lembrou que “Carlos (Fonseca) iniciou esta Campanha de Alfabetização, quando disse a Germán Pomares e a mim, quando ensinávamos camponeses a manejar os fuzis: ‘E também lhes ensinem a ler!’”

“E também lhes ensinem a ler”, afirmava sempre Carlos Fonseca, fundador da Frente, quando dava orientações a seus companheiros nas montanhas. Orientação que era levada a sério. Nas áreas de controle e influência dos sandinistas foram organizadas verdadeiras escolas e houve uma grande dedicação à atividade de educação, como ocorrera na época de Sandino. Frei Beto conta que os livros de Paulo Freire eram lidos clandestinamente na época de Somoza (Beto, 1980, p. 12).

A Cruzada de Alfabetização sempre esteve presente nos programas sandinistas. O Programa Histórico da FSLN, conhecido como Herança Programática de Sandino, em 1969 afirmava: “Será impulsionada uma campanha maciça para exterminar de forma imediata o analfabetismo”. Quando começou a se transformar em uma alternativa nacional, a FSLN enviou educadores para estudar em outros países (Estados Unidos, Cuba, etc.), em particular onde havia experiências de alfabetização de massas.

O Programa Imediato do Movimento Povo Unido, divulgado em janeiro de 1979, confirmava esta intenção: “De imediato, serão dados os passos necessários para pôr fim ao analfabetismo mediante a realização em todo o país de um Plano de Alfabetização”. Mas quando se aproximou a vitória, o Programa desceu a questões mais concretas. O Plano deve “envolver a todos os estudantes, professores e trabalhadores voluntários. Para tal será intensificada a formação de professores e a construção de escolas de modo que não exista uma só pessoa, bairro, vale ou comarca sem acesso à educação”.

No início de julho, duas semanas antes da tomada do poder, a Direção Nacional já contava com um projeto de alfabetização elaborado por uma comissão de educadores. Quatro semanas mais tarde, no início de agosto, em um dos primeiros atos do novo poder, o Padre Fernando Cardenal foi nomeado coordenador da Cruzada Nacional de Alfabetização.

Semear escolas

Em agosto de 1979, Carlos Tunnermann, recém-nomeado Ministro de Educação, em uma conferência na Universidade Centro-Americana (UCA), esboçava um plano da campanha:

“Temos que semear escolas. Essa seria a palavra indicada. Porque é preciso semear a educação em cada rincão do território nacional, para produzir o homem novo e para que a

Nicarágua se converta em uma grande escola. Todos nós vamos ser sujeitos nessa educação, ensinando ou aprendendo. Porque quando começar a Cruzada Nacional de Alfabetização, nós mobilizaremos todos nesta tarefa que será um grande desafio. É obrigação de cada nicaragüense que sabe ler, ensinar ao que não sabe ler e escrever. Queremos organizar a Cruzada em brigadas e chamar os alfabetizadores de combatentes, para que ensinem com grande mística e disciplina. Vamos pedir aos professores e a todos, para dar uma parte de seu tempo para a alfabetização nacional. Porque nosso desafio é alfabetizar nada menos que 500 mil nicaragüenses no próximo ano. Já temos uma equipe planejando esta gigantesca empresa. Vamos fazer alfabetização com consciência, não apenas alfabetização pela alfabetização, mas alfabetização ligada a desenvolvimento a partir do próprio lugar onde ela acontece” (1983, pp. 41 a 43).

Ainda em agosto, um mês após a insurreição, foram instaladas a Comissão Nacional de Alfabetização, 18 comissões departamentais e 144 municipais. No mês seguinte, foram estudadas as Campanhas de Alfabetização em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Cuba, Moçambique e Guiné-Bissau, além das experiências da própria Nicarágua.

Para viabilizar a planificação da Cruzada foi feita uma ampla pesquisa: “Recordo o Seminário de Planificação na primeira semana de outubro”, lembra Fernando Cardenal, “estudamos todas as atividades que era preciso realizar para iniciar a Cruzada em 24 de março de 1980. Fizemos um cronograma e nos demos conta que estávamos contra o tempo. Tínhamos duas semanas previstas no cronograma para isto, e era impossível organizar um Censo Nacional nesse prazo, mas era necessário. Reunimos os representantes das organizações de massas e colocamos o problema. Os jovens se enfiaram nas montanhas durante vários dias. Era inverno e algumas vezes tivemos de ir retirá-los com helicópteros, mas o Censo foi feito. Todas as organizações deram tudo que tinham de pessoal, de organização, etc.” (Cardenal, 1980, p. 16).

Com o Censo se tratava de detectar quem sabia ou não ler e escrever, residência e ocupação, disponibilidade para aprender ou ensinar, além de locais. A idéia era usar computadores para tabular as informações. Mas o número de formulários era tal que isto paralisaria todos os equipamentos e técnicos de informática do país existentes na Nicarágua à época, durante duas semanas, o que era inaceitável para a economia. Foi decidido processá-los manualmente e 2.500 decodificadores voluntários foram preparados e em dez dias levantaram os dados mais necessários à Cruzada, deixando os outros para um trabalho posterior, através de computadores.

Dos 2,5 milhões de habitantes do país, 1.439.474 pessoas foram entrevistadas (quase 60%). O censo revelou 50,2% de analfabetismo na população de mais de dez anos⁵, em algumas regiões chegava a 87%. E que para cada 3 analfabetos, havia uma pessoa disposta e potencialmente capaz de ensinar.

Além da coleta de dados, que serviam à planificação da Cruzada, a realização do Censo foi uma primeira experiência de organização acumulada e serviu à localização de muitos dos problemas que se teria na Cruzada. Foi uma verdadeira mobilização popular impulsionada pelas entidades de massas e milhares de pessoas participaram nas pesquisas e na apuração. A Coordenação da Cruzada pôde então avaliar os problemas logísticos e de organização que teria para levar a cabo uma mobilização do porte pretendido.

Em novembro o Censo já estava terminado e processado. Um seminário intensivo de planificação nacional foi organizado durante uma semana para definir os dispositivos da campanha, as tarefas e locais das atividades, para repartir os efetivos e estabelecer um calendário geral de operações.

5 A alfabetização, para Somoza era desnecessária, prejudicial e impossível. Desnecessária porque o modelo econômico não necessitava qualificação de mão-de-obra. Prejudicial, porque daria aos trabalhadores cotas de poder. Impossível, porque não se dispondia a distribuir quotas de poder, era impossível ensinar a ler e a escrever aos trabalhadores,

Com o objetivo de experimentar os cadernos, materiais pedagógicos, métodos e planos elaborados, foram organizados Projetos Pilotos em diferentes regiões do país para prever problemas, traçar novas estratégias, melhorar os instrumentos e revisar os métodos e projetos empregados.

No final de 1979 começava o recrutamento e preparação dos alfabetizadores, o desenvolvimento da mística da Cruzada e o enfrentamento dos problemas logísticos.

A subversão da rotina

No livro “Questões do modo de vida”, no artigo “A vodka, a Igreja e o cinema”, Trotsky dizia que na Rússia não se freqüentava “a igreja por espírito religioso, mas porque lá existe muita luz e esplendor, muita gente e se canta bonito. A Igreja atrai por uma série de motivos sócio-estéticos, que a fábrica, a família e a rua não oferecem. (...) Divertimento e distração tem um enorme papel nos ritos da Igreja. A Igreja age por métodos teatrais que provocam impacto à vista, ao ouvido, ao olfato (o incenso) e, através deles à imaginação. Ela responde à necessidade humana de espetáculo - ver e ouvir qualquer coisa de não habitual e de colorido, qualquer coisa além do acinzentado cotidiano...” Era esta mística que atraía o cidadão comum, enfurnado em sua rotina casa-trabalho (1979, p. 71).

A revolução não é fuga, mas a subversão da rotina. Por isso ela é capaz de gerar emoções e valores que, por sua vez, servem de instrumentos de legitimação e coesão ideológica. Quando tratamos realmente de uma revolução, isto é, quando esta subversão se dá ao nível de massas, vivemos o momento de formação de uma nova consciência, onde a teatralidade e a mística não estão separadas da vida quotidiana.



Transformar a escuridão em claridade

Ao se situarem como continuidade de um processo cultural e social, os sandinistas recuperaram uma mística de massas oriunda das relações comunais indígenas, da associação cooperativista, da igualdade dos oprimidos, da luta clandestina, do antiimperialismo intransigente e da necessidade da soberania nacional. Mística que se construiu com Sandino e se desenvolveu com a FSLN. Um dos seus primeiros atos no poder foi a abolição do título de Dom, pois a seu ver não havia porque estabelecer hierarquia entre os cidadãos: “A regional norte do Estado-Maior da Frente Sandinista faz saber, pelo presente, que não é permitido a nenhum combatente portar o título ou se chamar de ‘comandante’, ‘dom’ ou ainda menos ‘senhor’. A camaradagem sandinista proíbe que se renda culto a quem quer que seja, pois devemos uns aos outros apenas palavras de fraternidade. Não existe melhor homenagem para um sandinista, combatente ou miliciano, que o título de ‘hermanito’ (irmãozinho) ou companheiro...” (Debray, 1979, p. 87).

Num país com 50,2% de analfabetos, uma imagem vale mais que mil palavras. E quando esta imagem ganha as massas, as ima-

gens se simplificam. A luta de Sandino e dos combatentes mortos, o seu programa, as suas esperanças terminavam se expressando apenas através de um chapéu de copa alta e aba larga. O guerrilheiro se transformou no carinhoso “muchacho” (garoto), o vermelho e negro passaram a representar sangue e luta, liberdade ou morte, rebeldia e dignidade. A teatralidade das barricadas e dos combates envolvia e atraía. A palavra sandinismo passou a representar um programa, uma possibilidade de luta, uma esperança de vitória e de nova vida: “na montanha enterraremos o coração do inimigo” e “o amanhecer não será mais uma tentativa”.

Omar Cabezas, dirigente sandinista, conta como os sandinistas descobriram o fogo como instrumento de agitação, nos bairros populares. Certa vez, num desses bairros, ao cair da noite, os sandinistas acenderam tochas para continuar a agitação. Os populares ficaram observando o fogo e “ouvindo a palavra revolucionária”. Podia-se ver a influência mística dos elementos da natureza: o fogo entrava pelos olhos, aguçava os ouvidos e liberava a imaginação e esperança das pessoas. As tochas, desde então, passaram a ser um elemento constante nas reuniões e manifestações nos bairros populares.

Esta mística, esta teatralidade com um colorido que não se encontrava na vida quotidiana, serviu a coesão da Cruzada, toda concebida como uma nova guerra de libertação: com seu exército (o EPA), suas milícias, seus combates, seus informes de guerra e suas ações de propaganda...

As principais ações revolucionárias foram encenadas pelos brigadistas, como conta Silvio: “meus companheiros e eu recebemos instruções da Juventude Sandinista para ir aos bairros de Masaya fazer propaganda da campanha; logo faríamos a ocupação da Casa de Governo (referência à ação de 1978), pediríamos por todo o pessoal, um resgate em dinheiro ou material didático para a Cruzada” (Ocampo, 1984, p. 25).

A população inteira reviveu o processo insurrecional em uma grandiosa representação teatral contracenada por todos. Esta

obra de representação coletiva foi transformada em uma homenagem aos que tinham caído na luta: Cruzada Heróis e Mártires pela Libertação da Nicarágua. As colunas, as brigadas, os espaços de educação e os atos públicos ganhavam os nomes dos mártires caídos, no lugar onde eles estiveram presentes, como escreve Hugo: “primeiro fomos à casa de Juan Estrada, que deu nome a nossa esquadra. Gritamos várias vezes seu nome e quem mais gritou foram os companheiros que tinham estudado com ele. Seu nome foi posto na esquadra como uma maneira de cumprir o sonho pelo qual ele tinha lutado e morreu. Logo passamos em frente da casa de Guillermo Sarria e gritamos em coro vários ‘Presente!’ . Sua mãe se emocionou e chorou muito: éramos a projeção de seu filho, ou melhor, era o seu filho que estava conosco” (Ocampo, 1984, p. 42).

As formas de organização e o uniforme dos brigadistas do Exército Popular de Alfabetização (EPA) tinham um papel nesta mística. Uma “cotona”, camisa camponesa do século passado, de cor cinza com um distintivo foi a principal peça do uniforme. “Uniforme que é um símbolo e um distintivo com funções muito importantes do projeto. As brigadas alfabetizadoras, em todo sentido da palavra, constituirão o grande Exército Popular de Alfabetização, vanguarda da libertação cultural do país. As funções dos brigadistas exigem um investimento mínimo em símbolos que têm sua razão política: o uniforme servia para identificar o brigadista ante os camponeses e as autoridades políticas, militares e administrativas do país, facilitando o apoio que sua missão necessitava. Para os brigadistas o uniforme era uma recordação contínua do tipo de comportamento revolucionário, patriota e às vezes heróico que se comprometeram a ter perante o povo nicaraguense. A história do nosso e de outros processos semelhantes, mostra o valor de motivação e educação política que carregam os símbolos revolucionários, mesmos os mais simples e austeros” (Revista Encuentro - Especial, 1980, p. 43).

A mística também marcava presença nos comunicados, apresentados como partes de guerra, nos hinos, nas inúmeras

canções feitas no decorrer da Cruzada, no juramento do brigadista e na própria preparação dos combatentes, similar à do guerrilheiro da “outra guerra de libertação”: “nos treinamentos físicos fizemos várias caminhadas à lagoa de Apoyo, - comarca Las Crucitas, onde passávamos um dia no campo. Também fazíamos diariamente exercícios de todo tipo e competições entre as esquadras”, conta Francisco (Ocampo, 1984, p. 26).

Para reforçar esta mística, no dia 20 de dezembro de 1979, a Junta de Reconstrução Nacional, considerando, que no ano seguinte seria feita a grande “Cruzada Nacional de Alfabetização Heróis e Mártires da Libertação da Nicarágua”, declarou oficialmente o ano de 1980 como “Ano da Alfabetização”.

Aprendendo a ensinar

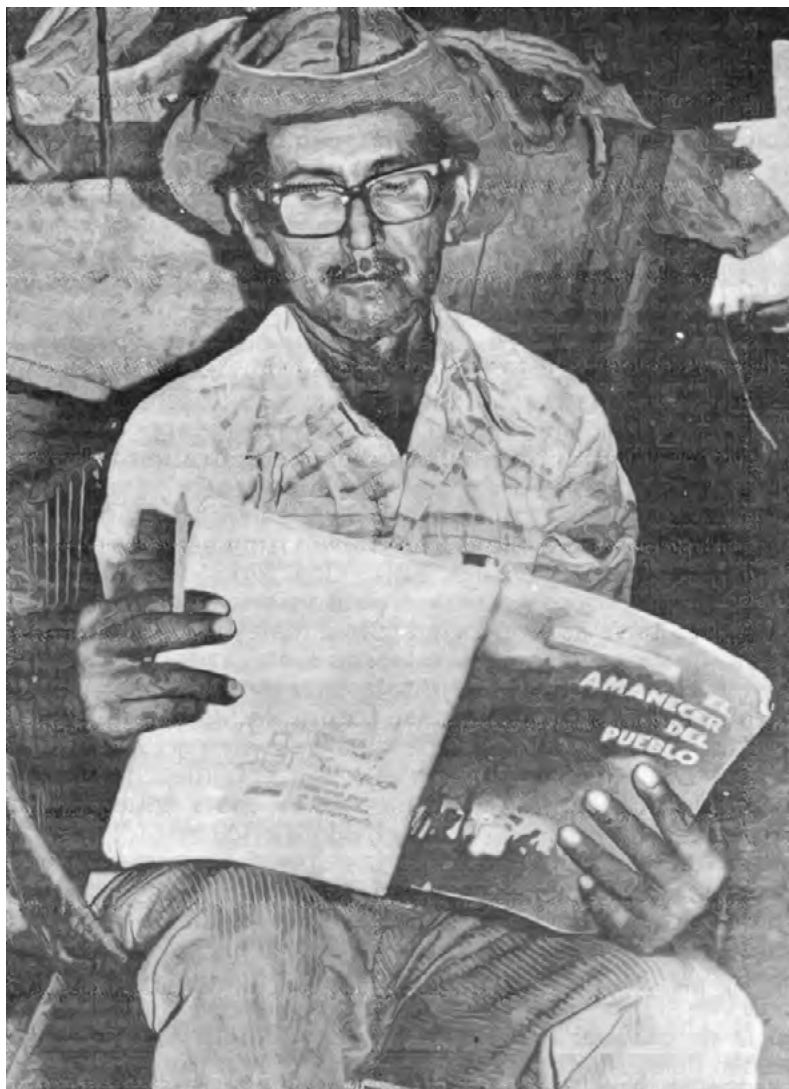
Enquanto a agitação da Cruzada ganhava as ruas, começava a preparação dos alfabetizadores voluntários. Para poder capacitar mais de 150 mil pessoas, que direta ou indiretamente participariam da Cruzada, utilizou-se uma mecânica multiplicadora: “Em uma primeira etapa foi preparada uma equipe de 80 formadores (futuros treinadores dos alfabetizadores) em uma oficina de 15 dias. Este primeiro grupo passou por uma experiência de campo para comprovar a eficácia de sua preparação. Em uma segunda etapa, estes primeiros formadores assumiram o treinamento de outros 560 e logo de mais sete mil. Estes oito mil formadores se encarregaram de preparar o universo total de alfabetizadores, ao nível departamental e municipal, em oficinas de dez dias de duração que se prolongaram até março de 1980” (Revista Encuentro – Especial, 1980, p. 37).

A preparação dos alfabetizadores era multifacetada: cursos sobre a história do país, sobre a situação política, econômica e social nacional, preparação física e militar, curso de sobrevivência na selva, além, é claro, da capacitação pedagógica. Nas

oficinas se rompia com a estrutura autoritária de educação. O formador era apenas um orientador e não um elemento executivo alheio àqueles que estavam sendo preparados. Eram promovidos debates e introduzidos elementos artísticos; a partir de sociodramas (encenações da vida real), eram estudadas as condições sociais e o processo político que se vivia no país. A postura autocrítica era estimulada a partir de um balanço, após cada sessão de trabalho. O alfabetizador era também orientado para respeitar o camponês e enfrentar suas dificuldades coletivamente. Eram preparados para estudar as doenças de cada região, aproveitando-se o EPA para atividades na área de saúde.

O Ministério da Saúde desenvolveu uma série de ações dentro da Cruzada. Entre elas formou 11 mil formadores de saúde e elaborou cartilhas para preparar os brigadistas para detectar e aplicar tratamento à malária. Os alfabetizadores foram imunizados contra o tétano e outras enfermidades, formados e equipados para oferecerem primeiro-socorros, detectar a Leishmaniose (Lepra da Montanha) e instruídos para a aplicação de diversas vacinas e medidas sanitárias. Equipes do Ministério e Brigadas de Saúde, além de um programa específico de TV sobre educação em saúde, deram suporte a estas atividades.

Um Departamento de Apoio Logístico foi organizado pela Coordenação Nacional para estudar, resolver e coordenar o apoio logístico desta operação tão ampla e complexa que foi a Cruzada. Foi necessário garantir e organizar o transporte “de todo material pedagógico e técnico (cartilhas, manuais, lápis, quadros-negros, apagadores, etc.); o transporte de pessoal e os locais para a alfabetização; o alojamento dos brigadistas no campo e na montanha; um sistema de saúde preventiva e curativa; o subsídio alimentício para as famílias camponesas que abrigariam os brigadistas; um sistema de comunicação e informação que permitisse manter contato direto e contínuo com todas as brigadas distribuídas pelo país; o abastecimento de querosene e baterias para os lampiões e rádios, etc...” (Revista Encuentro - Especial, 1980. p. 37).



O amanecer do povo

No campo da informação e comunicação, foi formada uma rede permanente com a participação de radioamadores, do sistema de comunicação do Exército Popular Sandinista e uma equipe de rádio da própria Cruzada. Somou-se a ela o Sistema Sandinista de Televisão, as rádios

do governo, os jornais da FSLN, além de órgãos privados de comunicação de massas.

Se a rede de comunicação do Exército Sandinista era um meio de articulação interna da Cruzada, os outros meios de comunicação se responsabilizavam por serviços de informação e comunicação de massas e do reforço das orientações técnicas, pedagógicas e políticas dadas nas oficinas de capacitação.

Antes da alfabetização, lançou-se um programa de rádio – “A Insurreição Cultural em Marcha” - com o objetivo de mobilizar os camponeses para participar na alfabetização mostrando o que ela significaria para eles. Foram feitas chamadas para participação no Censo e a Televisão, que na época tinha alcance quase que exclusivamente urbano e limitado ao Pacífico, foi usada para conclamar os pais a permitir que seus filhos fossem alfabetizadores. Durante a Cruzada foi lançado um programa de televisão – “Do A ao Z na Alfabetização” - com 28 sessões de meia hora por semana, mesas-redondas, entrevistas, mensagens aos alfabetizadores, documentários. Os noticiários informavam sempre sobre a alfabetização e esporadicamente havia programas especiais sobre fatos importantes da Cruzada.

Dia 24 de março, início da mobilização para o campo, começou a ir ao ar o programa de rádio “Punho ao Alto”, com duas emissões diárias de 45 minutos, que teve papel primordial na campanha. Inicialmente o programa foi concebido como um serviço para os alfabetizadores, dando informações e servindo a comunicação com os familiares. Depois ele passou a oferecer apoio técnico e orientações pedagógicas para os brigadistas. Os jornalistas que faziam o programa iam para as diversas regiões do país, para mostrar do próprio local, as dificuldades e sucessos da Cruzada, constituindo-se em um meio de socialização nacional de todas as atividades e contribuindo para sua unidade.

Toda a publicidade da campanha foi feita gratuitamente pelos meios de comunicação. Durante 18 dias se publicou nos jornais La Prensa e Barricada uma coluna chamada de “Tudo que

você deseja saber sobre a Alfabetização”. Foram publicados ainda dez temas ligados ao Caderno de Orientações, que se chamou Cátedra de Alfabetização. Na imprensa escrita foram publicadas matérias especiais, com letras maiores e tipo simples, para estimular os alfabetizando à leitura.

Foram publicados 17 números (110 mil exemplares) de Boletins Oficiais, intitulados “A Cruzada em Marcha”, com periodicidade quinzenal (distribuídos também para Governos e Chefes de Estados de outros países, embaixadas, Comitês de Solidariedade e Comissões Departamentais e Municipais), que levavam as orientações oficiais da coordenação da Cruzada até o último rincão do território nacional.

Para ampliar este esforço de informação, a Coordenação da Cruzada falava à imprensa quase quotidianamente. Os meios de comunicação foram também utilizados para pedir doações em dinheiro, transporte, óculos, materiais didáticos, etc.

As diversas entidades de massa, também colocaram sua imprensa a serviço da Cruzada. Um destaque especial teve o jornal da Juventude Sandinista, O Brigadista, que chegava a todos os membros do EPA no país pela estrutura da CNA, às organizações de massa, às instituições do Estado, aos Governos e organizações de solidariedade espalhadas por todo o mundo.

Murais artísticos eram construídos nas paredes e muros, sendo que na costa atlântica eram escritos nas três línguas faladas na região. Milhares de cartazes e murais foram pintados, também, pelo povo nas paredes de toda a Nicarágua e outros impressos para a divulgação no país e internacionalmente.

A palavra dada ao povo

Do ponto especificamente técnico-pedagógico, o método utilizado é similar ao de Paulo Freire: “O formador apresenta uma imagem para o grupo que está sendo alfabetizado e pro-

move um diálogo sobre o tema que a imagem sugere. Este é um momento de forte conteúdo político não só pelo que se expressa neste diálogo, mas pelo fato de se dar a palavra às massas populares, sobretudo as camponesas. Com efeito, através deste momento metodológico e psicossocial se recupera a tradição oral de nosso povo que é reafirmada como um de nossos maiores valores. A palavra é dada ao povo para que ele, grupalmente, expresse sua leitura da realidade e reflita sobre seu processo de libertação” (Revista Encuentro - Especial, 1980, p. 26). Para estabelecer e animar o diálogo, o alfabetizador pede que descrevam uma imagem, incentiva-os a analisar e a perguntar sobre o que vêem. Procurando sempre trazer à tona o cotidiano dos alfabetizados a partir da sua experiência em relação ao tema tratado, o Brigadista estimula a prática de expressão oral, incentiva o tímido ou inseguro e devolve as perguntas para os alfabetizados. Além de distribuir a palavra, ele esclarece, introduz novos elementos e procura impedir que o debate perdesse o seu fio condutor. Após certo tempo, o alfabetizador faz um resumo das principais idéias e conclusões levantadas no debate.

“Desta primeira etapa de decodificação da imagem motivadora, uma etapa analítica, política, oral e psicossocial, passa-se a um segundo momento metodológico: o momento de síntese no qual se extrai uma forma que condensa alguns elementos fundamentais do conteúdo do tema” (Revista Encuentro - Especial, 1980, p. 26). A partir do diálogo se retém uma frase de onde se extrai de forma analítica os elementos necessários para a aprendizagem da lecto-escritura. Da frase inicial se chega a uma palavra que é decomposta e estudada em sílabas como unidade fonética. Com as sílabas estudadas, se constroem novas palavras promovendo a criatividade do grupo alfabetizado.

Paulo Freire afirmava que para criar o interesse era fundamental que se tratasse da vivência do alfabetizando. No Nordeste do Brasil, os problemas eram a miséria, a terra, a plantação. Na Nicarágua pós-guerra, a experiência do povo era a insurreição armada recém-vivida contra Somoza, a vitória e a

reconstrução do país: a revolução. Palavra, aliás, que serviu para aprendizagem das vogais já que em “**LA REVOLUCIÓN**” podem ser encontradas todas as vogais.

Como instrumento para o trabalho de alfabetização foi criada a cartilha “O amanhecer do povo”, em que 23 temas foram escolhidos, ligados à recuperação da história, ao processo revolucionário, a pontos do Programa do Governo de Reconstrução Nacional como habitação e saúde, à integração nacional, à política internacional e à organização popular. Na cartilha, para cada tema se escolheu uma imagem, em geral entre fotografias.

Para orientar os alfabetizadores, foi criado outro instrumento: o “Caderno de Educação Sandinista: orientação para o alfabetizador” que ensinava a utilizar a cartilha de alfabetização “O amanhecer do povo” desenvolvendo cada lição, os testes, um diário de campo para recolher a experiência de participação na Cruzada, o registro de assistência e temas políticos de base para as lições. Além destes dois instrumentos foi utilizada uma terceira cartilha: “Cálculo e reativação, uma só operação”, com operações matemáticas e dados econômicos.

Para submeter à prova os materiais elaborados, testar a formação dos alfabetizadores, e confirmar a eficácia dos métodos de ensino, foram realizados projetos pilotos, em diferentes regiões, que se mostraram muito efetivos em prever problemas, traçar novas estratégias, melhorar os instrumentos, métodos e procedimentos empregados.

O exército popular de libertação

O principal fórum de decisão e organização da Cruzada foi a Comissão Nacional de Alfabetização, da qual participavam as organizações de massas: Juventude Sandinista, CST, ATC, Amnlae, Anden, Frente de Estudantes Secundários (FES), a União Nacional de Empregados (UNE), a Confederação dos

Pais de Família (CPF), os CDS e as milícias. Participavam também representantes do EPS e da FSLN, a UCA (Universidade Centro-americana), a Unan (Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua), a CEN (Conferência Episcopal da Nicarágua), a Escola Radiofônica da Nicarágua (ERN), a UPN (União de Jornalistas da Nicarágua) a Fenec (Federação Nacional de Educadores Católicos); e organismos do Estado como o Inra, o Inde (Instituto Nacional de Desenvolvimento), os Ministérios da Saúde, da Educação, da Cultura, da Planificação, de Transportes e Obras Públicas, o de Bem Estar Social e o do Interior.

A Comissão Nacional tinha sua correspondente departamental e municipal, com representantes das organizações que participavam da comissão nacional, acrescidas de outras com presença apenas local. Como órgão executivo da Comissão criou-se uma coordenação dotada de um conjunto de divisões:

- Divisão de Coordenação Executiva;
- Divisão Técnico-pedagógica;
- Divisão Técnico-organizativa
- Divisão de Divulgação e Imprensa;
- Divisão de Publicidade e Propaganda;
- Divisão de Desenho e Produção;
- Divisão de Promoção Financeira;
- Divisão Administrativa;
- Divisão de Estatística;
- Divisão de Museu

Para efeito de organização, a Cruzada foi dividida em duas Zonas: a urbana e a rural. Na zona urbana foram organizados os Alfabetizadores Populares (AP) e o campo ficou sob a responsabilidade do Exército Popular de Alfabetização (EPA).

Nas cidades, os CDS eram os responsáveis por levantar os analfabetos e conseguir os locais para a alfabetização e, junto com a Amnlae e a Anden, oferecer os Alfabetizadores Populares (AP) ou os Guerrilheiros Urbanos de Alfabetização (GUA), trabalhadores que alfabetizavam nos bairros, colônias ou

centros de trabalho. Cada local de trabalho, pela tarde ou pela noite, se transformava em escola. Nas indústrias se formaram as Milícias Operárias de Alfabetização (MOA). Algumas destas MOAs, com operários selecionados pela Central Sandinista dos Trabalhadores (CST) e outros alfabetizadores populares, foram destacadas para o campo, particularmente no último mês da Cruzada considerado como o da Ofensiva Final.

O Exército Popular de Alfabetização era composto de voluntários que podiam dedicar-se em tempo completo e por seis meses à alfabetização. Por isso ele foi formado basicamente de estudantes secundários e universitários recrutados pela Juventude Sandinista e além de professores recrutados pela Anden.

A pouca idade dos voluntários, foi utilizada pela contrarrevolução para criar dificuldades à Cruzada. As velhas cantilenas de que os “comunistas comem criançinhas”, que faziam “lavagem cerebral nos jovens e nos camponeses”, foram retomadas pela reação. A luta ideológica levou em muitos lugares a que se instaurasse a polêmica entre os voluntários e seus pais. A Frente decidiu responder no terreno ideológico propondo que as crianças conquistassem seu direito de ir alfabetizar, exigindo uma carta de autorização assinada pelos pais.

A decisão era difícil. Os familiares receavam enviar seus filhos para viver seis meses nas duras condições do campo, em locais sem comunicação, correndo o risco de ataques dos Contras, como vemos no depoimento de Juan: “Meus pais se mostraram um pouco resistentes a que eu fosse, porque diziam que, no mínimo, nos iriam degolar. Também fizeram uma propaganda maldosa de nós: por exemplo, que éramos comunistas ateus. Na realidade, íamos pôr em prática nosso cristianismo”. Ou neste outro, de Silvio: “Me lembro de que as pessoas diziam que éramos desocupados. Um senhor, em uma conversa, me disse: Você vai domesticar nossos camponeses, vai ensinar-lhes o comunismo, o marxismo. Isso não é coisa de cristãos e tem fins políticos a favor da FSLN”. Esse argumento não lhe tocava muito: “Eu não

tinha conhecimento destas ideologias e muito menos poderia ensiná-las. As palavras deste senhor me fizeram lembrar um pensamento de Paulo Freire, que li em meu diário: ‘A alfabetização não é um fato pedagógico com implicações políticas e sim um fato político com implicações pedagógicas, já que ensinar a ler e escrever é um projeto político’”. A experiência insurrecional, na qual era grande a participação dos jovens, lhes mostrava os sandinistas ao lado do povo, e não como mentores de ideologias alienígenas. A alfabetização era um anseio legítimo do povo, como vemos nas palavras de Juan: “Sou um jovem de quinze anos, inquieto por ensinar a quem não sabe. Tomei esta decisão porque todos têm direito à educação e nós teríamos que tornar prático esse direito de trabalhadores e camponeses”.

Primeiro, houve uma batalha nas casas, onde cada voluntário, individualmente ou com seus irmãos, tratou de conquistar o seu direito. Os lares se transformaram em locais de agitação política, debates, reuniões, e as primeiras vitórias foram se sucedendo. Os brigadistas autorizados começaram a ganhar as ruas, realizar manifestações, reunir-se em grupos que visitavam os pais que não tinham autorizado seus filhos, para convencê-los. O porte da mobilização e a solidariedade dos trabalhadores e camponeses era um argumento imbatível: “Recordo que no caminho encontramos um camponês que me perguntou se eu ia ser enviado a sua comarca. Respondi afirmativamente. Ele me disse que tinha ouvido que iam assassinar os brigadistas, mas que para matar um de nós, primeiro teriam que matá-los, porque nos defenderiam e nos queriam como se fôssemos seus próprios filhos. Aquelas palavras me serviram de estímulo. Demonstravam a confiança que nos depositavam” (Francisco).

Dezenas de milhares de jovens convenceram seus pais e o EPA organizou-se nos mesmos moldes e com o mesmo desenho do Exército Popular Sandinista. Seis Frentes de Guerra com a mesma localização e nomes da guerra de libertação (Revista Encuentro - Especial, 1980, p. 31).



O exército popular de Alfabetização travou a batalha do lápis

Essas Frentes de Guerra se organizavam em Brigadas que reuniam todos os alfabetizadores que trabalhavam em um mesmo município. As Brigadas tinham o seu Estado-Maior formado pelo responsável da Brigada, o segundo pelo mando e os res-

ponsáveis das Colunas. Esses Estados-Maiores mantinham uma contínua coordenação e articulação com a respectiva Comissão Municipal de Alfabetização.

As Colunas, por sua vez, eram constituídas por cerca de 120 alfabetizadores organizados em quatro esquadras. As colunas, sempre que possível, procuravam coincidir sua localização geográfica com o de uma comarca rural. O Estado-Maior da Coluna era formado pelo responsável da Coluna, o segundo pelo mando e os responsáveis das esquadras, compostas por cerca de 30 alfabetizadores tendo de um a três técnicos (professores, para assessoria pedagógica aos alfabetizadores).

Para facilitar a organização e a capacitação, buscava-se que os componentes de cada esquadra viessem do mesmo instituto ou faculdade. As esquadras eram ainda organizadas por sexo e grupos de idade e localizados por grau de dificuldades.

A Associação dos Trabalhadores do Campo ficou responsável, de localizar os analfabetos na área rural, criar espaços educativos e instalar brigadistas em famílias camponesas.

Caberia ainda, uma referência, na organização da Cruzada, à Associação de Niños (Crianças) Sandinista (ANS) responsável pela retaguarda. A participação de crianças durante a guerra de libertação tinha sido muito significativa não havendo porque marginalizá-las da Cruzada. Além do mais, a mobilização maciça exigia a liberação de muitos jovens pais e mães de família para as atividades necessárias. As crianças foram organizadas pela Amnlae e Anden e encarregadas pela preparação, organização, separação e empacotamento dos materiais didáticos a serem enviados para as Frentes de Alfabetização.

Além dessa estrutura, inúmeras outras formas de organização e iniciativas foram criadas de maneira espontânea a partir da dinâmica de mobilização da Cruzada. Nas instituições públicas, no EPS, na Polícia Sandinista e nas prisões existiram iniciativas de alfabetização promovidas por voluntários desses próprios organismos. Um caso especial, a ser citado, foi a inicia-

tiva de cegos que se reuniram para organizar e desenvolver a alfabetização em braile para seus companheiros.

A fundação do planejamento

“Terminada a Cruzada, (...) haverá um período de avaliação e diagnóstico cujo propósito será sistematizar e organizar uma série de pesquisas que enriquecerão nossa herança cultural. Trabalho de campo onde intervirão milhares de mãos e olhos ansiosos por redescobrir nossa realidade nacional, soterrada por milhões de anos e pelo abandono. (...) Precioso legado que teremos de primeira mão e que consistirá de uma série de fatores materiais e valores morais que denominamos de subprodutos” (Tunnermann, Revista Encuentro - Especial, 1980, pp. 10 e 11).

Estas investigações, segundo Tunnermann, podiam ser divididas, grosso modo, em três tópicos:

Econômicos:

- Censos para recolher informações sobre a situação agropecuária, ocupacional, sistemas de comercialização, etc;
- Anotar a participação do alfabetizando na produção regional. Seus próprios cultivos;
- Descrever a distribuição da terra: minifúndio ou latifúndio;
- Quadro salarial, participação do alfabetizando nos cortes de estação.

Sociais:

- Desenhar a casa, palhoça ou habitações mais correntes na região, para começar a história da habitação na Nicarágua;
- Coleta da história oral da guerra de libertação nacional;
- Plano de erradicação da malária;
- Projeto de educação sanitária. O Ministério da Saúde elaborou uma cartilha sobre medicina preventiva e saúde ambiental.

Culturais:

- Coleta de exemplares da flora e fauna das várias regiões;
- Arrolar as comidas típicas do lugar, em especial as com milho;
- Coleta do tesouro nacional em lendas, artesanatos, etc.;
- Investigações para detectar possíveis jazidas minerais, tesouros arqueológicos, etc.

Este estudo do “meio geográfico, da organização social da comunidade, da prática produtiva, social, cultural e política desta comunidade” do ponto de vista educativo, tem, segundo o Caderno de Educação Sandinista, quatro fins:

- a) conhecer o meio para melhor adaptar-se e desenvolver o trabalho de alfabetização;
- b) . elevar a formação política, social e cultural do alfabetizador;
- c) acumular um conjunto de informações que sirvam como “uma fotografia viva de nossa realidade nacional na zona rural” para, sistematizados e estudados, servirem ao futuro enriquecimento das organizações de massas;
- d) servir a organização da educação de adultos, após a Cruzada.

Para garantir a realização desta imensa pesquisa coletiva, os brigadistas foram formados como pesquisadores de campo nos cursos de capacitação. Eram orientados a observar, registrar e buscar a raiz histórica de cada fenômeno, social, cultural, econômico e político, buscando sempre as razões econômicas e políticas que estavam por trás. O caderno de orientações trazia um Guia Temático e um tópico específico sobre o assunto: “A investigação militante rural do brigadista - Nosso programa de estudo é a realidade concreta”.

Brigadas Culturais e de Saúde apoiada por ministérios, instituições, técnicos, Universidades e Centros de Pesquisa, com sua experiência, se somaram ao esforço dos brigadistas.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados seis mil gravadores para gravar depoimentos, cantos, enfim, a literatura e história oral; gravações de vídeos, formulários e relatórios

criados e preparados especificamente para este fim, e o Diário de Campanha de cada brigadista.

Nos diários era feito um registro quotidiano da experiência pessoal, do andamento da alfabetização e das pesquisas, lido para todos os brigadistas da esquadra nas Oficinas Sabatinas Sandinistas, num verdadeiro seminário onde se trocavam experiências e opiniões que, posteriormente, eram sistematizadas.

O material e o resultado deste trabalho foram encaminhados para o Museu da Cruzada Nacional de Alfabetização, ficando a serviço das organizações populares, das instituições de ensino e dos órgãos privados e estatais. “Graças aos Diários, a Nicarágua sabe hoje quantas espécies de peixes são encontradas na Laguna das Perlas, na costa atlântica; que ervas eram utilizadas na cura da malária em Nueva Segovia, e como era a música dos camponeses das montanhas de Jinotega” (Beto, 1980, p. 12).

Esta imensa pesquisa, este levantamento da cultura, da história, da geografia e dos recursos nacionais, além de sua imensa capacidade de educação servia também como apropriação do país, viabilizando estabelecer políticas para as organizações de massa e de poder, e para o Estado popular.

A Segunda Insurreição

Dia 23 de março de 1980, uma imensa massa humana se concentrava em um ato de despedida do Exército Popular de Alfabetização. A emoção percorria a multidão...

Nas palavras de brigadistas:

Silvio: “Os ônibus tocavam as buzinas chamando para que cada um ocupasse seus lugares, pois eles nos transportariam até Granada. No momento da despedida, eu vi e senti algo que talvez nunca tenha visto e sentido antes em minha vida. Ao mes-

mo tempo era protagonista daquele drama que estremecia meu corpo. As mães choravam abraçadas aos seus filhos, como que não querendo deixá-los ir. Enquanto amigos se despediam de nós com um aperto de mãos e desejos de muito boa sorte, noivos se beijavam e abraçavam sem dizer nenhuma palavra. Alguns riam, mas não sei se de alegria ou de tristeza. Tudo era tão comovente e emocionante, o que me confundia”.

Juan: “No átrio da igreja havia marimbas, trocavam-se beijos e abraços. A cada esquadra se designava caminhões e ônibus. - Adeus! Adeus!, dizíamos às namoradas, aos pais, aos tios, a todo o mundo. Os fotógrafos não paravam de tirar fotos. Guardamos as mochilas e subimos em caminhões com o entusiasmo para ensinar a ler e escrever, e seguimos com grande emoção”.

Enrique: “Que alegria, que impressão, que tristeza me deu ao sair! Muitas mães choravam, entre elas a minha. Nesse dia 23 de março, havia dor naquelas mães que tinham filhos alfabetizadores. Saímos pela manhã para o município designado: Santa Rosa. Eu levava uma mochila, rede, casaco, calça comprida, livros e diversas coisas de uso pessoal. As pessoas nos olhavam, diziam adeus e nós, alegres e tristes, deixávamos a cidade que não iríamos ver por muito tempo”.

No dia seguinte, em colunas de ônibus, caminhões e em carroças, canoas, mulas ou a pé, os Brigadistas do EPA, com as mesmas dificuldades, percorreriam o sentido inverso, de retorno, do caminho percorrido pelas diferentes Frentes de Guerra da FSLN na insurreição realizada no ano anterior:

Carolina: “Nossa brigada, de nome Claudia Chamorro, foi até Vista Alegre, em Masaya. Um ônibus nos deixou em determinado ponto e começamos a caminhar. Não muito. Porém, foi um pouco cansativo porque o percurso era inclinado e era preciso ter cuidado para não acontecer acidentes lamentáveis”.

Nubia: “Saímos de Siuna e fomos de caminhão até El Hormiguero. (...) Aí encontramos Don Sebastián, que se apre-

sentou como membro da Associação dos Trabalhadores do Campo e disse que deixássemos lá o que era mais pesado. (...) Começamos a marcha em fila indiana, (...) atravessamos Santa Fé onde não havia armazéns e nunca vimos mais que três casas agrupadas. (...) Cruzamos um rio enorme, (...) subimos e descemos grandes encostas de lama seca. Enchíamos os cantis ao passarmos pelos rios e os esvaziávamos, bebendo, após as subidas. (...) Todo o dia foi de marcha, subindo, baixando, sonhando com a fadiga dos primeiros guerrilheiros da Frente. Sentindo na carne o próprio medo de ver a Guarda Nacional numa volta do caminho. Agora Manágua marchava sobre o campo. Oitenta mil brigadistas do Exército Popular de Alfabetização (4% da população do país) reviveriam a experiência educando-educadora da guerrilha, recolheriam experiências, levantariam os recursos da fauna-flora-antropologia e a história do país.”

Em todos os departamentos da Nicarágua, em lugares isolados do resto do país pela geografia, pela economia e pela história, os brigadistas levavam a alfabetização e a revolução e buscavam a experiência de produção e vida do homem do campo. Começava a segunda guerra de libertação: uma guerra contra o analfabetismo e a ignorância. Os camponeses, organizados pela Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC), se encarregavam de receber e adotar os brigadistas:

Enrique: “Chegamos à tarde. Tivemos uma pequena recepção. Muitos camponeses nos esperavam com cavalos, mulas e burros para irmos às comarcas respectivas. O mais emocionante, para mim, foi ver como o povo daquele município nos recebeu muito bem e com muita organização. Nenhum brigadista ficou sem comer. Dormimos na cabana e foi dado o toque de recolher às onze e meia da noite”.

Juan: “Tivemos uma espetacular acolhida por parte dos companheiros camponeses. Primeiro falou o principal dirigente de Masaya, Don Leonardo, que pôs ênfase no compromisso que assumimos com eles. Depois senti que brigavam por nós e diziam: ‘deixem este para mim, aquele é meu’. O próprio dirigen-

te brigava e dizia: 'Para mim, deixem o Guachito', que era eu. (...) Disse-lhes que caso se sentissem marginalizados, poderiam falar e ficaríamos uma semana na casa de cada um".

Nubia: "Nossas famílias adotivas se preocupavam em bem receber-nos: sopa de galinha na casa de Lorna, porco frio e natamales na de Lesbia... Pelos costumes locais, as pessoas faziam das tripas coração para poder receber 'las profesoritas'. Rapidamente éramos conhecidas pelos nossos nomes e logo se habituaram a nos chamar de 'companheiros'. Salvo os mais velhos, que insistiam em nos chamar de 'professoras', sentimos que ocorreu um intercâmbio de vocabulário que foi favorável para a comunicação. Os ditos e expressões da gíria estudantil foram adotados rapidamente pela comunidade e nós nos apropriamos até da música do sotaque local".

A Cruzada, mais do que um projeto de alfabetização no sentido estrito foi um projeto de educação das classes populares. Para os sandinistas, tratava-se de "educar o sujeito presente da Revolução, isto é, o adulto e a criança adulta das classes populares" (Lacayo, 1981, p. 2). Para o jovem, esta experiência nada tinha a ver com o estudo frio da sala de aula. Este aprendizado o comprometia com o povo e mexia com emoções como podemos ver nas palavras de Ariel: "Minha experiência na luta contra o analfabetismo tornou palpável meus sentimentos revolucionários. Foi como quem beija sua noiva pela última vez. A lembrança daquele beijo fica na memória, palpável".

O camponês e o trabalhador se educavam na alfabetização e recebiam instrumentos que lhes abriam o caminho para o conhecimento e para seu desenvolvimento profissional e individual. Mais importante do que isto, a pedagogia libertadora apoiada na história e nas experiências de suas lutas e reivindicações lhes abria o caminho para participar nas organizações de massas, sindicais e políticas, permitindo o acesso à possibilidade real de participação na administração do Estado e no desenvolvimento do país. A Cruzada contribuiu para os camponeses compreenderem que o produto da terra que cultivavam passa-

ria a suas mãos através da Reforma Agrária; para que os operários compreendessem que a nacionalização das indústrias de Somoza era um ato de justiça do qual agora eles eram agentes.

No que se refere à teoria pedagógica, a Cruzada aparecia como “uma dimensão da Revolução Popular Sandinista por definição educadora e tributária da concepção ideológica da Revolução”; com seu conceito de homem novo, de libertação nacional e com a experiência da guerra de libertação. “Ela traz um método de participação popular: diálogo, educação que gera consciência, referência à prática histórica, nacional e comunitária; superação da contradição entre linguagem popular e linguagem oficial, enfoque globalizante do ensino-aprendizado, capacitação do adulto popular para o auto-aprendizado permanente e universal. (...) Como meta principal (a Cruzada visa) permitir ao adulto popular o manejo adequado dos instrumentos privilegiados do ensino-aprendizado do mundo moderno: a linguagem, a leitura-escritura, as operações aritméticas fundamentais e a expressão gráfica. A educação na produção e para a produção é uma orientação metodológica: se procura fazer da produção e da educação do adulto popular uma só operação. (...) O educativo aparece, então, não como elemento isolado, paralelo a todos os fenômenos e processos sociais, mas dentro de uma organização e de uma legitimidade que lhe dá coerência: a sua aceitação pelas massas populares (Lacayo, 1981, pp 2 e 3).”

A Cruzada, ao levar a educação ao local de trabalho, à fábrica e ao campo, superou a divisão entre espaço produtivo e espaço educativo, reduziu o espaço entre o momento de capacitação-educação e o momento produtivo, social, organizativo, político e ideológico do adulto popular: “Durante todo o processo de alfabetização, que se prolongou por cinco meses, assim como o camponês deixava o machado e o arado para empunhar o lápis, o operário largava a pá e o carpinteiro o serrote, Andrés reservava um momento para suas classes. Algumas vezes, quando ficava de guarda, para não ter sono, ele repassava a cartilha, letra por letra, soletrando frases inteiras” (Ariel).

Ao transformar o jovem em agente educador, a Cruzada redefiniu o conceito da função do magistério e quebrou a tradicional hierarquia da escola de nosso tempo. O professor “todo poderoso e dono do saber” era apenas um menino de 15 anos. Não havia porque temê-lo. Em particular quando os outros que estavam sendo alfabetizados eram seus companheiros de trabalho, reunidos em seu próprio espaço e discutindo seus próprios problemas. E isto só era possível exatamente porque a Cruzada foi fundamentalmente um projeto político. Porque ela não se limitou ao ato de ensinar a ler e escrever, mas foi também um meio de reencontro do povo com sua terra e sua tradição.

Os sandinistas insistem em dizer que a Cruzada Nacional de Alfabetização não foi um ato pedagógico com implicações políticas, mas “um ato político com implicações pedagógicas”: “A alfabetização de massas é antes de tudo um problema político, entendendo por político a decisão política de mobilizar o povo inteiro (numa guerra contra o analfabetismo). Descobrimos e provamos historicamente que o problema do analfabetismo não é apenas, e nem em primeiro lugar, um problema de técnicos e de recursos” (Lacayo, 1981, p. 1). A Cruzada, como projeto libertador, foi concebida, planejada, organizada e levada à prática como uma ação política de massas envolvendo todas as suas organizações e ao país inteiro. Desbordando os limites de qualquer organização estatal em uma segunda insurreição: a insurreição cultural. Exatamente por isso, ela inovou em termos pedagógicos. A pedagogia participativa e emancipadora de Paulo Freire, nas condições de uma ampla mobilização nacional, de uma verdadeira insurreição, encontrou condições para seu amplo desenvolvimento e uma profunda eficiência.

A Cruzada não existiria sem dificuldades, sem acidentes, sem reação e sem mortos, nas palavras de Fernando Cardenal, “façanhas diárias: o mais nobre e formoso do ser humano, convertido em fato normal e cotidiano ao nível de todo o povo”.

Cardenal citava exemplos que vivenciou como coordenador da Cruzada para justificar suas afirmações: como o caso

de “uma alfabetizadora popular que caminhava todos os dias com suas muletas pelas montanhas, durante uma hora, para dar sua aula aos camponeses”; ou o caso do caminhão que levava brigadistas montanha à dentro em Jinotega que capotou e foi necessário amputar as pernas de dois dos feridos: “eles nos escreveram do hospital pedindo que conseguíssemos rápido, muletas, para que fossem ocupar na alfabetização o lugar que a Juventude Sandinista-19 de Julho lhes havia designado”.

Quando ex-guardas somozistas entraram de Honduras e assassinaram o responsável da Comarca, foi tomada a decisão de desalojar os Brigadistas de quatro municípios do norte de Chinandega pelo perigo que corriam pois existiam acampamentos de contrarrevolucionários a poucos quilômetros da fronteira. Mas os jovens fizeram de tudo para ficar e três meses depois, Cinco Pinos, a três quilômetros da fronteira, foi declarado o segundo Município Vitorioso na Luta Contra o Analfabetismo.

Outros episódios: “a companheira Martha Susana Gutierrez, responsável por uma Esquadra, sabia que estava desenganada pelos médicos, mas não quis deixar suas companheiras. Foi ao campo e alguns dias após foi obrigada a voltar para morrer em sua casa. Foi assim que Juventude Sandinista e todo o povo da Nicarágua assumiram o mandato da Revolução: erradicar de uma vez para sempre o analfabetismo em nosso país”.

“Nas montanhas de Bocaina de Paiwás um brigadista foi preso e surrado para que desistisse de alfabetizar. Uma vez curados seus ferimentos, regressou ao mesmo lugar de combate. Quanto mais os reacionários ameaçavam, com mais ardor os brigadistas diziam que ‘nem à bala e nem com pontapés eles seriam tirados da Cruzada’.

Poucos dias após a Cruzada iniciar, contrarrevolucionários violentaram duas juvenzinhas, uma Brigadista e a filha do camponês que a albergava. Suas companheiras e quatro Esquadras de Brigadistas entre 15 e 16 anos baixaram da montanha e se

concentraram na Escola de Matinguás. Chamaram-me e quando cheguei para falar com elas já era noite. “Em uma resposta a Tomás Borges que dizia que elas deveriam voltar, uma das jovens afirmou: ‘Não vou regressar porque seria dar razão aos inimigos da Revolução: permaneceremos junto a nossos irmãos camponeses’”.

A ofensiva final

Entre 9 a 11 de junho de 1980, realizou-se o 1º Congresso de Alfabetização, como conta Francisco: “O congresso levou o nome do inesquecível Georgino Andrade (camponês responsável pela Cruzada em El Nancital, Chinandega). Dele fizeram partes representantes de todos os departamentos do país. Os resultados da avaliação foram excelentes e positivos. A Cruzada estava dando seus frutos e avançava a passos gigantescos. Os brigadistas seguiam firmes em seus postos de combate”.

Na abertura do Congresso com mais de 600 delegados, além de representantes de diversos países, Carlos Tunnermann, Ministro de Educação, afirmou: “Nos pareceu prudente e aconselhável, dar uma parada na metade do caminho com espírito crítico revolucionário e, por isto mesmo construtivo, para avaliar, o que até agora realizamos; detectar as falhas, insuficiências, os gargalos, as possíveis negligências, enfim, todos os problemas que podem se apresentar nesta gigantesca empresa, para, com ânimo decidido, procurar prontamente eficazes soluções. (...) Tomamos a iniciativa de realização deste exemplar exercício de autocrítica revolucionária, que começou nas próprias unidades de alfabetização, nas Comarcas e Municípios, que passando por plenárias departamentais, desemboca hoje neste grande Congresso, único na história de nossa educação” (Documentos do 1º Congresso de Alfabetização, 1980, p. 13).

dando ênfase ao objetivo de dobrar os esforços, aperfeiçoar as técnicas e o ritmo da alfabetização. Até este momento, os aspectos organizativos e de apoio logístico haviam absorvido uma parte dos esforços realizados pelas Comissões de Alfabetização e pelo Estado-Maior” (Documentos do 2º Congresso de Alfabetização, 1981, p. 54). Entre outras resoluções, no Congresso foi decidido trabalhar pela integração dos planos em um só, nacional. Articular melhor os organismos da Cruzada e as entidades, traçar orientações para acelerar o aprendizado, reforçar a pesquisa, as oficinas sabatinas e utilizar os meios de comunicação para aprimorar a formação político-pedagógica dos Brigadistas.

O 1º Congresso preparou a Ofensiva Final, que, como na Insurreição vitoriosa, visava tencionar e concentrar todas as forças no objetivo final: derrotar o analfabetismo na Nicarágua. No 2º Congresso Nacional de Alfabetização, posterior à Cruzada, Fernando Cardenal afirmaria que, quando com Carlos Carrión visitavam as províncias durante a Ofensiva Final, em qualquer comunidade por onde passavam, encontravam “uma casa onde se desenvolvia uma agitação enorme. Nessa casa havia um grupo de homens e mulheres, de jovens, com um projeto para enfrentar o seu problema. Não era um problema que havia surgido nas oficinas da direção da Cruzada em Manágua. Aí, nesse povoado, nessa comunidade, eles tinham o seu problema e estavam tratando de resolvê-lo. Na parede eles tinham suas estatísticas. Eles tinham declarado sua Ofensiva Final e organizavam Coletivos de Educação Popular Sandinista (CEPS). Os edifícios aqui em Manágua poderiam cair, mas lá, a Ofensiva Final continuaria. Seguiria porque eles assumiam aquele problema como seu” (Docs do 2º Congresso de Alfabetização, 1981, p. 26).

Um a um os territórios foram sendo declarados livres do analfabetismo. Nos cinco meses de campanha foram alfabetizados 406 mil nicaragüenses e a taxa nacional de analfabetismo se reduziu de 50,35% para 12,96% (além de 42 mil pessoas que foram alfabetizadas no mês imediatamente posterior e mais 60 mil até janeiro de 1981).

No início de agosto, colunas imensas de ônibus, caminhões, barcos e todo o tipo de condução, carregando milhares de brigadistas, se deslocavam pelo país com destino às grandes cidades e em particular à Manágua. Dia 23 de agosto, a população abarrotava a Praça 19 de Julho, desde cedo, para manifestar seu reconhecimento aos brigadistas e escutar o ‘Parte de Guerra’ do Estado-Maior da Cruzada. Nos lápis imensos (postes talhados em toras, como lápis) foi acesa a tocha, que continuaria “dando a luz a uma educação de adultos permanente e funcional”, e foi hasteada a bandeira declarando a Nicarágua TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO.

Rompendo barreiras

Pelo porte da mobilização, pela força dada à vontade individual e coletiva, pela subversão do cotidiano, a Cruzada Nacional de Alfabetização foi uma verdadeira revolução cultural. Melhor seria dizer seu início, pois ela pode ser considerada uma transição dentro da transição política, uma maneira de criar novas condições para esta transição. Eliminando barreiras, desmontando ou neutralizando os locais e instrumentos de reprodução das relações de produção anteriores (a escola, a família, a ignorância, o cotidiano, o aparato de cultura, etc.), servindo à apropriação coletiva do espaço nacional, rompendo com o isolamento do indivíduo, a Cruzada buscou um caminho de transformação para criar novos homens e novas relações.

Durante cinco meses, os jovens brigadistas urbanos tiveram experiência da vida rural. A distância entre o homem e a natureza imposta pela vida urbana, em particular em sua dimensão ideológica, foi reduzida durante estes cinco meses. Os alfabetizadores, às vezes com apenas 12 anos, foram adotados por famílias camponesas com os mesmos direitos e deveres de seus filhos. Participaram da produção e de afazeres domésticos, aprenderam a respeitar os pais adotivos e dividiram o lugar

para dormir, a comida e o carinho de sua nova família. Os dias foram divididos entre trabalho, convivência e alfabetização. É o que podemos ver no depoimento de Pilar: “‘Punho ao alto! Livro aberto! ‘Já estava no ar o programa das 5 da manhã no rádio. ‘Acordando todo o mundo!’, dizia Leonor, nossa segunda responsável, ‘às suas tarefas!’ Então começávamos a tirar água do poço, varrer o quarto, limpar o pátio, lavar o banheiro e preparar o almoço em turnos, ordenadamente. Às 8 da manhã saíamos para as casas dos camponeses. Durante o dia ajudávamos nossas famílias adotivas, cozinhando, cortando lenha, etc”.

Se no início era difícil, com a solidariedade e experiência dos trabalhadores, os brigadistas foram aprendendo a viver e trabalhar nas duras condições do campo, como revela Nubia: “Nossa principal cooperação era levar para casa um cacho de bananas. Na primeira vez foi difícil, tivemos dor de cabeça e certo enjoo. Mas pouco a pouco nos fomos habituando a carregar, na cabeça, cachos com oitenta ou noventa bananas”.

Frei Beto fala da experiência de Alma Nuvia, uma brigadista de 18 anos: “Ela participava da atividade da família retribuindo a alimentação e a hospedagem que recebia. De segunda a sexta-feira pela manhã Alma era uma camponesa como qualquer outra. Após o almoço visitava as organizações de massas da região apoiando e integrando-se às suas atividades. Depois entrava em contato com sua Unidade de Alfabetização Sandinista (UAS), composta por um vaqueiro, um lenhador e uma dona de casa. Acompanhando o lenhador aprendia sobre as diferentes espécies de árvores da região, como derrubar seus troncos e serrar suas toras. Observar a consistência e as características de cada madeira. Tudo era anotado por Alma. Nenhuma informação escapava a sua atenção: a cor da terra, o ciclo produtivo, novas receitas de milho, armadilhas de caça, produção leiteira ou como era o fabrico caseiro de utensílios. Ao fim da tarde, após o trabalho, reunia sua UAS e durante duas horas dedicava-se à alfabetização. À noite, antes de dormir, Alma registrava todas as informações do dia em seu Diário” (Beto, 1980, p. 12).



Os brigadistas atravessaram montanhas para alfabetizar nos pequenos povoados

Nos sábados cada um expunha seus problemas e avanços aos brigadistas de sua esquadra nas Oficinas Sabatinas Sandinistas, um verdadeiro espaço de síntese de experiências pedagógicas e de vida. Nos fins de semana se recriavam nos atos culturais e políticos ou nos mutirões para resolver algum problema da comunidade.

A atividade destas oficinas é assim descrita por Francisco: “Também existiam as Oficinas Sabatinas Sandinistas. Nestes ateliês líamos cada um, nossos respectivos Diários. Nos diários de campo anotávamos tudo que fazíamos, os avanços que conseguíamos, etc. Nestes ateliês, também analisávamos folhetos sobre a política do governo revolucionário, parágrafo por parágrafo, e em seguida fazíamos o resumo”.

Estas reuniões sabatinas eram o eixo central da prática alfabetizadora no seu próprio lócus, com uma dinâmica que integrava novos materiais, análises, soluções de problemas e troca de experiências. Além disto, era nelas que se encontravam os bri-

gadistas, auxiliares, assessores e delegados de organizações, que formavam uma só unidade de trabalho. Elas permitiam construir, consciente ou inconscientemente, elementos de uma nova pedagogia, sistematizando coletivamente as experiências e transformando todos em educandos e educadores.

Além de alfabetizar meio milhão de pessoas, a Cruzada produziu uma série de efeitos em seus participantes: “ocorreu o fenômeno de que foram as cidades, através de seus melhores elementos, que emigraram para o campo. A juventude revolucionária foi ao encontro de seus irmãos camponeses, não por um ou dois dias ou para uma viagem turística, mas para conviver, compartilhar, enriquecer-se com eles. Isto levou também à reafirmação da dignidade do camponês, ao reconhecimento na prática do importantíssimo papel de nossos irmãos camponeses na Nicarágua” (Lacayo, 1981, p. 6). Aprenderam o significado dos problemas dos camponeses e conheceram sua capacidade de lutar. Através de sua própria vivência, estes jovens conheceram a vida dos habitantes dos pequenos vilarejos, como mostra Silvio: “Não acreditava no que via. Sobretudo que existisse gente tão distante da cidade e que vivesse em uma situação tão desumana, onde não existem escolas, remédios, estradas e nem mesmo lugares para comprar alimentos. São obrigados a buscar tudo nos povoados, descendo a montanha por caminhos que levam até cinco dias para ir e voltar”.

Este tipo de convivência teve um papel extremamente transformador para o jovem acostumado à vida da cidade: “Talvez em definitivo, mais do que a alfabetização em si mesmo, o positivo e fecundo desta vasta operação empreendida pelo povo, que foi a Cruzada, reside precisamente na ruptura das barreiras físicas e mentais. (...) Os jovens de Manágua e Estelí, da costa do Pacífico, conviveram com pessoas do Atlântico e de aldeias perdidas nas florestas quase virgens. Por sua parte, os habitantes destas regiões, além de aprender a ler e escrever receberam uma informação que os ajudou a inscrever-se mais plenamente na corrente histórica iniciada cinco décadas antes, por Augusto Cesar Sandino...” (Córtazar, 1980, p. 82).

O alfabetizador viveu um intenso processo educativo ao unir teoria e prática, trabalho manual e intelectual. “O estudante da cidade”, diz o brigadista Ariel, “se relacionou com o jovem camponês, ambos assimilaram e aprenderam um com o outro, experiências distintas, já que ambos, com empenho e força de vontade sem limites, tinham o sentimento e a necessidade de alfabetizar e alfabetizar-se, ação que nasce da mais genuína liberdade do povo, de sua história, de uma ação que de antemão está ligada à luta pela definitiva libertação”. Ou como comenta Victor: “Alfabetizamos e nos alfabetizamos. Alguns acreditavam que íamos somente ensinar nossos irmãos camponeses a ler e escrever, mas não perceberam que eles também iam nos ensinar muitas coisas do campo, que têm tanto valor quanto as coisas que se conhecem na cidade.”

Os jovens foram integrados à atividade produtiva e os trabalhadores ao conhecimento acumulado por estes jovens. O brigadista, uma criança urbana, teve seu contato com o campo. Conheceu morros, rios e a história do país que seus professores, possivelmente em vão, tentaram ensinar através de mapas e livros. “Podemos supor que haverá um salto qualitativo nas linhas de formação de nossa juventude. Agora os jovens sabem o que é a Nicarágua, sabem quem somos os nicaraguenses; descobriram nossa geografia, sabem onde se encontra Zinica, conheceram o contexto da luta, (...) descobriram nossos costumes, nossos cantos, nossas tradições e a psicologia desta grande população camponesa. Amadureceram de uma forma excelente. Exercitaram-se na entrega e na austeridade e descobriram e desenvolveram uma visão crítica de seus hábitos de consumo adquiridos através da propaganda e da publicidade. (...) Jamais, se não levamos em consideração nossa guerra de libertação, existiu na Nicarágua uma escola tão capaz, tão densa, tão universal, tão positiva para a educação e formação de nossa juventude” (Lacayo, 1981, p. 4).

Depoimentos de brigadistas servem como uma pequena mostra deste conhecimento, ou uma nova forma de reconhecimento, do espaço nacional: “A história de Vista

Alegre” afirma Carolina, “se originou quando ocorreu a erupção do vulcão Masaya. Segundo se crê, as pessoas de Masaya começaram a emigrar e com o tempo passaram a viver lá. Esta comunidade tem caminhos com acesso às cidades de Masaya, Nandasmo, Masatepe e Niquinohomo, todos em mau estado. Tem água potável, mas não tem energia elétrica. A maioria de seus habitantes se dedica à agricultura e ao artesanato” (O campo, 1984, p. 57).

Os brigadistas conheceram o modo de produzir, aprenderam a valorizar a terra e o que se pode dela tirar com trabalho. Aquilo que antes viam em sua mesa e cuja origem parecia corresponder apenas a algo em uma prateleira de supermercado, ganhava agora um novo significado, assim como a fauna, a flora e o espaço geográfico nacional, o que se pode ver na afirmação de Pilar: “Em todas as casas camponesas o milho é muito importante. Por isto aprendi não só a semear e colher como também a prepará-lo. Um dia, ao recolher meus alunos para começar as aulas, encontrei-os arando o terreno para plantar milho. Ajudei-os, rapidamente terminamos, e pudemos começar a aula” (Ocampo, 1984, p. 151). O simples ato de reprodução dos animais se desmistifica como podemos ver nas palavras de Nubia: “Numa manhã fui despertada pelo quiriquirei dos galos saudando o sol e me dei conta que estava na montanha. Recobri a respiração, levantei da rede e me preparei para ver se tínhamos água. Justo quando descia ao rio com um balde, Fidel, o filho adotivo de dona Luisa me chamou. Deixei cair a balde e em cinco saltos estava ao lado de nossa vaca que paria. Queria ver tudo, mas sentia náuseas só de ouvir os mugidos da vaca. Quando observei, entre meus dez dedos, o Pinto, como o chamamos, estava saindo de uma pasta brilhante que parecia verde ou violeta conforme refletia o sol. Mais boquiaberta fiquei, quando a vaca cortou o cordão umbilical e de um salto se levantou tranqüilamente como se estivesse buscando capim. Movendo a língua, se aproximou da placenta e começou a digeri-la como se fosse o manjar mais rico do mundo”.



Os brigadistas conheceram a geografia do país, chegando a lugares onde nem haviam caminhos

Nos levantamentos arqueológicos, coleta de artesanatos e história oral os brigadistas tiveram contato com elementos vivos de sua cultura: “Numa tarde don Juan contou que don Eulogio tinha um escudo em forma de cara. Como as brigadas culturais encomendaram esses objetos, recuperamos um patrimônio muito bonito, além da pele de um animal desconhecido. Don Maurício nos deu também uma tartaruga e outras coisas que passamos aos que recolhiam patrimônio” (Juan).

As relações familiares também sofreram modificações com a Cruzada. Primeiro com as discussões e debates em casa, em suas organizações de massas ou pela imprensa para convencer os pais a tomar a difícil decisão de autorizar seus filhos a integrar o EPA e ir alfabetizar em lugares longínquos, correndo riscos reais (houve 56 mortos pela ação de contrarrevolucionários ou acidentes durante a Cruzada).

Adotado por camponeses, o brigadista modificou sua concepção de família. Depois de conviver seis meses com outra, a sua

família de sangue ganhou uma dimensão mais real. Mais fácil é tirar a aura mística que paira nas relações de parentesco quando se percebe nela apenas uma forma de organização social e onde as relações de solidariedade são muito mais importantes do que qualquer outra coisa: “Ordinariamente a juventude passa por crises muito duras para descobrir um novo tipo de relação com seus pais, sem rupturas, agressividades e afastamentos. Pois neste ano se conseguiu que as crianças ‘desmamassem’ sem necessitar ser agressivas com seus pais” (Lacayo, 1981, p. 6). Vivendo as dificuldades da vida camponesa, o jovem se tornou mais agradecido com o que tinha e recebia de seus pais, e “ao mesmo tempo, voltou com uma capacidade muito maior de diálogo e de converter-se em mais do que um filho de família⁶. Ele agora era capaz de ser amigo e companheiro para o pai e a mãe. Voltou com uma capacidade muito maior de compreender seus defeitos e suas virtudes. (...) Esta experiência tão bela e tão singela do rapaz ou moça brigadista ser adotado por uma família camponesa criou o verdadeiro sentido da família nicaragüense. Existem muitas mães para nossos filhos e isto é um grande ideal” (Lacayo, 1981, pp. 6 e 7). O dia das mães, durante a Cruzada, foi uma oportunidade de reflexão nacional sobre este novo sentido da família. Promoveu-se o encontro das mães de sangue e das adotivas para trocar experiências e avaliações de suas relações de mães de um mesmo filho e a imprensa abordou intensamente esta discussão.

As mulheres, que ganharam seu espaço na luta de libertação, participaram ativamente na Cruzada contribuindo também para romper a barreira do machismo e da opressão sexual: eram sessenta por cento dos quadros do EPA e de todas as estruturas

6 A família na Nicarágua tem uma base econômica, como nos países capitalistas menos desenvolvidos. As mulheres e crianças desenvolvem atividades econômicas complementares dentro do orçamento doméstico (vendas de rua, refeições de pensão, etc.). Através dessa vivência, na Cruzada, mesmo sem questionar a família como subsistema econômico, elementos foram introduzidos para reduzir o seu papel de reprodução das relações de produção, ao se quebrar alguns de seus elementos básicos como a rígida hierarquia.

da Cruzada. A Associação de Mulheres Luiza Amanda Espinoza (Amnlae) participou na elaboração da cartilha, preocupando-se com a imagem de mulher que ela projetaria.

Romperam-se barreiras em todos os níveis: entre gerações, entre sexos, dentro da família, entre cultura, política e história. Romperam-se barreiras entre trabalho manual e intelectual, entre espaço produtivo e educativo, entre cidade e campo. Circularam informações e pessoas e romperam-se barreiras físicas ao construir-se, na luta comum contra o analfabetismo, a maior rede de serviços já existente na Nicarágua.

Como resultado de uma revolução, de uma decisão política, de uma mística revolucionária, de uma experiência histórica, da organização, mobilização e participação popular, a Cruzada foi um projeto político de unidade nacional que permitiu um diálogo, uma assembléia cotidiana entre a juventude e as massas trabalhadoras, que foi um passo decisivo para a construção de uma identidade cultural e social. Fundiram-se minorias e grupos étnicos, a maioria dos nicaragüenses, “a partir de sua própria colocação, de sua própria vivência histórica, cada grupo nacional contribuiu com sua riqueza guardada durante séculos, às vezes em luta feroz contra a opressão dos estados oligárquicos e do Estado somozista” (Lacayo, 1981, p. 7).

“O amanhecer já não é mais uma tentação”, como se escrevia nas paredes da Nicarágua insurreta. O sonho de Sandino de construir uma nacionalidade, que tomou forma nas lutas contra Somoza, já não era apenas uma tentação, um projeto, o embrião existente no exército e organizações populares. Agora, esta nova nacionalidade era uma dinâmica, sustentada na mobilização das massas e em suas organizações de poder.

Formando intelectuais orgânicos

No momento da insurreição, era evidente a contradição entre a imensa autoridade e capacidade de dirigir as massas

(que tinha graus mínimos de organização) e as reduzidas forças orgânicas da FSLN. Quando a Frente provocou a insurreição de Manágua, poucos dias antes de tomar o poder, ela contava apenas com 350 quadros políticos na capital. É verdade que o grosso de seus combatentes encontrava-se principalmente nas diversas frentes guerrilheiras, mas é inegável também que a importância da batalha pela capital levaria os sandinistas a destacar mais homens para ela... Se os tivesse. O número de seus quadros, em todo o país, não chegou a seis mil militantes, nem mesmo às vésperas da tomada de poder. A predominância era de jovens de 15 a 25 anos, idade de vários comandantes. Jovens que saíram da infância diretamente para a luta armada e clandestina. Quando o poder caiu em suas mãos, eles ganharam também a responsabilidade de organizar a nova sociedade.

Quem eram estes jovens? Eram crianças de rua ou estudantes que se organizaram e se incorporaram à luta, às vezes apenas com 7 anos, idade mínima para ser membro das organizações infantis. Idade de Luiz Alfonso Velasco Flores, organizador político-militar do Movimento Estudantil de Primária (MEP) alguns anos antes da insurreição e que terminou dando o nome à Associação de Crianças Sandinistas. Outros eram adolescentes e jovens na faixa dos 16 a 20 anos⁷, vindos das classes populares, que se incorporaram à luta clandestina em movimentos estudantis, lutas de bairros ou, na fase final da insurreição armada, apenas para se proteger da repressão somozista.

A grande maioria destes jovens, os “muchachos” (garotos) como eram carinhosamente chamados pela população, não viveu o conforto do capitalismo moderno e, portanto, não absorveu seus valores. Poderia-se dizer, no sentido formulado por Gramsci, que estes jovens se constituíram em intelectuais orgânicos das massas populares a partir de uma dinâmica de lutas independentes e em oposição à cultura dominante. Foi nesse pro-

7 A juventude da Revolução Sandinista pode ser observada na idade dos Comandantes da Revolução à época da insurreição, a maioria entre 19 e 25 anos.

cesso, articulado “ativamente à vida prática como permanente construtor, organizador e capaz de persuadir” (Gramsci, 1978, p. 347), que surgiu um novo intelectual coletivo: composto pelas organizações populares.

O caráter armado e clandestino da luta terminou por criar hábitos de austeridade nestes jovens. Em 1980, entrevistei Carlos Nuñez Teles, um dos nove Comandantes da Revolução. Esperava-o na Casa do Comando da Revolução quando ele chegou num jipe, acompanhado de uma caminhoneta cheia de seguranças bem armados pois era um dos alvos mais visados pela contrarrevolução. Brinquei, quando começamos a entrevista, perguntando se ele tinha feito uma revolução para depois andar cercado de seguranças. Ele respondeu que, na guerrilha, ele sonhava ir a um cinema e um ano depois da revolução ainda não tinha podido fazê-lo. O episódio é apenas um exemplo: os quadros sandinistas se construíram como intelectuais por fora da cultura oficial, somozista, que tinha seu eixo orgânico em Miami e em Washington. Estes quadros se formaram numa rica experiência prática enquanto estudavam livros clandestinos que contavam a história e o projeto de Sandino ou que falavam da revolução e experiências de outros povos. Sua formação se deu nas reuniões clandestinas, nas discussões coletivas, no meio do povo e de suas lutas; na vida comunitária no campo, em povoados, bairros populares e na atividade fabril. Mas se formaram principalmente na montanha, no ato guerreiro que transforma profundamente o homem, como afirmou Che Guevara.

Estes jovens, inexperientes do ponto de vista técnico, econômico e administrativo, mas dotados de uma rica experiência técnico-organizativa político e militar, eram os intelectuais orgânicos com quem podia contar o novo poder da Nicarágua, ao qual se somaram quadros vindos da Igreja dos Pobres, das lutas nas Universidades e das organizações populares.

“Uma das características mais relevantes de cada grupo que se desenvolve para o domínio é a luta pela assimilação ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação que é tanto

mais rápida e eficaz quanto mais esse grupo elabora simultaneamente os próprios intelectuais orgânicos” (Gramsci, 1978, p. 347).

Era impossível, porém, contar com os intelectuais do antigo regime. A distância entre os privilégios dos técnicos e profissionais e a vida das massas populares era grande demais para ser franqueada pela grande maioria. Distância que a revolução diminuía, em geral contra sua vontade. Com os funcionários da burocracia do Estado somozista também. Estavam completamente burocratizados e corrompidos. Era conhecida a corrupção no exército, praticamente um exército de mercenários.

Mas falemos um pouco da burocracia somozista. Participando da ocupação da Embaixada da Nicarágua na França à época da insurreição “por orientação do Governo Popular Revolucionário da Nicarágua!”, pude vivenciar uma pequena mostra de como era a burocracia do Estado somozista. O cônsul, recém-deposto pela ocupação, voltava para reclamar uma máquina de escrever e uma “caminha de criança que estava na garagem” que afirmava serem suas. Perante a negativa de Pablo (um poeta e representante sandinista na França que dizia apenas “todo que está aqui pertence a Nicarágua”, o ex-cônsul ponderou que tinha um acordo com Somoza: ele próprio sustentava a Embaixada (aluguel, móveis, telefone, etc.) e Somoza lhe dava uma porcentagem dos negócios que ele conseguisse “para o Governo da Nicarágua”. Segundo sua versão, aparentemente verídica, a cama e a máquina de escrever tinham sido compradas com o seu próprio dinheiro. Não sei o desenlace desta história, mas conheço os sandinistas e seu senso prático. Possivelmente, depois de muitas negociações, os ocupantes garantiram o principal (a máquina de escrever) e, com sua flexibilidade tática, permitiram ao cônsul levar a caminha da garagem. Mas, independentemente do final da história, o que importa é dar uma mostra das relações internas do Estado somozista, onde eram feitos acordos de uso do Estado para interesses pessoais, e o tipo de burocrata que gera estas relações.



A alfabetização levou ao povo os instrumentos do seu aprendizado

Na unanimidade do primeiro momento, sob o impulso das massas populares insurretas, na liberdade conquistada e até pelo hábito da cega obediência ao poder constituído, era possível contar momentaneamente com setores importantes da

intelectualidade. A necessidade obrigava, o realismo exigia, a tarefa de reconstrução nacional ajudava uma aproximação. Afinal, apenas pôr um fim àquela insuportável guerra já os empurrava a um momento de sossego. Tratava-se de atraí-los para alianças e os sandinistas, neste campo, sempre se mostraram exemplares - “especialistas na arte do denominador comum”, segundo Debray (1979, p. 8). Mas era decisivo preparar o futuro: formar intelectuais orgânicos do movimento popular.

Os sandinistas já tinham uma experiência neste sentido. Dominavam uma técnica de formação de intelectuais a partir da luta política e militar. Sabiam que o que alimentava a geração e formação destes intelectuais, era a dinâmica de luta radical. Por isso era preciso “manter o ânimo insurrecional das massas” apresentar-lhes um novo combate: agora contra o analfabetismo. Um combate para “dar a palavra ao trabalhador”, para “colocar em suas mãos os instrumentos de aprendizado” o que em condições de mobilização de massas leva inevitavelmente ao espírito crítico e à consciência política.

Neste combate, onde utilizavam formas de organização político-militares que aprenderam a dominar, tratavam de promover o surgimento de novos intelectuais. Responsabilizando-os pelas tarefas de organização, dando-lhes conhecimento da história e do espaço nacional, disciplinando-os, promovendo-os culturalmente e criando sua intimidade com o povo.

Que lugar melhor para formar estes intelectuais? Na universidade? Suas estruturas e sua prática estavam viciadas pelo papel que lhe era designado anteriormente. Desde o Censo de 1963, se constatava que “a demanda de profissionais no país estava coberta apenas em 19,6%. A Universidade se converteu então em uma instância reprodutora de conhecimentos e técnicas requeridos pelos empresários da nascente industrialização do país. (...) As carreiras que se ofereciam não estavam na lista de serviços para a população, mas dos empresários. Três quartas partes dos alunos (quando da insurreição) estavam localizados em carreiras de economia e similares” (Envio, Nº 57, março de

1986). E isto não acontecia apenas pela vontade do poder, mas “porque a distorção da economia e de nosso desenvolvimento levou grande número de jovens a buscar a contabilidade, a administração e uma série de profissões de caráter terciário do setor administrativo” (Bayardo Arce, 15/11/1979).

Não cabia fazer reformas na Universidade, que inevitavelmente ficariam no papel enquanto se reproduziam as mesmas práticas anteriores. Como afirmou em uma mensagem à Cruzada o reitor da UCA, “os integrantes da universidade nicaragüense necessitam de um batismo de povo para que a revolução e seus objetivos incidam na vida universitária”. O homem novo, na nova sociedade proposta pela revolução não será nunca resultado de estudos e análises científicas, nem de frias conclusões acadêmicas. A Universidade, espaço de formação de intelectuais, estava falida, e em lugar de tentar reformá-la, os sandinistas escolheram o caminho da sua subversão. Em lugar de mandar revolucionários para a Universidade, mandaram a Universidade à revolução. As universidades foram literalmente paralisadas e seus quadros docentes, discentes e funcionários atraídos para a guerra contra o analfabetismo. A Universidade estava presente no EPA, mas sua estrutura e hierarquia estavam subvertidas. Professores, funcionários e alunos estavam lado a lado nas tarefas logísticas, na organização e na alfabetização. A única hierarquia que existia agora era ligada ao compromisso com as massas populares.

A Cruzada de Alfabetização, no mesmo momento que subvertia a estrutura educacional, servia à formação de intelectuais orgânicos e à atração de intelectuais inorgânicos de inúmeras maneiras.

Em primeiro lugar, gerando uma nova dinâmica, uma retomada da luta revolucionária, na segunda guerra de libertação, agora contra o analfabetismo. Dinâmica que, colocando as massas em marcha em condições de liberdade política e com uma responsabilidade dirigente, tinha um papel de gerar intelectuais.

Em segundo lugar, a Cruzada se construiu como um intelectual coletivo, com uma prática ampla e diversificada (logística, organização, relações internacionais, levantamento de recursos, atividades culturais e de educação, preparação física, pesquisas, produção, saúde, etc.) e com uma reflexão coletiva sobre esta prática (cursos de capacitação, Oficinas Sabatinas Sandinistas, as Unidades de Alfabetização Sandinista, o Congresso de Alfabetização, as atividades políticas e culturais, etc.), contando como elemento multiplicador com os meios de comunicação de massas. Este intelectual coletivo possuía grande complexidade, contando com inúmeras organizações de cultura: organismos próprios da Cruzada, organizações políticas e sindicais, entidades educacionais, instituições do Estado, etc.

Em terceiro lugar, ao entregar a palavra, os meios de aprendizado e a palavra escrita ao povo, se abriu caminho para a promoção de intelectuais orgânicos populares, formados na produção e nas lutas políticas e sindicais, servindo ao desenvolvimento de trabalhadores com grande experiência produtiva e formando quadros para as organizações populares.

Em quarto lugar, ao gerar legitimidade para o processo revolucionário, se facilitava a atração de intelectuais inorgânicos, transformados ao integrar-se em uma prática coletiva, ao “tomarem um banho de povo”, ao experimentar a solidariedade e o companheirismo da prática política de massas, tão diferente das disputas pessoais, do carreirismo, da competição, do descompromisso da vida acadêmica e intelectual tradicional.

Em quinto lugar, porque ela amplia a base em que serão promovidos os intelectuais. A alfabetização em certo nível, que se confunde com os últimos graus da escola primária, leva as massas populares ao acesso a uma cota de poder através do conhecimento, acesso que a ditadura era incapaz de suportar. Além de sua vinculação com o processo produtivo e cultural, a alfabetização é um fenômeno político por ser o acesso ao manejo do código social por excelência: a linguagem escrita. O somozismo “negou aos operários e aos camponeses os conheci-

mentos, preparação e a tecnologia necessária para administrar a produção porque a burguesia se apropriou da capacidade técnica e gerencial de todo o país” (Bayardo Arce, conferência na UCA). E assim, como nas universidades da grande maioria dos países capitalistas, antes de uma seleção natural por aptidões, existe uma seleção econômica que restringe a base da formação de intelectuais. Ao fazer alfabetização maciça com as características assinaladas, a Cruzada formou recursos humanos e serviu a promoção cultural de amplas parcelas da população, ampliando a base para formação de intelectuais.

Estes e outros fatores deixavam prever os efeitos da Cruzada na formação dos intelectuais: “Surgirão técnicos formados a golpes de realidade nacional; grandes diagnosticadores por se terem integrado nesta realidade ativa e dialeticamente; excelentes planejadores que manejam as variáveis em suas próprias entranhas, sobretudo as não definidas e conjunturais; acertados programadores de aprendizado porque aprenderam na prática e beberam seus conhecimentos na fonte original da educação: a realidade; criativos planejadores de currículos porque conheciam o conteúdo, a orientação educativa, a metodologia didática, por seu contato com o que se faz; eficientes administradores que conjugam com exatidão todos os elementos de eficácia prática e produtiva” (Arrien, in Educación Nacional). Formaram-se técnicos para organizar a produção, quadros dirigentes para o Estado e para as organizações de massas. Em um balanço da Cruzada do Ministério da Educação, podemos ler: “Com a CNA, conseguimos detectar na juventude quadros que servirão muito para consolidar os organismos regionais. (...) Os trabalhadores nicaragüenses consideram que a CNA é a ‘pedra angular’ onde se formaram quadros que representarão realmente, amplas parcelas de trabalhadores. (...) A CNA garantiu à ATC melhores quadros camponezes, que agora já sabem ler e escrever, de forma a poder desde já desenvolver sua capacidade técnica e jogar um melhor papel na organização” (Informe da Cruzada de Alfabetização, documento mimeografado, pp. 17 a 19).



As unidades de alfabetização se transformaram nos CEPS

Os intelectuais formados na Cruzada tiveram ainda um acréscimo suplementar em sua preparação, em relação aos intelectuais tradicionais. O seu espaço de formação foi o espaço produtivo nacional (englobando a cidade e o campo), ao contrário do tradicional intelectual formado entre muros da universi-

dade e, na melhor das hipóteses, de sua cidade. Daí decorre uma formação e capacitação mais universal, uma maior mobilidade espacial e disposição de trabalhar em múltiplas partes do território nacional, principalmente naquelas que conheceu através de sua própria presença. Como disse Nora Díaz Mora: “Os companheiros da Oficina opinam que se repetirá a experiência de Cuba com a Campanha de Alfabetização, em que os filhos (os brigadistas) servirão de ímã para que muitos pais se radiquem no campo, isto é, uma descentralização da Capital” (Mora, Revista Encuentro - Especial, 1980, p. 53).

A formação destes intelectuais orgânicos, por sua vez, implica em uma nova organização da cultura que não se dá desligada da construção de seus espaços. Veremos “uma onda de novas camadas de técnicos práticos que sairão do seio das organizações de massas, onde se aprende muito de planificação, organização, motivação, disciplina, execução e avaliação. A Cruzada Nacional de Alfabetização se constituirá num gigantesco gerador de energia nacional, que produzirá uma Nova Nicarágua. A transmissão desta energia requer uma nova e vigorosa rede de distribuição, rede que a revolução sandinista já está instalando” (Morales, Revista Encuentro - Especial, 1980, p. 85). Rede que é também, um saldo organizativo da Cruzada.

Organismos de cultura

“Esta grande Cruzada Nacional de Alfabetização não foi feita por um ato demagógico ou apenas para saldar um compromisso. Ela foi a primeira etapa, o ponto de partida, a porta de entrada para o programa de Educação e Capacitação permanente e universal, progressivo e flexível dos adultos das classes populares. Por isto é que nos últimos dias da Cruzada foi nascendo a fórmula organizativa que nos permitirá continuar este processo de Educação Permanente. As Unidades de Alfabetização (UAS) foram se convertendo em Coletivos de Educação Popular

Sandinista (CEPS), coordenados pelos alfabetizandos mais destacados e apoiados pelas organizações de massas, pelas Comissões Municipais de Educação de Adultos, pelo Ministério da Educação e por todos os organismos estatais ou privados do país” (Entrevista a Francisco Lacayo, documento mimeografado do Vice-Ministério de Educação de Adultos, p. 8).

Dentro de um projeto político no qual era um elemento decisivo, a alfabetização gerou um processo e espaço das forças que o impulsionavam e avançou na criação de uma organização de cultura que era o CEPS. Surgia uma estrutura educacional e estatal (em um sentido abrangente) de características bastante específicas e inovadoras. Um espaço autogerido onde a organização estatal (como aparato, em um sentido restrito) dava apenas o suporte técnico, recursos e contribuía para sua articulação nacional. Um espaço onde se confunde produção e educação, no cotidiano dos trabalhadores.

A democratização da educação, para os sandinistas, não passava principalmente pela abertura e ampliação da estrutura educacional formal, mas pelo alargamento e ampliação da base social do processo educativo. As tarefas educativas posteriores à Cruzada se inscrevem dentro desta perspectiva. Os CEPS inicialmente se voltam para a sustentação do aprendizado dos que passaram a Cartilha de Lecto-escritura e para permitir aos parcialmente alfabetizados que terminassem a primeira etapa “apoiados através do ensino radial, de folhetos, material didático, leituras e visitas de membros das Comissões Municipais, enquanto é preparada a segunda fase da pós-alfabetização, que é o Seguimento” (Francisco Lacayo, idem, p.8).

Uma cartilha da ATC ajuda-nos a visualizar este espaço organizativo quando responde à pergunta “O que é um CEPS?” (as observações entre parênteses são nossas):

“O Coletivo de Educação Popular Sandinista deve ser composto por companheiros de uma ou mais Unidades Alfabetizadoras Sandinistas, da seguinte forma:

- a Ser composto de cerca de dez membros, não mais de 12 nem menos de 7 (para ampliar a participação no grupo);
- b Procurar que não sejam compostos somente de pessoas da mesma família (preocupação com a reprodução das relações familiares);
- c Garantir que seus componentes tenham facilidade de deslocar-se aos lugares onde se realizam as seções do grupo (uma maneira de reduzir a distância entre a educação e o cotidiano); (...) Os CEPS se reunirão duas vezes por semana em dias, horários fixos e lugar que seus membros escolham (o espaço e o tempo dirigidos pelo coletivo)”.

Os CEPS seriam animados por um Coordenador Popular escolhido entre os mais conscientes dos novos alfabetizados e um Promotor Popular (um professor ou um ativista do movimento de massas local). O Promotor Popular (PP), responsável por um conjunto de CEPS, os visitava periodicamente, fornecia material escolar, sugestões pedagógicas e, em todos os sábados, reunia os coordenadores na Oficina Sabatina Sandinista, onde preparavam os planos de trabalho para a semana seguinte e onde eram debatidos problemas políticos. O programa de rádio, “Punho ao Alto”, serviu também à orientação dos professores populares nesta fase. Mais de 200 programas de rádio de orientação de atividades foram feitos em 1981, após a Cruzada.

Na realidade os CEPS, eram ao mesmo tempo organizações da sociedade civil e do Estado, negando, por sua transparência, a tradicional dicotomia criada. Asseguravam a presença do Estado, promoviam intelectuais orgânicos e criavam estruturas em todo o território nacional. Junto com outras formas de organização da cultura como os CPCS, os CDS, as organizações de massas, dinamizadas pela Cruzada de Alfabetização, ofereciam uma base social e uma espécie de malha estatal abrangendo todo o território nacional e contribuindo à integração nacional.

O crescimento da organização da população durante a Cruzada contribuiu para consolidar as entidades de massa, em

particular na Juventude Sandinista que foi o núcleo central do Exército Popular de Alfabetização, Seus quase cem mil soldados, se incorporaram à JS, em um ato político ao final da Cruzada.

Outra organização que emergiu da Cruzada foi a dos Centros Populares de Cultura Sandinista (CPCS) semelhante aos CEPS e que se desenvolveram, massificaram e multiplicaram no território nacional como fruto da dinâmica da Cruzada e, em particular, da ação das Brigadas de Cultura. Os CPCS não eram criações emanadas da pirâmide ministerial. Eles apareceram antes mesmo do '19 de julho' (dia da tomada de Manágua). Quando uma zona do país era libertada, se assistia à aparição espontânea destes centros, resposta imediata a uma necessidade cultural urgente da população, do mesmo modo que os CDS, e estreitamente ligados a eles (...). As Casas de Cultura, seguidamente criadas nas cidades abandonadas por Somoza, os Comitês e os Delegados de Cultura se multiplicaram em todo o país" (Nicaragua, du Rêve à la Réalité, 1980, p. 154). Nascidos e desenvolvidos nas áreas mais combativas, os CPCS, formados a partir dos delegados culturais das diferentes entidades de massas, foram levados a todo o país durante a Cruzada.

Estes organismos desenvolveram atividades culturais como oficinas de poesia, música, teatro, corte e costura, artesanato, dança, folclore, enfim, toda a atividade cultural que suscitava interesse de seus participantes. Dispunham de uma biblioteca e, os mais consolidados, uma pequena cinemateca.

Autogeridos e fruto da iniciativa popular, os CEPS e os CPCS podem ser considerados organismos do Estado: "os pilares do Ministério da Educação em escala local, são os CPCS, resultado da vontade de descentralização e democratização das instâncias ministeriais e seu representante na base" (Nicaragua, du Rêve à la Réalité, 1980, p. 104).

A Cruzada serviu a um processo de organização do Estado, criando em alguns casos estes tipos de organizações e em outros, como no caso da Saúde, escolhendo promotores dentro das enti-

dades de massa. Ela serviu também como meio de viabilização de práticas de organização estatais como “a realização de oficinas, o levantamento de pesquisas, a consciência desenvolvida pela Cruzada, o trabalho de comunicação, o transporte, as complicadas manobras para abastecimento e apoio logístico, a coordenação necessária, a supervisão e capacitação técnica, os imperativos de segurança e defesa, a alfabetização em si. (informe mimeografado do Ministério de Educação, p. 33)”.

Esta organização estatal (onde o Estado dá apoio, recursos, e as organizações de massas elaboram, executam e fiscalizam os projetos), tem uma grande eficiência para responder necessidades sociais. Uma representante do Ministério de Saúde me garantiu, já em 1981, que na Nicarágua este ministério tinha condições de promover uma vacinação maciça em todo o território nacional em apenas quatro dias. O ministério programava, planejava e fornecia os equipamentos e assessoria técnica e os delegados de Saúde mobilizavam suas entidades e preparavam os agentes para a vacinação. Quatro dias era o tempo necessário para o envio das vacinas, orientação e preparação do pessoal que já contava com noções de saúde de experiências anteriores.

A Cruzada serviu à ocupação territorial levando a presença do Estado e das organizações populares ao interior do país. Não se tratava de destruir ou colocar baixo tutela as organizações preexistentes, mas de promovê-las, levando experiência organizativa, assessoria técnica, recursos materiais, fundindo a organização nacional com a local.

Os objetos espaciais

Em particular nas grandes cidades, mas também por toda parte, os novos organismos estatais se instalaram em agradáveis casas deixadas por burgueses que fugiram do país ou que foram desapropriadas dos somozistas. Casas de um andar ape-

nas, confortáveis, frescas e silenciosas, de alvenaria ou de madeira, com jardins internos contornados por uma varanda com pórticos que servem como área de circulação para o resto da casa. Nas que conheci, os quartos menores foram transformados em escritórios e os maiores, assim como as salas, em locais de reunião. Nos vestíbulos ou salas de entrada era instalado um balcão de recepção, além de poltronas e cadeiras.

Milicianos e às vezes soldados do Exército Popular Sandinista se encarregavam da segurança, misturados aos presentes, em maior ou menor número e mais ou menos armados segundo a importância e nível da organização (local, departamental ou nacional). Mas não influíam muito no corre-corre, no entra-e-sai, enfim, na dinâmica e seu funcionamento.

Podemos apresentar algumas descrições destes espaços: “As casas do Inra (Instituto Nacional de Reforma Agrária), em León ou Chinandega, são lugares abertos onde os camponeses se sentem à vontade” (Le Monde Diplomatique, janeiro de 1980); ou, “o CPCS de León se instalou em uma belíssima casa confiscada aos somozistas. Uma parte dela tinha sido destruída na primeira insurreição de Leon, em 1978, quando a população a atacou por ser um símbolo da burguesia. No CPCS funcionam oficinas de desenho, música, canto, teatro e dança... e normalmente está cheio não só de crianças, mas de adultos: camponeses, mineiros (...); o centro tem uma biblioteca e uma pequena cinemateca” (Nicaragua, du Rêve à la Révolution, 1982, p. 122).

Além das casas somozistas e dos imóveis nas fazendas que acolhiam gerentes e instalações administrativas, outros prédios do antigo regime também foram reutilizados. Como o Ministério de Educação que serviu a sustentação institucional durante a Cruzada, que tomou a iniciativa da construção de novos edifícios criados e sustentados pelas organizações populares.

Como “a escola, a cooperativa e o centro produtor eram para Sandino os instrumentos fundamentais para impulsionar

o progresso na região do rio Coco, a escola rural, a cooperativa camponesa e o centro fabril devem ser agora também os instrumentos para nossa revolução econômica e cultural. (...) Necessitamos de mais edifícios. Centenas de novos locais escolares devem surgir por todo nosso território nacional. Em todo lugar, onde um grupo de camponeses usa seus esforços para a exploração da terra. Nos complexos agrícolas do Inra, nas fábricas, nos bairros, nos lugares mais longínquos que se converterão em frentes avançadas de nossa civilização, porque seus territórios ainda estão virgens, aí devem ser construídas muitas escolas. (...) Escolas para os colhedores de café e de algodão, para os operários e camponeses. Escolas para o índio, para o negro e para o mestiço. Escolas nos territórios do Atlântico e do Pacífico, do rio São Juan e do rio Coco. (...) Estas escolas devem ser núcleos irradiadores de cultura, de técnica, de educação básica, de saúde, de recreação sadia e proveitosa. Escolas que unam a biblioteca, o laboratório de análise de solos, o viveiro experimental e a sala onde se exercite a cultura e a cozinha. Um lugar onde tenha também uma Clínica de Saúde que proteja crianças e adultos". Para construí-las devem ser coordenados esforços de todas "as agências do Estado interessadas na promoção social do país. (...) As agências bancárias, do Inra, do Ministério da Saúde, do Ministério da Cultura, etc., podem estabelecer-se em um mesmo solar de maneira que possam compartilhar serviços básicos" (Tunnermann, 1983, pp. 176 a 182).

Para construção desses núcleos, como na Cruzada, se contaria com "o esforço comunitário e a elaboração de materiais de construção pelo sistema de ajuda mútua, o que permite baratear significativamente os custos" (Tunnermann, 1983, p. 180). As construções resultantes desse esforço, ao serem produzidas e geridas pela comunidade, têm características muito particulares. Não são estranhas à paisagem e ao cotidiano da população. Não são escolas luxuosas, nem palácios de cristal e cimento para ostentar e serem opressoras, mas adquirem as mesmas características, os mesmos materiais e métodos de construção usados pelos habitantes do local. Foram feitos e administrados pelo es-

forço coletivo, entendem que lhes pertence e isto “reduz os custos de manutenção, riscos de vandalismo e mau uso do prédio escolar” (Tunnermann, 1983, p. 180).

A pós-alfabetização

Em nosso país, como em toda a América Latina, a pergunta que se coloca quando se faz referência a campanhas maciças de alfabetização, é sobre a sustentação do aprendizado. A inevitável pergunta parte da experiência de quem se habituou a ver políticas oficiais de educação de adultos que só servem para fins de propaganda, onde a alfabetização se limita a ensinar o indivíduo a assinar o nome, após um dia de trabalho estafante, quando mesmo na sala de aula, essa pessoa não consegue deixar de pensar nas dificuldades do seu cotidiano cinzento. Este tipo de aprendizado, precário em si, termina por se esvaír no tempo, já que o seu contato com o mundo das letras se resume a apenas aquele momento, interrompido logo a seguir pela falta de tempo livre, pelo preço inacessível das publicações e livros, quando não pelo fato de grande parte da literatura tratar de temas e assuntos que não lhe dizem respeito. Não é nosso objetivo, neste livro, tratar das questões relativas à nova educação da Nicarágua posteriores à Cruzada, o que seria demasiado abrangente. Mas podemos, pelo menos, abordar os rumos e passos dados imediatamente após à Cruzada de Alfabetização.

Já no 1º Congresso Nacional de Alfabetização, começava a se definir a etapa posterior à Cruzada. Sergio Ramírez, um dos membros da Junta de Governo, declarava então:

“Ao concluir a Cruzada, começa de verdade nosso grande desafio, o desafio de lhe dar continuidade, de escolarizar os alfabetizados, abrir as portas da educação sistemática, da educação primária, da educação técnica, da educação diversificada a centenas de milhares de novos alfabetizados que existirão em nossa pátria. (...) Para tornar possível a conti-

nuidade desta campanha, o que nossos técnicos chamam de 'Seguimento', queremos anunciar-lhes desde agora, que ao concluir a Cruzada, em meados de agosto, será criado o Vice-Ministério de Educação de Adultos, dentro do Ministério de Educação" (Documentos do 1º Congresso..., 1980, p. 22).

A Cruzada ofereceu uma experiência pedagógica e atuou no programa educacional nicaraguense como um todo, nos alunos, nos professores, como já vimos anteriormente, particularmente na fase de Ofensiva Final; ela criou e consolidou estruturas organizativas, como os CEPS e as UAS, que se mostraram como organizações de base de uma nova estrutura de educação.

Desde julho de 1980, os brigadistas encarregados das UAS foram orientados para reorganizar seu grupo de alfabetizando em três níveis: os que já haviam terminado, os que seguiam no ritmo esperado, e os atrasados. O mais destacado e capaz dentre os alfabetizados, quando da retirada dos brigadistas, foi escolhido para assumir novas funções, assumindo a responsabilidade como Coordenador do CEP (formado por uma ou mais UAS) na sustentação do aprendizado dos companheiros que já tinham terminado e apoiando os brigadistas no reforço e na ajuda aos atrasados. Isto ampliou o ritmo da alfabetização o que permitiu concluir a Cruzada e ao mesmo tempo preparou as condições para os passos seguintes da educação de adultos.

O 2º Congresso Nacional de Alfabetização, realizado entre os dias 5 e 6 de setembro de 1980, que serviu como um marco de encerramento e avaliação da Cruzada, assim como a criação do Vice-Ministério de Educação de Adultos e a criação do Conselho Nacional Assessor de Educação (onde se representavam as principais organizações de massas), serviram como instrumentos fundamentais para assegurar a transição à estruturação de uma nova Educação de Adultos permanente e libertadora, definindo também suas fases posteriores.

Esta transição aconteceu no período de 15 de agosto de 1980 a março de 1981, e ganhou o nome de "Sustentação", abarcando três tarefas-chaves e atendendo 140.000 alunos:

1. Finalizar a Cartilha com quem não a terminara;
2. Manter a preparação dos alfabetizados por meio de leituras, ditados, exercícios, etc., em forma coletiva nos CEPS;
3. Realizar a transição da CNA para uma estrutura adequada à fase seguinte: o “Seguimento”.

“Que não deixem de ler”, foi a palavra de ordem central usada nesta fase, que contou com dois elementos fundamentais para sustentar o trabalho dos Coordenadores Populares; o rádio, que repassava as lições e uma assessoria e suporte do magistério pelas Comissões Municipais de Educação de Adultos. O rádio permitiu, já durante a CNA e particularmente na fase posterior, um papel multiplicador, superando as contradições que surgiam do isolamento, do caráter de massas da operação e da lentidão do transporte, criando um diálogo nacional diário. Mas o rádio não é suficiente em si, ele adquire sua força quando colado na mobilização, organização e entrega das massas populares e da juventude, e como um prolongamento do sujeito do magistério.

No último período desta fase, foram criadas equipes móveis de professores, ex-brigadistas e estudantes, para orientar e assessorar diretamente aos CEPS, ajudando-os a dar respostas às problemáticas locais.

A “Sustentação” foi apenas uma das cinco fases definidas no período pós-Cruzada para a educação de adultos. As outras quatro fases que compunham o “Seguimento” correspondiam aos quatro primeiros níveis (dos seis) da escola primária, cada um a ser realizado em um semestre.

O “Seguimento” consistia fundamentalmente na “consolidação da Alfabetização para um domínio suficiente das matérias instrumentais, a linguagem escrita, operações aritméticas fundamentais e a expressão gráfica, assim como noções fundamentais de história, geografia, ciências naturais, etc.; de forma que com o domínio destes instrumentos poderem entrar na terceira etapa que se abre a múltiplas modalidades de ensino-aprendi-

zagem; uma delas, a mais sistemática, é a que equivale a uma espécie de primário dos adultos além de outras modalidades de ensino mais ou menos informais, mais ou menos sistemáticas” (Francisco Lacayo, idem, p. 8).

Em junho de 1982, 164.425 pessoas (cerca de 3% da população) já estavam inscritas em 18.692 CEPS, 129.552 no campo e 34.873 na cidade. Até setembro de 1982, tinham sido realizadas as três primeiras fases, quando a Educação Permanente foi interrompida pela primeira vez para os camponeses se deslocarem para as colheitas de algodão e café. Cada camponês teve então direito a folhetos, chamados “Caminhemos”, para que mantivessem a prática de leitura.

A alfabetização em línguas

A alfabetização nas outras línguas faladas na Nicarágua, além do espanhol, começou a ser organizada já durante a Cruzada, mas se desenvolveu realmente no período posterior. Além dos objetivos gerais da Cruzada, de alfabetização em espanhol, esta iniciativa teve objetivos particulares: reforçar a identidade lingüística e cultural dos grupos étnicos e contribuir para a integração das populações do Atlântico à vida nacional.

Em março de 1981, começaram a organizar equipes com elementos da região, para preparar os materiais e organizar a alfabetização em inglês crioulo, misquitú e sumo. Em abril deste mesmo ano foi organizado um censo nas regiões onde se falavam estas línguas para subsidiar o planejamento. Posteriormente foram preparadas as cartilhas.

Foram encontradas dificuldades para a elaboração da cartilha de inglês, pois a estrutura da língua é muito complexa e não permite a adoção de um método silábico ou baseado em sons, como o utilizado na cartilha nas outras línguas. Foi desenhado então um método de acordo com as características próprias do

idioma inglês, utilizando a percepção visual e auditiva de palavras completas, ou parte delas, mas que representam uma regularidade dentro das estruturas lingüísticas. Elas constituíam, ao nível fonético e ortográfico, o núcleo da unidade de aprendizado e dos temas para leitura. Para a cartilha em Misquito, se contou com o inventário fonético da língua misquita, elaborado pelo Centro de Pesquisas do Ministério da Cultura, aplicando-se o mesmo método misto utilizado para o espanhol.

Em função da proximidade entre as línguas sumo e misquito, e a carência de um código formal de gramática, se adotou os mesmos métodos e conteúdos da cartilha em Misquito. Entre julho e setembro de 1981 realizaram-se projetos piloto de alfabetização nas três línguas onde foram testados e aprimorados os métodos e instrumentos, e em 30 de setembro de 1981, iniciou-se a campanha de alfabetização em línguas.

Uma nova educação

A Cruzada Nacional de Educação lançou as bases de uma nova educação na Nicarágua e era importante manter, sustentar, ampliar e radicalizar o aprendizado,

Subvertendo a relação tradicional entre estudante e professor, a Cruzada demonstrou que a troca de experiências e o confronto de modos de vida diferentes, assim como o contato com a realidade social e econômica do país, eram fonte de saber e conhecimento. Em novembro de 1980, Tunnermann, definiu o caminho das modificações que deveriam ocorrer: “é preciso realizar uma reforma profunda dos objetivos da Educação nacional para convertê-la em um fator chave do processo de transformação humanista da sociedade nicaragüense, e orientá-la em direção a um sentimento crítico e libertador. Esta reforma tem um caráter integral e articula todas as etapas da educação, desde a pré-escolar até a educação universitária” (Nicaragua du Rêve à la Révolution, 1982, p. 113).



A alfabetização foi feita em todas as línguas faladas no país

Esta transformação, como todas na Nicarágua Revolucionária, não seria fruto de planos elaborados por técnicos. Além do 2º Congresso, da discussão no interior das entidades de massas, uma Consulta Nacional foi realizada no início de 1981.

A Consulta Nacional visava “determinar as características do tipo de homem que se buscava na Nova Nicarágua”, “recolher as demandas, aspirações e recomendações que desejam da educação nicaraguense”, detectar os problemas e obstáculos que tinha o processo de educação dentro e fora da escola, “captar o nível de compreensão, aceitação ou rejeição das medidas no setor educativo” e “recolher opiniões sobre diversos aspectos do sistema escolar anterior”. A Consulta servia também para dar consciência à população dos problemas do processo educativo e com seus resultados formular uma nova política educacional.

A nova educação nicaragüense partia da própria realidade do país. Segundo Tunnermann, até a revolução “não somente inexistia uma política educacional, como também os planos

formulados não chegaram a ter um caráter oficial e, algumas vezes tiveram um caráter confidencial por parte das autoridades do governo somozista” (1983, p. 14). A educação era vista como ocorrendo apenas no espaço da escola, tendo como único objetivo a passagem de ano e como canal individual para ascensão social, sendo considerado honroso apenas o título de Doutor e o trabalho puramente intelectual.

Em um país onde mais da metade da população era camponesa, a escola rural não passavam do 3º ano primário, com esquemas educacionais transplantados da cidade, sem nenhum vínculo com as atividades produtivas. As escolas que ofereciam todos os níveis de educação não chegavam a 1%, o que condenava a criança camponesa a sequer terminar o primário, a menos que emigrasse para a cidade. Na maioria dos casos só havia um professor, obrigando a escola a adotar o sistema de sala com alunos de vários níveis, o que limitava o desenvolvimento dos mais adiantados, ou simplesmente desconsiderava os mais atrasados. De cada 100 crianças que começavam o primário, apenas 21 chegavam ao 6º grau.

Quanto ao ensino superior a situação não era mais estimulante. Apesar de a Nicarágua ser um país de economia agropecuária, menos de 1% dos estudantes estavam em cursos na área técnica de tipo agrícola, e 1% na área industrial. Conforme Tunnermann, “prevalecia o conceito do secundário e do ensino médio, como antessala da Universidade” (1983, p. 24).

A Nova Educação não se limitava às transformações curriculares ou iniciativas administrativas que apenas modernizavam o ensino, mas continuavam a servir à “manutenção da dominação ou a interesses de egoísmo individual”, como diz Bayardo Arce: “necessitamos formar bons técnicos com consciência social. Pouco vale dezenas de mestres que não queiram conviver com camponeses, que não queiram sujar suas botas. Pouco vale dezenas de médicos que queiram estar somente nos grandes hospitais. Pouco vale dezenas de arquitetos que queiram construir palacetes e edifícios bonitos na cidade” (1980, p. 91).

Para que se forme outro tipo de profissional, o estudante deve estar em contato ativo com a realidade e não pode aprender apenas nos livros, deve ir aos bairros, conviver com os operários e camponeses, para, como afirma Bayardo, “ouvir, de seus lábios, as melhores lições de economia que pode adquirir um homem quando quer se formar como Homem Novo, que conheça os problemas da economia caseira, da micro-economia que é base da macro-economia que tanto fascina a muitos” (Caderno de Educação Sandinista para formadores, 1980, p. 38).

A Nova Educação deveria ser crítica e libertadora, deixar de ser elitista, contemplativa e ociosa socialmente. Deveria ser pensada como um sistema, um todo coerente e inter-relacionado em seus setores formal, não formal e informal. Deveria ser permanente, um processo contínuo de formação e desenvolvimento que duraria a vida toda. E vinculada ao trabalho desde o primário, ela deveria educar os jovens, desenvolvendo integralmente sua personalidade, superando o divórcio entre trabalho manual e intelectual, preparando-o para a vida em sociedade.

A teoria sem prática correspondente se converte em simples retórica. A participação no trabalho coletivo permite a cada homem manter melhores relações com seus semelhantes, propiciando o desenvolvimento de alguns aspectos formativos de suas qualidades: iniciativa, responsabilidade, hábitos de trabalho, cooperação, organização, solidariedade, etc. Hortas foram incorporadas às escolas primárias. Os planos e programas de estudo procuraram contemplar períodos de dedicação dos estudantes às tarefas produtivas e de desenvolvimento comunal no campo e na cidade. Nas comunidades e bairros, por exemplo, os estudantes desenvolviam atividades de saneamento ambiental, de limpeza de parques, pinturas de sinais de trânsito, criação de praças, centros culturais e esportivos, pavimentação de ruas e calçadas, etc. No campo, participavam da semeadura e das colheitas. Nas suas respectivas escolas, participavam na limpeza e sinalização dos prédios, reparação do material deteriorado, criação de instalações desportivas, bibliotecas, murais,

arborização dos pátios, construção de laboratórios simples, sessões de trabalho para apoiar os companheiros com dificuldades, organizavam concursos de poesia, canto, balé, etc.

A Nova Educação não se limitaria a traçar linhas gerais, mas apontaria objetivos concretos. Por exemplo, integrar todas as crianças em idade escolar ao sistema educacional (inclusive as do campo) e dar-lhes uma formação de oito a dez anos de duração. Por isso, enquanto se organizava uma nova estrutura e prática educativa, se centrou esforços na educação de adultos.

Esta opção não era aleatória. Do ponto de vista político ela fazia a opção por educar o sujeito presente da revolução, o adulto das classes populares. Do ponto de vista educacional, visava subverter o sistema educacional. Em lugar de reformá-lo do ponto de vista técnico, ela o subvertia ao democratizar as condições de acesso, redefinir suas prioridades, suas relações internas e o seu método: “O método é a participação popular, é o diálogo, a educação que conscientiza; a referência à prática histórica; a superação da contradição entre a linguagem popular e a linguagem oficial; o enfoque universal do ensino-aprendizagem; a autonomia relativa das unidades programáticas para permitir múltiplas portas de transferência de uma linha programática a outras de educação e capacitação de adultos. É a capacitação do adulto para a autoaprendizagem permanente e universal” (Documentos do 2º Congresso..., 1981, p. 119).

A Cruzada foi apenas o primeiro passo. As medidas de sustentação para derrotar definitivamente o analfabetismo de retorno e o analfabetismo de desuso, viriam logo a seguir. E enquanto ainda se combatiam os resquícios de analfabetismo, se ofereceu aos recém-alfabetizados um programa de educação básica equivalente ao ensino primário orientado para o trabalho produtivo e relacionado às outras atividades sociais e a efetiva participação política. Nestas experiências, se poderiam verificar as potencialidades educacionais e pedagógicas do povo, até então adormecidas, permitindo-se estabelecer um método no qual o próprio adulto se transformava em protagonista de sua própria

educação, e onde as organizações estatais apenas ofereciam o suporte técnico e recursos para ela se desenvolver. Por isto as organizações de massas populares tinham um papel fundamental, a responsabilidade de desencadear, de fazer com que surgissem e frutificassem as potencialidades educativas das comunidades. “É por isso que a educação de adultos exige um aparelho organizatório, uma estratégia, uma inventiva e um nível de participação completamente novo. Porque era um projeto nacional e se não o fosse, não se realizaria. Sua dinâmica extrapola os limites de qualquer organização estatal e o próprio Ministério de Educação” (Documentos do 2º Congresso..., 1981, p. 118).

A Nova Educação procurava reduzir a distância entre os momentos produtivo, social, organizativo, político e ideológico e o momento de capacitação e educação, transformando toda a sociedade em escola. Anseio que já aparecia com o General Sandino, em 1929, que desde o Quartel Geral em El Chipotón, incluiu em seu Programa um artigo 9º que dizia: “Por iniciativa do Executivo, emita o Congresso Nacional uma lei que obrigue os empresários industriais ou agrícolas, nacionais ou estrangeiros, a que nas empresas em que trabalhem mais de 15 operários ou famílias, mantenham por conta dos empresários, escolas onde seja oferecida, aos trabalhadores de qualquer sexo, uma instrução” (Documentos do 2º Congresso..., 1981, p. 22).

1. A batalha dos lápis

Julio Cortázar (Revista Nicarauac, Ministério da Cultura), 1980.

Na nova Nicarágua, organizar algo significa, na maioria dos casos, improvisar, perseverar na improvisação e dar-lhe coerência e forma à medida que se avança. Assim, com os últimos disparos que marcaram a debandada e a fuga de Somoza e seu séqüito, a Junta de Governo de Reconstrução Nacional convidou o povo a preparar, com caráter de alta prioridade, uma cruzada de alfabetização que de fato significava que quase a metade dos nicaragüenses se entregaria à tarefa de ensinar a ler e escrever à outra metade. O resultado foram 6 meses de preparação com mínimos recursos e o máximo de entusiasmo.

Visto do exterior, esta admirável tentativa de autoconscientização não podia deixar de provocar comentários e receios em setores internacionais que olham o processo nicaragüense como repetição do cubano, e suspeitam do apoio pedagógico de Cuba (centenas de professores especializados em alfabetização), porque estaria presente sua linha política em cada linha das cartilhas de leitura. Os responsáveis nicaragüenses, que tão prudentes se mostram em sua linha política interior e exterior, não ignoram estas reações, porém as consideram desdenháveis em relação ao que representa a incorporação de professores colocados em uma tarefa tão difícil e penosa. Esta lúcida opção se refletia já nas primeiras declarações da Junta poucos dias após a vitória, como demonstram as palavras do Comandante Bayardo Arce em 31 de junho de 1979: “Estamos convencidos de que o povo compreende a situação, por que o triunfo da revolução, a derrubada da ditadura, não seria possível sem a participação da imensa maioria do povo. No entanto, determinados setores que

não tiveram participação muito ativa na luta, não têm também a suficiente abertura para compreender os fatos e fenômenos que ocorrem agora”.

Ninguém pode fechar os olhos ao fato de que para os fins imediatos e mediatos de sua reconstrução nacional, a alfabetização representa um fator capital. A Nicarágua entrará em uma fase que a encaminhará naturalmente para o socialismo; é claro que quem preferir, dentro ou fora do país, uma democracia de fachada liberal e teleguiada, verá na assistência pedagógica cubana uma ponta de lança destinada a acelerar o processo de socialização. A realidade é que se, por alguma razão, Cuba não julgasse conveniente enviar professores à Nicarágua, a campanha estaria se desenrolando da mesma maneira, já que os “nिकास” não necessitam de ninguém para compreender a importância primordial deste primeiro esforço de conscientização em escala global; a solidariedade cubana é tão útil como bem-vinda, como de outras fontes internacionais, porém não tem a gravitação que os mal-intencionados teimam em sublinhar.

Acabo de passar quase três semanas na capital, na costa atlântica e em diversas cidades do país, e tive a oportunidade de verificar até que ponto o desejo e vontade de alfabetizar e alfabetizar-se nasce do sentimento que deriva diretamente da consciência de liberdade e, por decorrência, da responsabilidade, que domina todos os setores ligados à luta pela libertação e a enorme vontade de levantar o país das ruínas em que o deixou a crueldade do regime Somoza. Em pouco mais de seis meses, as linhas da campanha foram estendidas e os escassos recursos disponíveis postos à disposição dos organizadores.

Sabemos que os principais alfabetizadores foram alunos dos colégios, organizados por estudantes universitários e o corpo docente nacional. Com a taxa de analfabetos que segundo alguns cálculos chega a 60%, e a geografia que torna perigoso e até arriscado o acesso às regiões mais abandonadas do país, é fácil imaginar os problemas de todo o tipo que a campanha colocou a seus responsáveis diretos. Crianças dos colégios mani-

festaram desde o começo seu desejo de serem enviadas aos lugares mais longínquos; para quem as conhece como eu, a ponto de poder falar em seu nome, este desejo é mais que compreensível, pois representa para estes adolescentes uma continuação direta da luta de libertação sustentada por muitos jovens de sua idade. Os alfabetizadores se consideram, com justa razão, uma milícia sandinista, e precisamente porque conhecem as dificuldades e os riscos de sua missão, insistiram que se lhes designassem os postos mais penosos.

Nos últimos meses, circularam ameaças de origem somozista parodiando uma célebre frase da guerra, em que afirmavam que “na montanha serão enterrados os corações dos alfabetizadores”. Estas ameaças não parecem muito realistas, dada a atitude e a vigilância do povo nicaraguense, mas ninguém esquece que em Cuba houve crianças alfabetizadoras assassinadas pelos bandidos que se haviam levantado na Serra de Escambray. Dadas estas condições, a Junta de Governo teve o cuidado de exigir que todo alfabetizador menor de idade deveria ter autorização por escrito de seus pais. Isto criou problemas, em parte inesperados, na medida que muitas famílias, temendo pela vida de seus filhos, negaram-se a dá-la. Estava em Manágua, quando este problema foi discutido diariamente nos jornais; a Junta estava disposta a não exercer pressão, mas os alunos já autorizados se solidarizaram abertamente com aqueles companheiros que queriam e não podiam acompanhá-los na campanha. Comissões espontâneas de meninos e meninas iam visitar os pais para convencê-los a mudar de atitude; enquanto isto, a imensa maioria treinava nas escolas e campos desportivos para se familiarizarem o melhor possível com o que poderiam enfrentar poucas semanas depois.

Dito em poucas palavras, os problemas maiores consistem no isolamento geográfico e diferenças étnicas do país. A região do Pacífico é de acesso mais fácil a partir dos centros urbanos, Manágua ou León, por exemplo, porém a costa atlântica está separada da outra por imensas selvas virgens que só po-

dem ser atravessadas por raros caminhos. Para ir de Manágua a Bluefields, é preciso transladar-se em automóveis até o posto fluvial de Rama, onde barcas lentas e incômodas descem os intermináveis meandros do rio Escondido, para chegar ao destino depois de muitas horas de viagem. Esta falta de comunicação, já tradicional, acentua as diferenças entre o povo das duas costas; se no lado do Pacífico pode-se qualificar de branca, a costa atlântica compreende as grandes comunidades indígenas, a principal das quais é a dos misquitos, com uma cultura profundamente arraigada que exigirá uma alfabetização em sua própria língua, além do espanhol. Existem setores consideráveis da população que falam principalmente o inglês e que em certa medida estão mais vinculados à Jamaica que ao resto da Nicarágua. Pode-se imaginar o que isto representou como tarefa para as jovens brigadas de alfabetizadores, que foram obrigadas a adaptar-se progressivamente a ambientes muito diferentes e enfrentar problemas de alimentação e de saúde para os quais não se contava com os recursos necessários.

Talvez em definitivo, mais do que a alfabetização em si mesma, o positivo e fecundo desta vasta operação empreendida pelo povo, que foi a Cruzada, reside precisamente na ruptura das barreiras físicas e mentais que separavam os núcleos principais e eram fator debilitante frente a um regime retrógrado que nada fazia para aproximá-los. Os jovens de Manágua e Estelí, do lado do Pacífico, conviveram com as pessoas do litoral atlântico e das aldeias perdidas nas florestas quase virgens. Por sua parte, os habitantes destas regiões receberam uma informação que, por cima ou por baixo do mero aprendizado da leitura e da escrita, os ajudou a inscreverem-se mais plenamente na corrente histórica iniciada há 5 décadas por Augusto Cesar Sandino e que culminou com o triunfo de 17 de julho de 1979.

Tanto o governo como os protagonistas da campanha sabem que a verdadeira batalha a ser ganha é a da unidade profunda de um povo que em muitos aspectos se busca ainda confusamente e não tem idéias precisas dos caminhos que deverá

seguir depois da vitória. Os lápis são os fuzis desta nova e difícil batalha, na qual se joga a infra-estrutura mental e moral desse pequeno, admirável país.

2. Caderno de Educação Sandinista Orientações para o Alfabetizador

Manual de orientação para alfabetização dos brigadistas, 1980.

Apresentação

Companheiro alfabetizador:

O analfabetismo é uma herança cruel da ditadura somoquista. Nossa Revolução está orientando seus maiores esforços para erradicá-lo, para integrar o povo de forma positiva às tarefas revolucionárias com uma compreensão mais clara deste processo. Isto permitirá melhor participação na vida política, social e econômica do país.

Alguns meses apenas após o triunfo revolucionário, se inicia a Cruzada Nacional de Alfabetização “Heróis e Mártires pela Libertação da Nicarágua”. Seu trabalho se estende por toda Nicarágua e compromete a todos os nicaragüenses a participar conscientemente na luta contra este fenômeno social.

Devemos esclarecer que estaremos frente a uma nova luta. O trabalho de alfabetização se desenvolverá em uma casa de família, igreja, clareira, uma trilha ou em qualquer lugar. Não devemos nos considerar professores, pois sabemos que os alfabetizados pensam crêem, expressam suas idéias e têm conhecimentos. Nesta epopéia, aprenderemos todos.

Os cadernos de educação não serão instrumentos rígidos, que não permitem a criatividade. O Caderno de Lecto-escritura será o motivo das discussões, oferecendo alternativas e proposições. (...)

Alfabetizar é muito mais que ensinar a ler e escrever. Com a alfabetização nos propomos a contribuir para conseguir maior compreensão do processo revolucionário e uma incorporação mais efetiva às tarefas que se colocam para fazer avançar a Revolução. A meta é obter um crescimento geral cultural de todos os participantes desta Cruzada.

Nossa missão neste sentido é muito importante. Seremos colaboradores e sentinelas da revolução. Estamos seguros de que este material em nossas mãos servirá para cumprir a palavra de ordem de “Em cada alfabetizador, Carlos Fonseca”.

Organização do Caderno de Orientações

O Caderno de Orientações foi preparado para dar o apoio necessário ao alfabetizador, de modo que garanta o êxito da alfabetização. O material está organizado na seguinte forma:

- I- Os objetivos que determinam as metas que persegue a Cruzada Nacional de Alfabetização.
- II- Recomendações gerais. Devem ser lidas com muita atenção e estar presentes durante o trabalho de alfabetização.
- III- Organização do Caderno de Lecto-escritura.
- IV- Orientações para manejar o Caderno de Lecto-escritura com pautas que devem ser seguidas na realização das diferentes atividades para o desenvolvimento de cada lição.
- V- Orientações para a aplicação do expediente de provas.
- VI- A investigação militante do alfabetizador rural, ou brigadista, para conhecer e recolher dados do meio rural.
- VII- Diário de Campo para recolher a experiência de participação no processo de alfabetização.
- VIII- Temas políticos que servem de base para as lições.
- IX- Biografia de Sandino para ampliar os conhecimentos sobre a vida de nosso guia da Revolução.
- X- Vocabulário relacionado com os textos do Caderno de Lecto-escritura e os temas políticos.
- XI- Registro de presença.
- XII- Hino da Cruzada Nacional de Alfabetização.

I - Objetivos da Cruzada

A Cruzada Nacional de Alfabetização se empreende por duas razões fundamentais:

- 1- Porque é uma tarefa de justiça, um compromisso moral de nossa Revolução para com nosso povo.
- 2- Porque sem alfabetização não se pode preparar nosso povo para assumir de modo responsável o grande trabalho que a etapa da reconstrução nacional exige.

Objetivos:

- 1- Erradicar definitivamente o fenômeno social do analfabetismo na Nicarágua.
- 2- Promover um processo de conscientização a nível nacional, para que as massas de nosso povo, antes marginalizadas, se integrem livre e eficazmente no processo de democratização do país, tomem parte ativa no desenvolvimento nacional e na reconstrução do país.
- 3- Contribuir para a unidade nacional, integrando o campo à cidade, o trabalhador com o estudante, o Atlântico com o resto do país, etc.
- 4- Imediatamente após erradicar o fenômeno social do analfabetismo, continuar o processo de educação de adultos, criando o Vice-Ministério de Educação de Adultos.

Espera-se que a Cruzada Nacional de Alfabetização:

- 1- Fortaleça as estruturas das organizações de massas, base de nossa democracia.
- 2- Aprofunde a conscientização dos jovens nicaragüenses, ao conviver com o camponês durante cinco meses, compartilhando totalmente de sua vida.
- 3- Apresente a oportunidade, nas diversas regiões, para recolher mostras de nossa flora, pedras, e as expressões culturais de nossos mais remotos cidadãos.

II - Recomendações gerais

Companheiro Alfabetizador, para a Cruzada de Alfabetização ter êxito, considerar as seguintes recomendações:

- 1- Cumpramos com a tarefa revolucionária de alfabetizar nosso povo, mostrando-nos amistosos, dinâmicos e criativos ante as dificuldades. Pensemos que ensinando a ler e a escrever estamos colaborando com a Revolução.
- 2- Mantenhamos relações de camaradagem, igualdade e respeito mútuo no grupo. Evitemos o trato infantil. Não deixemos lugar àquelas situações que podem degenerar em burla, ironia ou outra atitude que destrua a harmonia.
- 3- Mantenhamos o interesse frente aos problemas dos alfabetizados em seu trabalho e sua vida. Devemos compreendê-los e estimulá-los porque eles necessitam de ajuda.
- 4- Durante o desenvolvimento das aulas, evitemos expressões como: Vamos ler! Vamos escrever! Vamos trabalhar!
- 5- Estimulemos os alfabetizados com expressões de reconhecimento como: Muito bem! Que bom! Adiante! Perfeito!
- 6- Estudemos cuidadosamente as explicações do Caderno de Orientações para conhecer de antemão os objetivos que vamos alcançar em cada seção de trabalho.
- 7- Estudemos profundamente os temas políticos que aparecem no caderno, que serve de base para a conversação sobre a fotografia de cada lição. O escrito sobre o tema não basta, é conveniente aprofundá-lo, informando-se em outras fontes.
- 8- Levemos em conta as diferenças individuais dos alfabetizados, em relação com a aprendizagem. Encontraremos-nos com diferentes ritmos, problemas e habilidades particulares. Devemos dar atenção a cada caso, segundo as dificuldades que se apresentem, seja de leitura ou de escrita.
- 9- Começemos uma nova lição quando tivermos segurança de que os alfabetizados aprenderam bem a anterior. Para isto, antes de começar a sessão de trabalho repassemos rapidamente os sons estudados no exercício anterior, fazendo com que leiam algumas palavras da passagem 8.

- 10- Evitemos a perda de tempo repetindo exercícios que já são do domínio do alfabetizando.
- 11- Evitemos designar tarefas para casa, a menos que o alfabetizando o solicite.
- 12- Ensinemos o Hino Nacional e da FSLN.
- 13- Dialoguemos com os alfabetizando sobre a importância de assistir pontual e diariamente as sessões de trabalho.
- 14- Cuidemos que as sessões de trabalho sejam diárias e de uma duração não menos que duas horas.
- 15- Procuremos horários para alfabetizar adaptados às necessidades dos alfabetizando até onde for possível.
- 16- É conveniente criar grupos diferentes de adolescentes e adultos.
- 17- Recordemos e ajudemos os alfabetizando a compreender que os materiais que utilizados para alfabetizar custam muito à Revolução e que por isto devemos economizá-los.
- 18- Cuidemos para que os alfabetizando tenham o indispensável: Caderno de Lecto-escritura, caderno de escrita e lápis.
- 19- Consideremos que alguns alfabetizando têm defeitos de vista ou de ouvido e devemos ajudá-los em particular.
- 20- Tenhamos presente que alguns alfabetizando são canhotos. Não tratemos de mudá-los. Procuremos orientar para que coloquem o caderno de forma adequada. Isto significa que o canto direito inferior do caderno deve dirigir-se ao corpo do alfabetizando, oposto ao que ocorre quando quem escreve é canhoto. Em tal caso, é o canto inferior esquerdo do caderno que aponta para o corpo do que escreve.
- 21- Recorramos às organizações de massas pedindo ajuda quando tivermos casos de deserção relacionados com: dificuldades relativas ao cuidado com as crianças, transporte ou outros que você ache que elas possam solucionar.
- 22- Ao mesmo tempo em que promovemos a participação do alfabetizando, tratemos de participar em todas as atividades das organizações de massas que seja possível.
- 23- Visitemos os lares dos alfabetizando para conhecer de perto seus problemas, sobretudo em relação às ausências e procuremos a solução dos mesmos.

- 24- Interessemos-nos pela vida dos alfabetizandos e dediquemos tempo a conhecer seu trabalho e cooperar com eles. Isto contribui para a amizade e o companheirismo.
- 25- É possível que devido a problemas concretos de saúde, habitação, escassez de alimentos ou desemprego, alguns alfabetizandos não tenham suficiente motivação para integrar-se aos grupos de alfabetização. Apresentando-se a ocasião, devemos esclarecer que estes problemas são devido ao regime somozista ou a guerra heróica que tivemos de travar contra a Guarda genocida, e que o governo revolucionário se propõe a acabar para sempre com esta situação, com a ajuda de todo o povo nicaragüense. Devemos explicar também que não é possível que em poucos meses se reconstrua toda a economia e que a situação atual é transitória, isto é, que durará um curto período de tempo. Como alfabetizadores, devemos dar exemplo de austeridade e compreensão revolucionária e não exigir nunca condições especiais de tratamento, alimentação ou alojamento.
- 26- Levaremos o Diário de Campo onde anotaremos nossas observações, inquietações e vivências como participantes da Cruzada Nacional de Alfabetização. Este diário será portador de um acúmulo de experiências que permitirão tirar conclusões para melhorar o trabalho e darão uma contribuição muito valiosa no campo da educação de adultos.
- 27- Aproveitemos a convivência por grande período no campo, para recolher dados e mostras de aspectos culturais, sociais e econômicos. Desta forma contribuiremos mais para o desenvolvimento de nosso país. Em um folheto à parte encontraremos orientações específicas para esta tarefa.

III - Organização do caderno de Lecto-escritura

Nosso Caderno de Lecto-escritura foi organizado por lições que se referem aos aspectos mais importantes de nosso processo revolucionário. Compreende:

A- Uma lição introdutória com os seguintes objetivos:

- 1- Estabelecer uma boa relação que favoreça o diálogo.

- 2- Estimular os alfabetizandos a participar.
 - 3- Realizar exercícios que facilitem o trabalho posterior.
 - 4- Aprender a escrever o nome do fundador da FSLN, Carlos, e do alfabetizando.
- B- Lições para aprendizado da leitura e escrita.
- C- Leituras com o objetivo de desenvolver as habilidades de leitura e consolidar os sons já estudados.
- D- Mapas da América Central e da Nicarágua, para dar uma idéia da representação e localização do país.
- E- O Hino Nacional da Nicarágua e da FSLN.
- F- Canções, um poema e pensamentos para enriquecer a cultura do alfabetizando.
- G- Uma série de fotografias para contribuir com o desenvolvimento da expressão oral e escrita.

IV- Orientações para manejar o caderno de Lecto-escritura

O Caderno de Lecto-escritura “O amanhecer do Povo”, foi elaborado tendo em conta três aspectos fundamentais: a realidade de nossa Pátria; o analfabetismo; o alfabetizador.

Foram tomados 23 assuntos de interesse nacional que formam as lições, através das quais se proporciona o exercício necessário para obter o aprendizado da leitura e escrita.

Cada lição consta de duas partes:

- 1- Diálogo sobre a foto que ilustra o tema que trata a lição.
- 2- Passos para o ensino de Lecto-escritura.

1- Realização do diálogo

Todas as lições giram em torno de um tema como, por exemplo, Reforma Agrária ou Saúde. Para ajudar a refletir sobre ele se apresenta no Caderno de Lecto-escritura uma fotografia e uma oração, e, no Caderno de Orientações, temas, leituras e perguntas guias.

1- Estabeleçamos um diálogo que permita:

- a) Conhecer as experiências dos alfabetizandos sobre o tema ilustrado na fotografia.
- b) Clarear seus conceitos.
- c) Estimular a prática de expressão oral nos alfabetizandos.

2- Para desenvolver o diálogo usemos os seguintes passos:

- a) Peça aos alfabetizandos que descrevam a fotografia.
- b) Analisemos a fotografia. Para isto, façamos perguntas que nos permitam aprofundar o tema, tendo como referência as perguntas guias que se apresentam no final das leituras do Caderno de Orientações. Cuidemos de não formulá-las textualmente a cada alfabetizando. Não são as únicas perguntas que podem e devem ser feitas. Será necessário formular outras mais, de acordo com o diálogo sobre as experiências e problemas dos alfabetizandos.

3 - Resumamos as idéias e conclusões fundamentais que foram apresentadas.

Para desenvolver o diálogo com as três etapas anteriormente descritas, se aconselha usar até quinze minutos.

As orientações a seguir ajudarão a participação e aporte criativo dos alfabetizandos:

- a) Partamos das experiências dos participantes sobre o tema tratado. Quando por timidez ou insegurança alguém ficar calado, devemos estimular sua participação com perguntas.
- b) Destaquemos as idéias e iniciativas particularmente importantes à discussão, tomando-as como um ponto de apoio para avançar no aprofundamento do tema.
- c) Devolvamos as perguntas feitas para todo o grupo, para que tratem de respondê-las. A maioria das vezes o grupo tem a capacidade de fazê-lo. Nossa função não deve se limitar a dar a palavra, mas devemos esclarecer os pontos que fiquem obscuros e acrescentar elementos que permitam complementar e enriquecer ainda mais a reflexão. O estudo e domínio do

tema político será a base para isto. Não esqueçamos que a educação política é um ato recíproco no qual todos damos e todos recebemos.

- d) Se o grupo se enreda na discussão sem encontrar uma saída, formulemos uma pergunta para avançar na discussão.
- e) Se a discussão se desvia do tema principal ou volta atrás, repetindo elementos já vistos, faremos a reflexão voltar ao tema central para avançar no diálogo.
- f) Realizemos de vez em quando breves resumos que ajudem o grupo a ver o seu progresso. Esta síntese relacionará organizadamente as diversas contribuições feitas ao diálogo.
- g) Encaminhemos a reflexão para a formulação de conclusões concretas que nos levem a culminar o diálogo. (...)

4 - Ensino da Lecto-escritura

Uma vez que dialogamos sobre a fotografia, começaremos a trabalhar com os passos do aprendizado de lecto-escritura. Cada lição tem um ou mais exercícios. Por exemplo: Exercício A, Exercício B, etc. Em cada exercício se estuda um som diferente. Os exercícios têm dez passos, e sempre se realizam da mesma forma. (...)

7- Orientações sobre a escritura

O último passo das lições consiste no exercício da escrita. (...)

3. Guia temático das Pesquisas

Roteiro das pesquisas efetuadas pelos brigadistas e anotadas em seus diários, 1980

1 - A Zona:

- Localização;
- Acidentes geográficos importantes;
- Vias de comunicação (caminhos, rodovias, rios, etc.);
- História de como se originou o povoado.

2 - O Povoado:

- Tipos de habitação;
- Edifícios e locais públicos (igrejas, CDS, escolas, etc.)
- Centros de produção (oficinas, fábricas, fazendas, etc.);
- Centros de comércio (mercados, lojas, quiosques, etc.);
- Meios de transporte (botes, bestas, carros, ônibus, trem);
- Como foi adquirindo sua forma através da história?
- Fazer um mapa simples do povoado.

3. Produção:

- Que tipo de produção industrial e agrícola existem?
- O que se produz?
- Que tipo de trabalho realizam as diferentes pessoas?
- Quantas pessoas trabalham?
- Empresa privada? Individual ou cooperativa?
- Empresa do Povo, Unidade estatal ou Cooperativa?
- Existe produção artesanal na zona? Que tipo?

4. Movimentos de migração:

- Existe imigração? Existe emigração?
- Que quantidade da população se movimentam em direção à comunidade ou outras zonas?
- Para que zonas do país elas vão e de onde vêm?
- Por que existem migrações? Saúde, trabalho, etc.?
- Em que época se dá esta migração? Por quanto tempo?

5. Saúde:

- Doenças mais comuns;
- Possíveis causas das mesmas;
- Maneira como são atendidas (ervas, médicos, curandeiros);
- Formas possíveis de solução;
- Serviços de saúde existentes (estatais, privados, etc.);

6. Educação:

- Escolas existentes ou lugares onde estudam;
- População atendida pelas escolas;
- As expectativas das pessoas a respeito da educação de adultos e de crianças;

7. Habitação:

- Tipo mais comum de construções (teto, materiais, etc.);
- Distribuição da habitação (cozinha, quartos, pátio, etc.);
- Anexos das habitações (pátio, depositos, horta, etc.);
- Serviços de água, luz, energia, etc.;
- Em que são funcionais e em que não são?

8. Organizações Sociais:

- a- De massas (ATC, CDS, CST, Juventude Sandinista, Amnlæ):
 - Desde quando existem e que atividades promovem?
 - Qual é a participação da comunidade?
 - A que se deve esta participação?
- b- Outras Organizações:
 - Religiosa, beneficente, etc; sua história, atividade, objetivo, influência.

9. Instituições do Estado:

- Instituições que prestam serviços (saúde, educação, etc);
- Que programas desenvolvem e que população servem?

10. Meios de Comunicação de Massas:

- Que meios de comunicação? (rádio, televisão, jornais);
- Porcentagem da população que atingem;
- Tipos de programa de que mais gostam. Por quê?

11. Recuperação Histórica (recuperação da memória social):

- Sua participação na libertação de nosso povo;
- Histórias, lendas, experiências, refrões e ditos populares;
- Resgatar os nomes e biografia de heróis e mártires da revolução na região.

12. Cultura:

- As festas que se celebram na região;
- As tradições religiosas e culturais celebradas;
- Recuperar os aspectos do folclore, arte e artesanato característicos da região.

4. Iniciativas em relação à saúde

Decisões do Ministério da Saúde publicadas em seu Boletim Informativo nº 8, 29 de janeiro de 1980.

O Ministério da Saúde apoiará a Cruzada de Alfabetização com mais de 25 milhões de córdobas em remédios, vacinas, cursos, etc. para atender e capacitar os 175.000 brigadistas participantes da jornada alfabetizadora, que libertar da ignorância mais de 50% da população. Estes serviços têm como objetivos a atenção a enfermidades e a prevenção dos riscos que podem sofrer os Brigadistas durante toda a campanha. O programa de apoio se desenvolverá da seguinte forma:

- 1- Será realizada uma campanha de instrução de primeiros-socorros pela televisão, durante seis meses (...)
- 2- Se darão três doses contra o tétano, a cada brigadista (...)
- 3- Serão dados 48 comprimidos de cloroquina por brigadista
- 4- Será aplicado tratamento contra a Leishmaniose (...)
- 5- Cada uma das sete mil brigadas será dotada de um equipamento de primeiros-socorros (...)
- 6- Serão editados folhetos instrutivos sobre saúde, distribuídos aos brigadistas e à população que será alfabetizada (...)
- 7- Serão utilizadas pastilhas de cloro para purificar a água (...)

Além disto, será ampliada a infra-estrutura para o pessoal auxiliar com material e equipamentos. Deve-se considerar que a demanda de médicos e remédios terá aumento considerável, pois atenderá aos brigadistas e setores que nunca tiveram oportunidade de atendimento em saúde.

5. Parte de Guerra da Cruzada Nacional de Alfabetização

Informe da direção da CNA, apresentado no ato de encerramento da Cruzada. Estado-Maior Nacional da CNA, 23 de agosto de 1980.

O Estado-Maior Nacional da Cruzada Nacional de Alfabetização “Heróis e Mártires pela Liberação da Nicarágua”, informa:

- 1- Que cumprindo instruções, no dia 23 de março de 1980, se deu ordem de abrir fogo contra séculos de ignorância e humilhação, herança nefasta da ditadura somozista.
- 2- Que as tropas, em nossa guerra de libertação, estavam integradas pelo nosso glorioso Exército Nacional de Alfabetização (EPA), os abnegados Guerrilheiros Urbanos de Alfabetização (GUA), as Milícias de Alfabetização Camponesas (MAC) e as Brigadas Vermelho Negra da Anden, além das Brigadas de Saúde, de Cultura e Resgate Histórico, que somam um total de 95.582 combatentes.
- 3- Que contávamos todo momento com um respaldo ativo e abnegado do povo nicaraguense, através das organizações de massas, ATC, CST, CDS, Amnlac e muito especialmente a Anden e a Juventude Sandinista 19 de Julho. Sem elas, não teria sido possível a vitória.
- 4- Que como toda a causa justa e revolucionária, despertou o entusiasmo e a solidariedade internacionais, desde a Unesco aos estudantes e professores de dezenas de países da América, Europa e Ásia, que vieram dar seu apoio inestimável à Revolução Nicaraguense.
- 5- Que na região não tem precedentes a organização e sustentação logística de um exército no campo de 59.123 pessoas, na difícil geografia de nossa pátria. A menos de um ano da vitória este é um exemplo do potencial heróico de nosso povo. O custo deste esforço é de 120 milhões de córdobas e muitos milhões mais que não se pode contabilizar e que

se concretizaram no suporte direto e material de inúmeros organismos sociais e religiosos, empresas, instituições do Estado, pais de famílias, etc.

- 6- Que enquanto as cifras oficiais o somozismo, eram de 42% de analfabetismo, no Censo em outubro, pudemos comprovar que o analfabetismo em nosso país era de 50,35%.
- 7- Que nestes cinco meses de Guerra Popular contra o Analfabetismo, nossas heróicas tropas alfabetizadoras sofreram 56 baixas; 41 por acidente, oito de morte natural e sete assassinados por ferozes inimigos do povo nicaragüense. Estas vidas valiosas, entregues na mais formosa das batalhas, são a mostra mais destacada do heroísmo de que é capaz nosso povo e sua juventude. Seja este ato, a maior homenagem que podemos render aos Heróis e Mártires da Cruzada Nacional de Alfabetização.
- 8- Que enquanto se combatia sem descanso para aniquilar a ignorância, se desenvolviam outras tarefas em benefício da comunidade, tais como: construção de parques, escolas, poços, latrinas, caminhos, pontes, etc. Além de participação em trabalhos agropecuários, especialmente na plantação e colheita de grãos básicos.
- 9- Que depois de cinco meses de árdua luta em campos, montanhas e cidades, conseguimos ensinar a ler e escrever a 406.056 nicaragüenses, reduzindo a taxa de analfabetismo de 50,35% a 12,96% da população maior de dez anos. Além disto, estão próximos de terminar seu processo de alfabetização mais 42.639 companheiros.
- 10- Que no dia 30 de setembro começa a Alfabetização em Línguas, de 60 mil nicaragüenses na Costa Atlântica.
- 11- Que hoje, 23 de agosto de 1980, podemos afirmar com segurança e orgulho, que culminou a tarefa que nos foi designada desde os primeiros dias da vitória, e em nome dos combatentes da Alfabetização, dizemos à Direção Nacional, à Junta de Governo, ao Povo de Nicarágua e ao Mundo,

Cumprimos! Quais são as próximas tarefas?

Apresentam este informe e pedem permissão para içar a Bandeira Vitoriosa,

Carlos Carrión Cruz, Delegado da DN da FSLN na CNA
Fernando Cardenal, Coordenador da CNA
Douglas Castellón, Assistente do Coordenador da CNA
Carlos Tunnermann Bernhein, Ministro da Educação

6. Prêmio Nadezhda K. Krupskaya

Prêmio dado pela Unesco à Nicarágua, pelos esforços e resultados da Cruzada Nacional de Alfabetização, 1980.

Reunido nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1980, na sede da Unesco em Paris, o JÚRI designado pelo Diretor Geral da Unesco para outorgar os Prêmios Nadezhda K. Krupskaya, Associação Internacional de Leitura e Noma, destinados a recompensar os serviços de instituições organizações ou pessoas que tenham se destacado por uma contribuição especialmente meritória e eficaz em favor da alfabetização,

Recordando que os prêmios Nadezhda K. Krupskaya e Associação Internacional de Leitura foram dados em 1969 e 1979, respectivamente, graças à iniciativa generosa do Governo da URSS e a Associação Internacional de Leitura,

Agradecendo ao Sr. Shoichi Noma sua generosa iniciativa de dotar o Prêmio Noma, que será concedido pela primeira vez este ano, e recordando a este respeito o desejo expresso pelo doador de que, na medida do possível, este prêmio recompense um trabalho meritório na esfera da pós-alfabetização,

Tomando nota, com satisfação, de que diversas candidaturas examinadas este ano mobilizaram eficazmente os recursos humanos e materiais dos países que se apresentaram, para iniciar ações de alfabetização em grande escala como parte de um esforço geral para criar sociedades novas e mais justas,

Observando que diversas candidaturas constituem exemplos eminentes de planejamento de programas globais que combinam ensino da leitura e escrita com as imaginativas atividades da pós-alfabetização para manter, progredir e aplicar a capacidade de ler e escrever dos participantes,

Considerando importante medida de progresso a certeza de que os enfoques do trabalho de alfabetização são sistemáticos e científicos, como atestam vários programas examinados,

Recordando, ao mesmo tempo, que o trabalho da alfabetização depende, tanto hoje como sempre, dos esforços abnegados dos homens e mulheres desinteressados,

Examinando as 20 candidaturas representadas pelos governos e organizações internacionais não governamentais e de conformidade com as estipulações e os critérios do Regulamento Geral, decidiu por unanimidade outorgar, em primeiro lugar, o Prêmio Nadezhda K. Krupskaya de 1980 à CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DA NICARÁGUA, por ter:

- 1) proclamado como medida fundamental para a reconstrução da nação nicaragüense, a consecução da alfabetização geral;
- 2) iniciado uma campanha maciça destinada aos heróis e mártires da libertação onde, como informa o Governo, recrutaram e formaram 120 mil professores voluntários que, em menos de 5 meses, ensinou a ler e escrever a mais de 400 mil pessoas, reduzindo a taxa de analfabetismo de 50 para 13%;
- 3) planejado e iniciado um programa sistemático de pós-alfabetização com o objetivo de consolidar e fortalecer os sucessos notáveis da campanha de alfabetização;
- 4) oferecido o testemunho perdurável da nobreza do espírito humano, graças à dedicação exemplar de seus professores voluntários, dos quais mais de 50 deram suas vidas a serviço de seus compatriotas.

Por último, consciente da ofensa à dignidade humana que o analfabetismo representa e os inconvenientes que cria para o progresso das pessoas e das nações, o JÚRI faz um chamamento

urgente à comunidade internacional para que reforce a cooperação entre os Estados e entre os povos para que tome todas as medidas necessárias com o fim de mobilizar recursos e energias para que os dois últimos decênios do século XX constituam-se numa virada decisiva na história da luta para libertar a humanidade da praga do analfabetismo.

Formaram o JÚRI: Sr. Malcom Adiseshiah, Presidente; Exmo Sr. Rodolfo Barón Castro; Exmo Sr. Ben Mahdy Ciss; Sr. G.N. Filinov; Sr. James Robbins Kidd; Sr. Thomas G. Sticht.

7. Princípios de uma nova educação

Um documento do Ministério de Educação apresentando uma síntese do projeto de uma nova educação. julho de 1982.

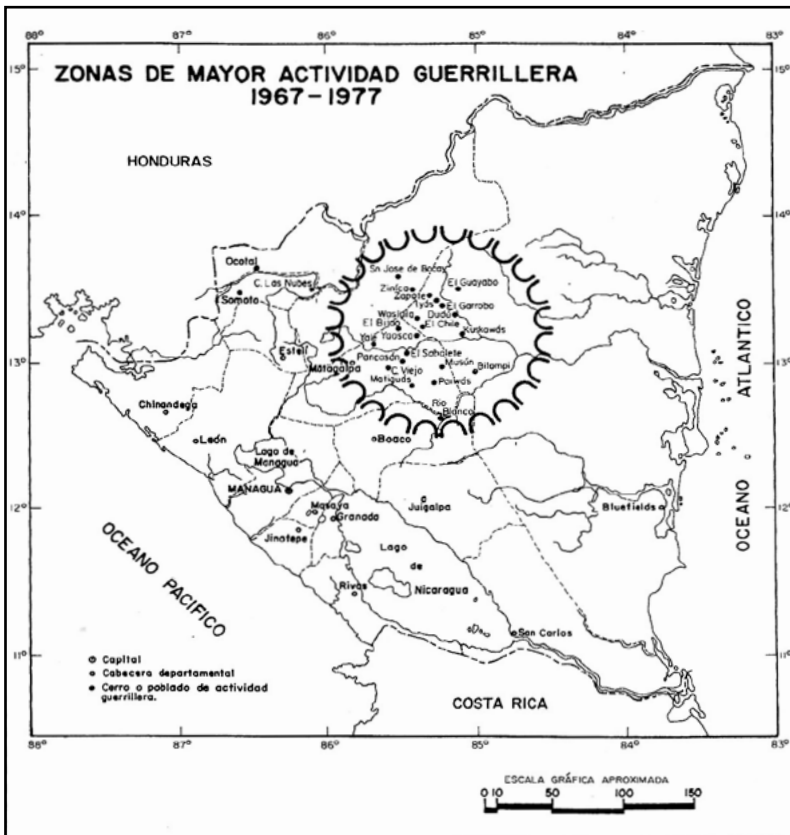
- A educação é um direito fundamental, é obrigatória a educação pré-escolar assim como a educação de base (primária), para as crianças e adultos (dentro dos CEPS).
- A educação é responsabilidade do Estado: ela é gratuita, pública e mista.
- O Estado garante a participação no processo educativo à família, à comunidade e às organizações de massas.
- O estado dá prioridade ao financiamento da educação. Meios jurídicos serão colocados em prática para assegurar a participação efetiva para o desenvolvimento e financiamento da formação profissional.
- A educação é um processo de formação e desenvolvimento da personalidade único, contínuo e permanente,. Ela articula todos os níveis e modalidades de ensino no processo educativo: educação formal, não-formal e informal.
- Os meios de comunicação são parte do processo educativo.

- A Nova Educação planejará a orientação escolar em função das necessidades do setor produtivo.
- O estímulo estará presente na Nova Educação.
- Os pais poderão inscrever seus filhos em estabelecimentos privados, desde que estes tenham assinado a Convenção dos Direitos do Homem e do Cidadão Nicaragüense.

Que significam concretamente estas medidas:

- A expansão escolar em todos os níveis (pré-escolar, base, especializado e superior). A educação de adultos, em particular nos setores mais marginalizados da cidade e campo.
- A concepção de programas especialmente destinados à educação das mulheres, em ligação com Amnlae.
- O cuidado para que apareça nos programas escolares uma outra imagem da mulher, com os mesmos direitos do homem.
- O desenvolvimento do ensino técnico e a racionalização quantitativa e qualitativa do ensino superior.
- Implantar a regionalização educativa que permita adaptar os programas nacionais à realidade de cada região.
- Aumentar as pesquisas pedagógica, científica e tecnológica.
- O desenvolvimento da educação física, esportes e atividades culturais, como fatores importantes do processo educativo.
- A criação de mecanismos que garantam a coordenação permanente entre as instâncias do Estado, organizações de massas e outras estruturas que são parte do sistema educativo.
- O desenvolvimento progressivo de um novo tipo de escola, as Escolas Rurais da Educação-Trabalho (Eret), e os Ciclos de Produção de Base (CPB).
- O aperfeiçoamento de um subsistema de educação aberta e à distância (rádio, por exemplo), que permita à população que dos lugares distantes também aproveitar o ensino.

A Nicarágua da Jornada



A geografia

Superfície: 130.000 km².

Terras cultiváveis: 59.000 km².

Altitude máxima: Cerro Mogotón (2.106 m).

Principais vulcões: San Cristobal (1.745 m), Concepción (1.610 m), Momotombo (1.280 m), em atividade; Maderas (1.394 m), Mombacho (1.345 m), sem atividade.

Lagos: Lago de Nicarágua (8.264 km²). Lago de Manágua (1.024 km²).

Fronteiras: ao norte, 877 km com Honduras; ao sul, 268 km com a Costa Rica.

As Regiões

14 departamentos em 6 regiões administrativas e 3 zonas especiais (população estimada em 1983).

Departamentos	População	Atividade económica
Esteli, Madriz e Nova Segóvia	318.000	Pecuária e agricultura
León e Chinandega	510.000	Algodão, açúcar, banana, sésamo, trigo, porto de Corinto
Managua	825.000 (*)	Capital económica e política
Granada, Masaya, Carazo e Rivas	476.000	Café, açúcar, algodão, grãos de base, sorgo, sésamo, carne e legumes
Boaco e Chantales	206.000	Pecuária
Jinotega e Matagalpa	394.000	Café
Zonas Especiais		
Zelaya Norte	296.000	Florestas, minerais, café,
Zelaya Sul		coco, pesca, agricultura,
Rio San Juan	33.000	açúcar, pecuária e grãos de base

A População

População estimativa de 1983: 3 milhões de habitantes.

Porcentagem de população:

urbana: 55,3%

rural: 44,7%.

Taxa de natalidade / 1.000 hab. (1983): 44,2.

Taxa de mortalidade geral / 1.000 hab. (1983): 9,5.

Taxa de mortalidade infantil / 1.000 nascimentos (1983): 75,2.

Esperança de vida ao nascimento;

1977: 52,9 anos

1985: 59,8 anos

Taxa de alfabetização (1981): 87,9%.

(Fonte - Le Volcan Nicarágua en , 1985, pp 271 e 272)

(*) Em 1985, a população de Manágua era estimada em 1 milhão de habitantes a seguir de um forte êxodo rural.

Siglas Usadas no Livro

AMNLAE	Associação de Mulheres Nicaragüenses Luiza Amanda Espinosa
ANDEN	Associação Nacional de Docentes e Educadores da Nicarágua
ANS	Associação de Crianças Sandinistas
AP	Alfabetizadores Populares
APP	Área de Propriedade do Povo
ATC	Associação dos Trabalhadores do Campo
BPR	Brigadas Populares Sandinistas
CAP	Comitês de Ação Popular
CDS	Conselho de Defesa Sandinista
CEN	Conferência Episcopal da Nicarágua
CEPS	Coletivos de Educação Popular Sandinista
CIA	Agência Central de Inteligência (EUA)
CNA	Cruzada Nacional de Alfabetização
CONDECA	Conselho de Defesa Centro-Americano
CPB	Ciclos de Produção de Base
CPC	Centro Popular de Cultura
CPCS	Centros Populares de Cultura Sandinista
CPF	Confederação dos Pais de Família
CST	Central Sandinista dos Trabalhadores
ENABAS	Empresa Nacional de Abastecimento
EPA	Exército Popular de Alfabetização
EPS	Exército Popular Sandinista
ERET	Escolas Rurais de Educação-Trabalho
ERN	Escola Radiofônica da Nicarágua
EUA	Estados Unidos da América
FAS	Forças Aéreas Sandinistas
FENEC	Federação Nacional de Educadores Católicos
FES	Frente de Estudantes Secundários
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos

FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
GN	Guarda Nacional
GPP	Guerra Popular Prolongada
GUA	Guerrilheiros Urbanos de Alfabetização
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento
INRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
JS	Juventude Sandinista
MAC	Milícias de Alfabetização Camponesas
MEB	Movimento de Educação de Base
MEP	Movimento Estudantil de Primária
MINDRA	Ministério da Reforma Agrária
MOA	Milícias Operárias de Alfabetização
MPS	Milícias Populares Sandinistas
MPU	Movimento do Povo Unido
OEA	Organização dos Estados Americanos
OSS	Oficinas Sabatinas Sandinistas
PIB	Produto Interno Bruto
PP	Promotor Popular
UAS	Unidade de Alfabetização Sandinista
UCA	Universidade Centro-Americana
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAN	Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNE	União Nacional de Empregados da Nicarágua
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Cultura e Ciência
UPN	União de Jornalistas da Nicarágua
UNO	União Nacional Opositora

- ARRIEN, Juan Bautista. **Nicaragua: Revolución y Proyecto Educativo**. Managua: Publicaciones del Ministerio de Educación de Nicaragua, 1980. 203 p.
- AYON, Tomás. **Historia de Nicaragua**. Madrid: Escuela Professional de Artes Gráficas, 1956. 3 v.
- CABEZAS, Omar. **La montana es algo más que una inmensa estepa verde**. 2. ed. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982. 256 p.
- CARDENAL, Fernando. Especial sobre la Cruzada Nacional de Alfabetización. **Revista Encuentro**, Managua, n. 16, 1980.
- CHESNEUX, Jean. Nicaragua: Le sandinisme face au poids des choses. **Le Monde Diplomatique**. Paris, jan., 1980.
- CLERC, Jean Pierre. Nicaragua, la barre à gauche. **Le Monde Diplomatique**. Paris, 18-24 out., 1979.
- CORTÁZAR, Julio. La batalla de los lápices. **Revista Cultural Nicáruac**. Managua: Ministerio de Cultura de Nicaragua, dez. 1980.
- CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN, Estado-mayor de la. Parte de Guerra. **Revista Cultural Nicáruac**. Managua: MinC. Nicaragua, dez, 1980.
- DEBRAY, Regis. Nicaragua: une 'moderation' radicale. **Le Monde Diplomatique**, set., 1979.
- FOUCHER, Michel – Enquête au Nicaragua (I). **Herodote**, octobre/septembre, 1979 ; 31 p.
- GALEANO, Eduardo. **Em defesa da Nicaragua**. Brasília: Ofic. Gráficas da Condesplan, 1987. 28 p.
- LACAYO, Francisco. Entrevista com. **Revista Encuentro**. Vice-

- Ministério de Educação de Adultos, 1981. (Reprodução Mimiografada)
- NICARÁGUA, DU REVE À LA REALITÉ. Paris, **Bulletin de liason du Cedetim**, Coordination des Comités Nicaragua, 128 p., 1980. (Supplément)
- NICARÁGUA, DU REVE À LA RÉVOLUTION. Paris, **Solidarité Nicarágua**, n. 3, 1982. 152 p. (Supplément)
- ALEMÁN OCAMPO, Carlos. **Y también enséñenles a leer: Depoimentos de Brigadistas**. Manágua: Editorial Nueva Nicarágua, 1984. 166 p.
- PISANI, Francis. **Muchachos: Nicarágua journal d'um témoin de la revolution sandiniste**. Paris: Encre editions, 1980. 366 p.
- PISANI, Francis; DÉVÉ, F.; BOROSAGE, R.; TUTIN, C. **Le vulcan nicaraguayen**. Paris: Éditions La Decouverte, 1985. 281 p.
- RAMIREZ, Sergio. Breve história contemporânea de Nicarágua. **Revista Casa de las Américas**. La Habana, n. 117, nov./dez. de 1979, 33 p..
- SADER, Eder. O Homem Novo: um estudo sobre o pensamento de Che Guevara. **Cadernos de Campanha**, Paris, n. 8, 5 p., 1977.
- SANTOS, Nilton. **Identidade cultural, integração nacional, o caso da Cruzada Nacional de Alfabetização da Nicarágua**. Rio de Janeiro, 1983. (Anteprojeto de Tese)
- _____. **Os sandinistas aceleram o passo**. Rio de Janeiro: Editora Avante, 1980. 63 p.
- TIRADO LOPEZ, Victor. **La revolución a traves de nuestra dirección nacional**. Manágua: Secr. Nac. de Prop. e Educación Polít. del FSLN, 1980. 5 p.
- TUNNERMANN BERNHEIN, Carlos. **Hacia una Neva Educación em Nicaragua**. 3. Ed. Managua: Ediciones Distribuidora Cultural S.A., 1983, 353 p.
- WHEELOCK ROMAN, Jaime. **Raices indígenas de la lucha anticolonialista na Nicarágua**. 4. ed. México: Siglo XXI Editores, 1980, 123 p.

O autor deste livro...

Foi vice-presidente da UNE em 1967 e 1968, exilado no Chile e na França entre 1972 e 1979, quando voltou ao país e foi anistiado. Formou-se arquiteto, é mestre em Planejamento Urbano e Regional e em “Aménagement d’Espace et du Territoire”, e se doutorou em Ciência da Informação.

Abraçou o jornalismo como prática profissional no período de clandestinidade no Brasil e foi correspondente internacional de diversos periódicos, publicando livros sobre os processos políticos em El Salvador, Nicarágua e Granada⁸, sobre a “História da UNE”, Ética no jornalismo (“Jornalistas pra quê”) e Educação à distancia. Escreveu ainda um livro sobre a experiência da resistência clandestina: “O estádio era mais Alegre”

“E também lhes ensinam a ler”, contando a experiência da Cruzada de Alfabetização da Nicarágua, foi lançado no Congresso Nacional de Alfabetização em São Paulo, em 1990, proclamado Ano Internacional de Alfabetização pela Unesco. Em pouco mais de um ano praticamente toda a primeira edição de 3.000 livros se esgotou, e o autor realizou inúmeras consultorias, conferências, palestras em vários congressos e cursos por todo o país, realizados por movimentos ligados a educação, escolas e universidades, centros acadêmicos e sindicatos interessados em discutir essa experiência, além de movimentos que realizavam atividades de alfabetização e educação não formal.

O autor dedicou-se ainda a edição e a produção cultural, sendo um dos fundadores da Bienal Internacional de Quadrinhos e um de seus organizadores em suas três edições.

Hoje é pesquisador da ENSP e professor da Fiocruz

8 “El Salvador, tendo a frente um povo em armas”, “Concepções e práticas dos revolucionários salvadorenhos”, “Os Sandinistas aceleram o passo” e “Granada, um pequeno povo que resolveu libertar-se”.

Este livro foi impresso
e publicado em
maio de 2016

“E também lhes ensinem a ler” é um relato apaixonado e apaixonante de um grande movimento político-popular, do dia-a-dia de uma Campanha de Alfabetização que levou todo um país a levantar-se, a despertar para a necessidade de uma segunda revolução, desta vez cultural, para manter a chama revolucionária.

Nilton Santos nos apresenta muitos relatos desse percurso ao lado da história, da organização, da estrutura e metodologia da Cruzada de Alfabetização.

Um texto gostoso de ser lido não somente pelo interessado em educação, mas por todo aquele interessado em conhecer um povo que ousou construir o novo.

A Cruzada Nacional de Alfabetização desenvolveu uma nova concepção da educação, subvertendo a relação tradicional entre educador e educando. O estudante não aprendeu apenas dos livros, mas do contato ativo com a realidade: foi aos bairros e povoados, conviveu com os operários e camponeses, aprendeu com o trabalho coletivo.

Este livro deverá prestar uma grande ajuda ao estudante e ao professor brasileiros ao mostrar que a alfabetização é algo muito mais sério do que apenas saber ler e escrever. É poder participar como sujeito da cultura, da produção, exercendo plenamente seus direitos numa sociedade. É começar a escrever uma nova história ...

Trechos do prefácio de
Moacir Gadotti

ISBN 978-85-89667-55-5



www.arquimedesedicoes.com.br



Aproveitando a Frase de Carlos Fonseca “E Também lhes ensinam a ler”, o educador e jornalista Nilton Santos, nos relata neste livro, numa linguagem vibrante, porém simples, o que significou para a Nicarágua sua Cruzada de Alfabetização.

A primorosa obra deve ser livro de cabeceira de todos os professores e cidadãos que prestigiam e lutam por uma escola pública gratuita e democrática em todos os graus e fins – meta básica do governo socialista da Nicarágua.

O êxito nesta grande batalha pela educação e cultura populares deve ser exemplo para os povos da América Latina e, em particular, o Brasil.

Bayard Boiteux

“A palavra escrita é como uma borboleta espetada num quadro...” queixa-se o velho poeta Mario Quintana. Mas nestes relatos e análises do Nilton as palavras ganham vida e asas. Vida soprada por quem ajudou a fazer o que agora é escrito. E asas do vôo utópico na direção das sociedades felizes, que não chegará sem todo o povo dominando a leitura, a escrita e redescobrimo sua força na construção da História. Neste tempo de tanto ‘pedagogês’, a prática pedagógica e libertadora que essa obra nos conta é leitura indispensável aos que apostam na educação como um dos instrumentos para fazer desta vergonha um país de cidadãos.

Chico Alencar

“E também lhes ensinam a ler” é um relato apaixonado e apaixonante de um grande movimento político-popular, do dia-a-dia de uma Campanha de Alfabetização que levou todo um país a levantar-se, a despertar para a necessidade de uma segunda revolução, desta vez cultural, para manter a chama revolucionária.

Nilton Santos nos apresenta muitos relatos desse percurso ao lado da história, da organização, da estrutura e metodologia da Cruzada de Alfabetização.

Um texto gostoso de ser lido não somente pelo interessado em educação, mas por todo aquele interessado em conhecer um povo que ousou construir o novo.

A Cruzada Nacional de Alfabetização desenvolveu uma nova concepção da educação, subvertendo a relação tradicional entre educador e educando. O estudante não aprendeu apenas dos livros, mas do contato ativo com a realidade: foi aos bairros e povoados, conviveu com os operários e camponeses, aprendeu com o trabalho coletivo.

Este livro deverá prestar uma grande ajuda ao estudante e ao professor brasileiros ao mostrar que a alfabetização é algo muito mais sério do que apenas saber ler e escrever. É poder participar como sujeito da cultura. da produção, exercendo plenamente seus direitos numa sociedade. É começar a escrever uma nova história ...

Trechos do prefácio de
Moacir Gadotti

ISBN 978-85-89667-55-5



9 788589 667555

www.arquimedesedicoes.com.br

nilton bahlis dos santos

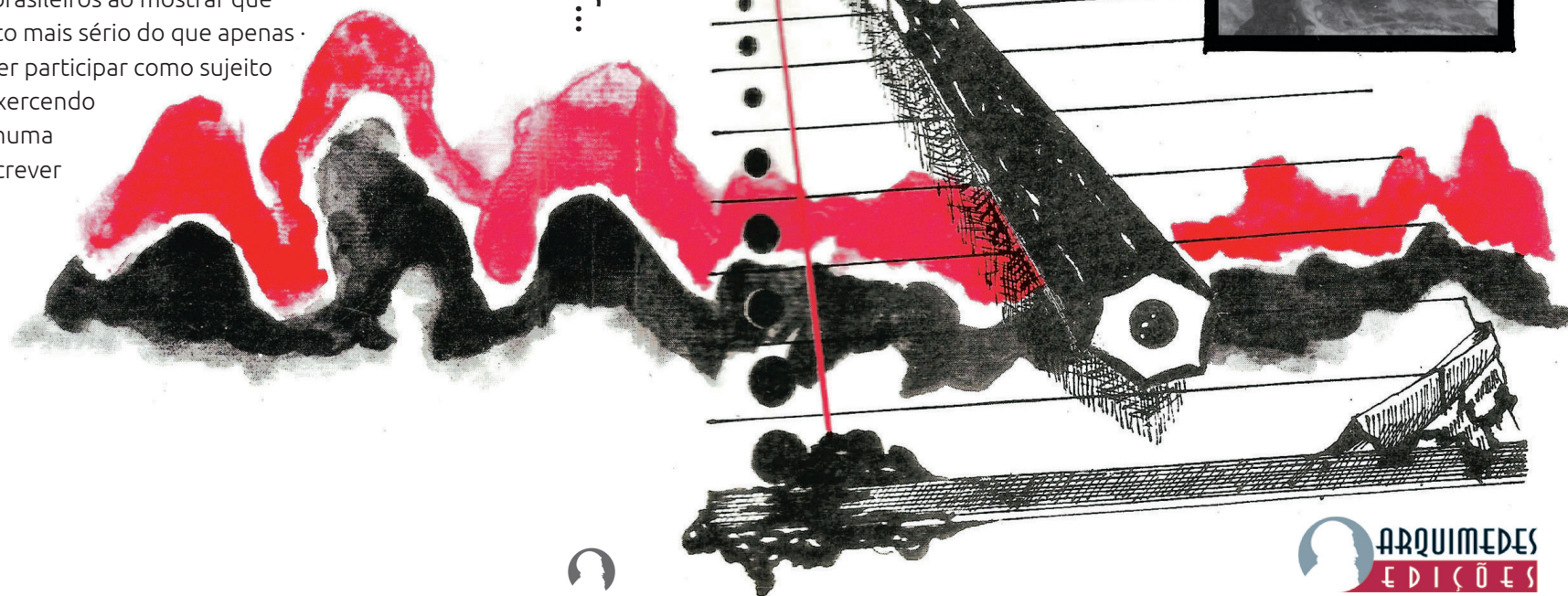
e também lhes ensinam a ler...

e também lhes ensine a ler...

A CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DA NICARÁGUA

nilton bahlis dos santos

2ª edição
atualizada
e reduzida



“A leitura do livro de Nilton Santos me fez recordar os quase dez dias em que estive na Nicarágua, discutindo em tempo integral, com as equipes responsáveis pela Cruzada Nacional de Alfabetização nos seus diferentes momentos e como vivê-los em plenitude. Vale a pena ler este livro expondo-nos ao que houve de criatividade, de aventura, de riscos, na Campanha Nicaragüense e que transborda dos depoimentos relatados por Nilton”

Paulo Freire

Quando cheguei à Nicarágua, no início de 1980, para ficar três anos participando da construção de um novo sistema de saúde, estava em curso a Cruzada de Alfabetização. Ela marcou definitivamente a revolução nicaragüense. Alguns anos depois, participei da banca de tese de Nilton Santos sobre a Cruzada, que foi a origem deste livro, e devo dizer que o autor analisa de forma séria, profunda e humana esta maravilhosa experiência latino-americana – que deve ser conhecida por todos – de como é possível transformar uma realidade quando existe decisão política.

Sérgio Arouca

ARQUIMEDES
EDIÇÕES